

Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGEA

**AS FRONTEIRAS DO ASSENTAMENTO IGARAPÉ- GRANDE-  
AMAPÁ- BRASIL.**

**Renata Nasser Serradourada**

Dissertação Mestrado

Brasília – DF: Outubro/2014



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGEA

**AS FRONTEIRAS DO ASSENTAMENTO IGARAPÉ GRANDE –  
AMAPÁ-BRASIL**

Renata Nasser Serradourada

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Marli Sales

Dissertação de Mestrado

Brasília – DF: Outubro/2014



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGEA

## **AS FRONTEIRAS DO ASSENTAMENTO IGARAPÉ - GRANDE-AMAPÁ- BRASIL.**

Renata Nasser Serradourada

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como requisito necessário para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia, área de concentração Produção do Espaço e Território Nacional, opção Acadêmica.

Aprovado por:

---

**Marli Sales, doutora (UnB)**

Orientadora

---

**Fernando Luiz Araújo Sobrinho, Doutor (UnB)**

---

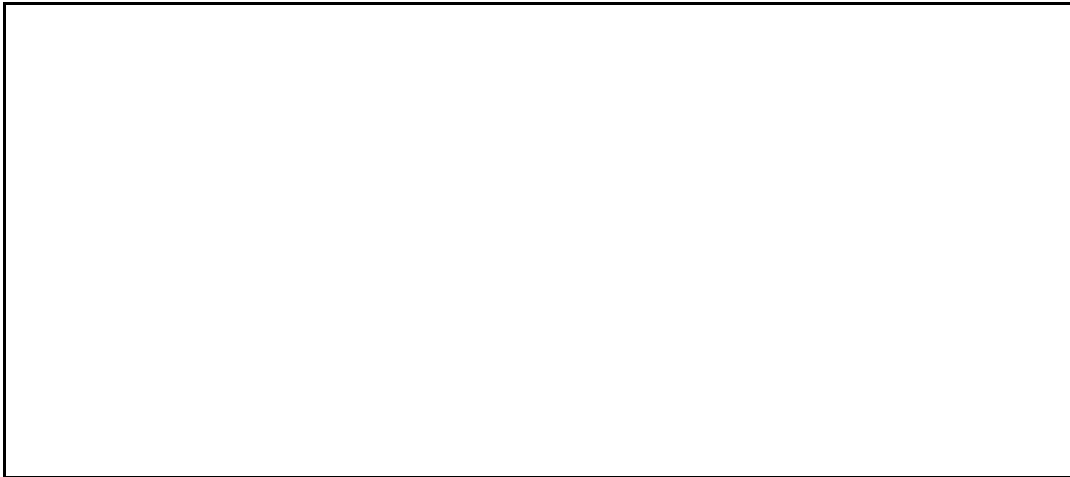
**Anne Catherine Elisabeth Laques, Doutora (Université de Toulouse Le-Mirail (Toulouse)).**

---

**Erika Macedo Moreira, Doutora (Universidade Federal de Goiás, UFG)**

Brasília, DF, 02 de outubro de 2014

## FICHA CATALOGRÁFICA



É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação (tese) e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado (tese de doutorado) pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Renata Nasser Serradourada

## DEDICATÓRIA

*Dedico esse trabalho a todas as pessoas que de uma forma ou de outra acreditam que outro mundo é possível e urgente, dedico aquelas pessoas que contribuem para que isso aconteça. Dedico este trabalho principalmente aos trabalhadores e trabalhadoras que não vivem mais em suas terras, seus lugares e vivem a desigualdade deste país diariamente.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato que envolve voltar na nossa trajetória e rememorar alguns caminhos trilhados, lembrando-se de cada um e cada uma que foram compondo a história da nossa vida.

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, pela vida dada, pelo amor compartilhado, pelos ensinamentos, pelas brigas, pelo eterno perdoar, por acreditar e por fim, por tanta doação. Ao meu querido irmão, sem ele a vida não teria o mesmo formato, de alguma forma ele é meu porto seguro, meu elo com o passado e o futuro. Essa é a família que me foi dada e com o passar dos anos escolhi a minha família, que está sendo construída. Dedico esse momento, que extrapola a dissertação, ao meu companheiro Marcel (coração), que me ensinou a importância do saber, me mostrou as ferramentas para uma transformação real e possível, me mostra todos os dias como ser diferente em um mundo em que insiste em nos transformar em padrões estabelecidos. Muito obrigada por me aceitar assim, justinha do jeito que sou, torta e com muita vontade própria. É o meu amigo mais leal e juntos eternizamos nós dois em uma criatura maravilhosa, nosso pequeno gigante Caio. Meu pequeno que é a minha fortaleza, trouxe a vida recomeçada, uma caminhada continuada e eternamente revisada.

Aos amigos da caminhada, que estiveram presentes e ausentes, que me fizeram ser um pouco do que sou, por permitirem me enxergar no outro, como espelho. Pelas eternas retribuições de carinho e afeto. Existem aqueles que surgiram para ficar e aqueles que partiram para que eu pudesse continuar. Em cada momento dessa caminhada percebo a importância de todos e todas para eu chegasse nesse exato momento. Não teria o melhor e o pior, somente cada um no seu tempo, somando e dividindo. Aos amigos de longa data, Camila Serradourada, que além de ser família, trilhou comigo um longo caminho, cheio de curvas e encruzilhadas, se fez presente mesmo ausente, tu és um pedaço grande de mim. Ana Luiza, pela aventura, pela leveza e histórias infinitas, das quais tive pouca paciência para escutar, mas me lembro de muito das eternas risadas. Carla (Carlinha), por ser o meu primeiro contato

com a Geografia, pela amizade que cresceu tanto, transbordando as coordenadas geográficas, obrigada amiga, pelo tempo que tens e por me ensinar a estar no tempo. Carol (Carolita), meu teatro aceso, gracias Carolita, pela invasão diária, por conseguir penetrar numa virginiana tão dona de si e cheia de certezas falidas. Alice Regis, meu mimo, mãe de dentro pra fora e de fora pra dentro, obrigada pelas ideias compartilhadas, pelos encontros e pela certeza que estaremos juntas por muito tempo, você sempre me inspirou confiança. E por último e não menos importante, aos amigos que estão chegando, Mary, Andreia, Zaira, Diego, Lua, Everi, Calimério e Ana, vocês são a melhor parte de Brasília, fazem diminuir os paralelos e aumentar o afeto dessa cidade sem esquinas.

Uma dissertação quando construída, carrega em si uma ideologia, uma vontade e várias ideias. Não é um documento individual, pois traz todo um aprendizado construído e escolhido com outros personagens. Sendo assim, agradeço aos amigos do Cerrado (assessoria jurídica popular), me trouxeram a importância da luta pela terra, a importância de um coletivo e a luta coletiva. Me ensinaram a ter uma causa política. Eriquinha e nossas eternas conversas, obrigada por tudo, inclusive por revisar essa dissertação, Cleuton e seu mundo paralelo, você me encanta amigo, sempre bom te assistir, sua carreira é solo. Allan, pela firmeza, pelas brigas e pela admiração e Claudinho, pela coragem e determinação.

Aos amigos do MST: são vocês que me trazem a realidade e a vontade de transformá-la. De nada adianta teoria se não tiver prática. Obrigada Vanderlúcia, Paola e Tiago, vocês me fazem revisar a luta de classe sempre.

Aos professores que deixaram suas marcas, Eguimar Felício, você é responsável pela minha longa estadia na Geografia, muito obrigada pela poesia. Sandra (Sandroca), pela oportunidade de trabalharmos juntas. Laura, por ser ora professora, ora estudante da mesma sala e ora amiga, são muitos anos juntas dividindo o mesmo espaço. Carla, minha professora de Geografia Agrária na UnB, você me incentivou a querer mais e mais a respeito do assunto.

Quero agradecer ao IRD (Institut de Recherch pour le développement), pela oportunidade de levar ao norte do país e conhecer as fronteiras existentes na cidade de Oiapoque, agradecer ao IRD, pelas despesas da viagem durante todo o campo e pela bolsa de estudos durante o período de onze meses. Ao CNPq, pela bolsa durante todo o meu mestrado, foi essencial para devolver os estudos com tranquilidade.

Agradecer aos amigos da cidade de Oiapoque, inclusive os moradores do assentamento Igarapé-Grande, nossas conversas foram maiores e mais profundas do que as perguntas de um questionário pré-estabelecido. Obrigada por compartilharem histórias de vida e me mostrarem que na dureza da vida, existe ainda assim, a vida, que é maior.

Enfim, são muitos a serem lembrados e muitas histórias para serem contadas, uma dissertação é feita de pedaços com indícios de um todo. Essa dissertação, foi um desafio, fruto de muito esforço e pitadas de paixão, de quem acredita que a felicidade só existe se for compartilhada, então, enquanto tiver dor e sofrimento, enquanto as desigualdades reinarem, enquanto existir exclusão e poucos forem privilegiados, a felicidade será pela metade.



## RESUMO

A pesquisa tem o propósito de estudar os processos geográficos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos assentados em um assentamento na Floresta Amazônica, denominado Assentamento Igarapé Grande no estado do Amapá, localizado a 15 km da fronteira com a Guina Francesa. Discutir a mobilidade espacial dos trabalhadores rurais dentro da política de reforma agrária e a maneira como os assentamentos se tornam territórios de resistência, faz parte da compreensão da realidade agrária, os conflitos agrários que muitos camponeses estão envolvidos e as múltiplas territorialidades que vão sendo expressas nesse movimento. Buscamos compreender a partir da definição do território, da identidade territorial e desenvolvimento territorial, as forças sociais que efetivam o território no e com o espaço geográfico, centrando nas territorialidades, que por sua vez determinam cada território. Nessa perspectiva, trabalhamos a importância do assentamento, como espaço de fortalecimento de identidades territoriais, como forma particular de experiências que permitem aos camponeses se identificarem por meio de relações econômicas, políticas e culturais, de maneira que a territorialização camponesa no assentamento traga outro entendimento de desenvolvimento territorial. A configuração do assentamento em estudo, é particular em relação a muitos outros, por estar localizado em área de fronteira e dentro da floresta amazônica, desta maneira, procuramos discutir as fronteiras que atravessam os camponeses e as fronteiras que não são atravessadas. Dentro do processo de territorialização-desterritorialização e reterritorialização foi possível vislumbrar as fronteiras com as quais os camponeses deparam, causando consequências. Com o trabalho de campo, podemos entender também as causas deste processo e pensar a importância do camponês para diluir algumas fronteiras. Trabalhamos com o conceito de fronteira que abrangeu outro entendimento para além da fronteira política administrativa e constatamos que são muitas fronteiras que atravessam o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, sendo elas, ideológicas, políticas e identitárias. Ao final do trabalho concluímos que a falta de uma reforma agrária, influencia diretamente o processo de T-D-R e a constante expropriação dos trabalhadores rurais da terra, mostra como as identidades, além de serem fragmentadas, se tornam fragilizadas e temos um desenvolvimento às avessas para parte da população.

PALAVRAS CHAVE: Território, Camponês, Assentamento, Fronteiras

## RESUMEN

La investigación tiene como propósito estudiar los procesos geográficos de territorialización, desterritorialización y reterritorialización de los asentados en un asentamiento en la selva Amazónica, denominado Asentamiento Igarapé Grande, localizado en el estado de Amapá, a 15 kilómetros de la frontera con la Guyana Francesa. Discutir la movilidad espacial de los trabajadores rurales dentro de la política de reforma agraria y la manera como los asentamientos se tornan territorios de resistencia, lo que hace parte de la comprensión de la realidad agraria, los conflictos agrarios en los que muchos campesinos están inmersos y las múltiples territorialidades que a su vez determinan cada territorio. En esta perspectiva, trabajamos la importancia del asentamiento como espacio de fortalecimiento de las identidades territoriales, como forma particular de experiencias que permiten a los campesinos identificarse por medio de relaciones económicas, políticas y culturales, de manera que la territorialización campesina en el asentamiento trae consigo un otro entendimiento de desarrollo territorial. La configuración del asentamiento estudiado, es especial en relación a otros asentamientos, esto por estar localizado en área de frontera y dentro de la selva amazónica, de esta manera, buscamos discutir las fronteras que cruzan los campesinos y las que no son traspasadas. Dentro del proceso de territorialización-desterritorialización y reterritorialización, fue posible deslumbrar a las fronteras con las cuales los campesinos se enfrentan, causando consecuencias. A través del trabajo del campo podemos entender también las causas de este proceso y pensar en la importancia del campesino para diluir algunas fronteras. Trabajamos como el concepto de frontera alcanza otro entendimiento, más allá de la frontera político administrativa y constatamos que son muchas las fronteras que transpasan el proceso de territorialización, desterritorialización y reterritorialización, siendo estas, ideológicas, políticas e identitarias. Al final del trabajo concluimos que la falta de una reforma agraria influye directamente el proceso de T-D-R y la constante expropiación de los trabajadores rurales de la tierra, muestra como las identidades además de ser fragmentadas se tornan frágiles, apareciendo desarrollo en contravía a parte de algunos sectores de la población.

Palabras Claves: Territorio, Campesiones, Asentamiento, Fronteras.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- mapa de localização do Estado do Amapá.....	70
Figura 2 Distribuição dos Assentamentos no Estado do Amapá.....	75
Figura 3- Divisão Municipal do Estado do Amapá- .....	76
Figura 4- Glebas Federais no Estado do Amapá .....	77
Figura 5- Assentamentos Federais no Estado do Amapá .....	78
Figura 6- Mapa de localização de Oiapoque. Fonte IBGE-2010.....	81
Figura 7: Estrada de acesso à cidade de Oiapoque. ....	83
Figura 8- Mapa de localização do PA Igarapé Grande.....	87
Figura 9- Acesso Fluvial ao assentamento Igarapé Grande.....	88
Figura 10- ocupação territorial do assentamento, divisão dos lotes. <b>Erro! Indicador não definido.</b>	
Figura 11- Assentamento Igarapé – Grande .....	100
Figura 12- Assentamento Igarapé Grande .....	101
Figura 13- Construção da escola.....	105
Figura 14- Entorno da única praça da cidade de Oiapoque .....	110
Figura 15- Rua principal da cidade de Oiapoque .....	111
Figura 16- Feira da cidade de Oiapoque.....	122
Figura 17- Ponte que liga a cidade de Oiapoque a Guiana Francesa.....	124

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA, 2008.....	64
Tabela 2 Fechamento de Escola no Campo 2003 a 2012 .....	106

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Ocupação da terra.....	91
Gráfico 2- Faz parte de algum movimento social.....	93
Gráfico 3- Lugar de Origem .....	95
Gráfico 4- Família de Agricultores.....	98
Gráfico 5- Dificuldades do assentamento.....	102
Gráfico 6 Idade .....	103
Gráfico 7- Escolaridade .....	104
Gráfico 8- Reside no Assentamento .....	108
Gráfico 9- Atividade realizada pelos trabalhadores.....	112
Gráfico 10- Vantagens me morar no assentamento.....	115
Gráfico 11- Motivação.....	115
Gráfico 12- Dificuldades .....	117
Gráfico 13-Propostas de Solução.....	118
Gráfico 14- Localização .....	122

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

IBAMA- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTA E DOS RECURSOS RENOVÁVEIS

FUNAI- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

IBRA – INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA

INCRA- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO PARA REFORMA AGRÁRIA

INDA- INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

MIRAD- MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA REFORMA AGRÁRIA

MDA- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

URD- UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA

PA- PROJETO DE ASSENTAMENTO

PAR-PROJETOS DE ASSENTAMENTO RÁPIDO

PIN- PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

PIE- PROJETOS INTEGRADOS DE COLONIZAÇÃO

PNRA- PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

SUDAM – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

SUPRA- SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICA AGRÁRIA

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1. O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO- DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1 O Movimento Territorial .....	16
1.2 Identidades Construídas.....	24
1.3 Os (Des) ENVOLVIMENTOS Territoriais.....	32
<b>2. A GÊNESE DOS CONFLITOS DOS PROCESSOS T-D-R. ....</b>	<b>42</b>
2.1 A Questão Agrária no Brasil .....	42
2.2 As Perspectivas da Reforma Agrária no Brasil. ....	51
2.3 Assentamentos e Assentados.....	61
2.4 Assentamentos rurais no Estado do Amapá .....	68
<b>3. AS FRONTEIRAS DO OIAPOQUE-AMAPÁ.....</b>	<b>80</b>
3.1- A Construção das Fronteiras .....	80
3.2-As Fronteiras do Assentamento.....	86
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>130</b>

## INTRODUÇÃO

A estrutura fundiária e a questão agrária do Brasil são temas que remetem a discussões a respeito da luta pela terra, política de reforma agrária e outros fatores que acabam sendo incluídos, como a situação dos trabalhadores rurais e a disputa territorial. São questões de amplitude espacial, que tem suas raízes no processo desigual de desenvolvimento social, político e econômico do país. A construção do território brasileiro tem em sua base a expropriação e /ou da exclusão da terra de milhares de camponeses (Souza 2012), onde na atualidade temos um Brasil cercado por conflitos no campo, envolto por políticas públicas que ora servem e atendem interesses privados ora interesses coletivos (Oliveira 2007).

As condições socioespaciais que regularam a ocupação do espaço agrário brasileiro tornaram terras aprisionadas nas mãos de poucos, o que gerou e consolidou uma estrutura de propriedade extremamente concentrada, onde as relações no campo têm sido marcadas por uma realidade tecida de exclusão. O camponês brasileiro é um camponês que tem estado recorrentemente, em busca de terra, de trabalho e constituição de um território onde possa produzir e reproduzir seu modo de vida característico.

Por ser um camponês em movimento- está sempre em luta pela posse da terra, em busca de um espaço para territorializar seu modo de produção de vida- produzindo uma complexa territorialidade. Compreende-se que há uma relação estreita entre o processo de construção dos territórios, a migração e a territorialidade no campesinato brasileiro, que é percebida num processo espacial, que afeta os que partem, ficam, foram e irão partir. Nesse movimento territorial, as maneiras de resistir no território se deram em cada época e cada lugar de uma maneira diferente.

Um dos territórios que apresenta maior complexidade e desafios à interpretação dos seus processos quanto à formação do território frente à questão agrária é a Amazônia brasileira. A região amazônica tornou-se gradativamente espaço de dominação de capitais



nacionais e internacionais, resultado de uma estratégia política e militar do discurso nacionalista que proclamava a integração, “integrar para não entregar”, num processo de internacionalização da Amazônia. (Picoli, 2006). Para Picoli (2006), o processo de ocupação da “última” fronteira brasileira tornou-se mais evidente a partir da década de 1970.

O início da Ditadura Militar, em 1964, trouxe transformações para a Amazônia, pela implantação de grandes projetos, justificado no possível desenvolvimento do Norte do País e integração da região Amazônica com o território nacional.

O governo militar, amparado por políticas nacionais e internacionais, estimula um novo movimento de ocupação da Amazônia, a partir de grandes projetos mineradores, madeireiros e agropecuários, juntamente com outras políticas que estavam sendo arquitetadas no território brasileiro, como a modernização da agricultura. Para Oliveira (2007) isso faz parte da “geopolítica militar para a Amazônia” (OLIVEIRA, 2007, p.35), pois de nada adiantariam grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região onde faltava mão de obra. Segundo Becker (1990), esses são fatores que geraram migrações de trabalhadores de outras regiões, onde a capitalização da agricultura criou a mobilidade do trabalho<sup>1</sup>, que para a autora está estritamente relacionado com o processo de urbanização.

Desde o ciclo das drogas do sertão<sup>2</sup>, da extração da borracha<sup>3</sup>, a construção de estradas, hidrelétricas e extração de minério, o projeto desenvolvimentista para a região atropelou modos de vida e identidades. A expansão do capital financeiro ainda hoje é um problema na Amazônia, procuram otimizar seus lucros, por meio de “investimentos em grandes empresas capitalistas a partir de estratégias de negócios nos setores agroalimentar e florestal e na aquisição e ou arrendamento de terras” (CARVALHO, 2013, p.31). São situações que acabam expropriando não somente camponeses, mas também, ribeirinho, quilombolas, indígenas e tantas outras comunidades que não se inserem no modelo de vida

---

<sup>1</sup> Mobilidade do trabalho é o processo de fracionamento social. É o processo espacializado de fracionamento social. É o processo espacializado de constituição da força de trabalho pela transformação dos camponeses em trabalhadores assalariados rurais e/ou urbanos. (BECKER, 1990, p.93)

<sup>2</sup> As chamadas drogas do sertão eram empregadas com as mais diferentes finalidades, culinárias e medicinais. Em 1530, boa parte da matéria prima extraída da floresta, alimentava o comércio europeu. (GONÇALVES, 2003, p.64)

<sup>3</sup> O ciclo da borracha foi um momento importante da história econômica e social do Brasil, relacionado com a extração de látex e comercialização da borracha. (GONÇALVES, 2003, p.65).

pautada na lógica do agronegócio, colocando esses trabalhadores e trabalhadoras num constante processo de desterritorialização e buscando se reterritorializar.

Existiram dois grupos no processo migratório, um relacionado com os trabalhadores das grandes obras e outro com os que vieram em busca de terra para reproduzir a vida camponesa. Esses “novos” trabalhadores se encontram com outras identidades territoriais, onde buscam outros mecanismos de sobrevivência e reprodução do seu modo de viver, num incessante processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização inserido nas contradições da estrutura fundiária do país, onde o espaço agrário brasileiro é marcado não somente por conflitos, mas também pelas contradições vividas e vivenciados pelos camponeses na luta pela terra.

Toda essa trajetória vai gerar uma construção do território carregada de conflitos. São conflitos envolvendo a questão da terra que abrangem diferentes aspectos: jurídico, político, social e outros, tornando a Amazônia palco de muitas lutas e contradições. Por um lado temos o agronegócio, a mineração e o uso da água e por outro, povos indígenas, migrantes, camponeses, quilombolas e ribeirinhos, com apropriação e uso da terra distintos, mostrando que os conflitos pela terra se expandem para outras esferas.

As políticas de reforma agrária para essa região surgem com o propósito de amenizar parte dos conflitos, tendo um caráter de urgência, são políticas que possibilitariam a reterritorialização dos trabalhadores que migram, todavia, como veremos, muitas vezes não acontece. Os assentamentos se tornam parte dessa política, surgem com o propósito de amenizar os conflitos e por vezes surgem para atender as demandas dos movimentos do campo que visam alguma transformação a partir do território. Os assentamentos se tornam a expressão máxima da política de reforma agrária no país, os quais foram implementados no norte do país, sem, em um primeiro momento, fazer um estudo prévio das necessidades da região.

Nosso locus empírico é a cidade do Oiapoque, no norte do Amapá fazendo fronteira com a Guiana-Francesa. O Amapá é um dos Estados mais recentes<sup>4</sup> da Federação com problemas rurais antigos. Os conflitos rurais no Amapá estão associados, em grande parte, ao

---

<sup>4</sup> O Território Federal do Amapá foi constituído em 1943.

uso que se fez do território, no espaço e no tempo, relacionados aos problemas históricos, econômicos, sociais e culturais do Brasil (Gonçalves 2003).

O município de Oiapoque se encontra entre parques nacionais, reservas indígenas, assentamento do INCRA, garimpos ilegais e faz fronteira (político administrativa) com a Guiana Francesa, em uma constante disputa por diversos atores que compõem o território, nos mais diversificados conflitos. É uma cidade com uma estrutura precária, violenta e com fortes indícios de que os interesses de desenvolvimento estão voltados para o lado de lá, da Guiana – Francesa. A relação com o assentamento é próxima, muitos dos assentados comercializam parte da produção na cidade e também residem todavia, não abriram mão do lote no assentamento, vivem ora no campo e ora na cidade. As relações dos assentados com a cidade se faz a partir do trabalho, que ora se caracterizam como camponeses, ora como trabalhadores que desenvolvem inúmeras outras atividades na mesma. A relação campo – cidade nesse caso se faz de forma direta, e mesmo que numa breve discussão a respeito da relação entre um e outro, a pesquisa se propõe a analisar essas relações, uma vez que desde os processos migratórios no Brasil, relacionados à expropriação de terras dos trabalhadores rurais, a relação cidade-campo se transforma, “aspecto importante de uma mutação geral” (LEFEBVRE, 2010, p.74).

A pesquisa foi desenvolvida com os assentados do Projeto de Assentamento Igarapé Grande, localizado a 15 km da cidade de Oiapoque.

Formado, em sua maioria, por agricultores vindos de outros estados, marcados num processo de encontro/desencontro de territorialidades. O assentamento em questão foi ocupado em 1992 e institucionalizado no ano de 2002, com 36 famílias assentadas. Parte dos assentados vive na cidade do Oiapoque, apontando o engendramento de novas territorializações e direcionando o foco do trabalho para o incessante processo de territorialização- desterritorialização – reterritorializações.

O processo de T-D-R, foi discutido a partir do que entendemos por território, esse é um processo que quando apropriado pela Geografia, se faz necessário conceituar o território. Uma vez que mobilidade não é desterritorialização e não necessariamente o fato de estar em movimento traz consigo o processo de desterritorialização, da mesma maneira que estar estável e localizado não significa territorializar (Haesbaert 2006). Apresentar os conceitos de

território em alguns autores na geografia, assim como Raffestin (1993) Haesbaert (2006) e Saquet (2007, 2010), apontam para a compreensão dos conflitos que arrolam no cotidiano e a disputa territorial em múltiplas esferas (social, política, cultural, econômica e simbólica), onde se torna possível a compreensão das territorialidades precárias a partir do movimento territorial desigual.

Entende-se que o território é formado pelo econômico, político, cultural e simbólico. Pode-se perceber, desta forma, a territorialidade que permeia o assentamento, as experiências dos indivíduos, a maneira como se identificam com o meio em que vivem, criando laços de pertença junto ao grupo e ao território, considerando-o dentro de um contexto espacial.

As reflexões acerca da construção das territorialidades no Assentamento Igarapé Grande se deram pela necessidade de compreender as inúmeras indagações que marcaram nossa trajetória de pesquisa. Essas indagações surgiram nas histórias individuais e coletivas, na história do Assentamento como um todo, nos contatos com os grupos e com as famílias, bem como em situações em que a condição de migrantes dos sujeitos pesquisados se fazia presente ao discorrerem sobre sua trajetória no território, no resgate da memória camponesa, nas histórias de expropriação e nas narrativas sobre o desejo de conquistar a terra de trabalho e abrigo de suas moradas.

Partimos do entendimento que, para refletirmos acerca dos territórios, territorialidades e o territorializar-se, se faz necessário pensar nas identidades e fronteiras que são construídas ao longo do processo camponês. Marcados pelo constante avanço do capital, da territorialização do capital, são camponeses que dentro das contradições do sistema, desenvolvem outros mecanismos de viver. Não há com pensar os territórios, as fronteiras e as identidades indissociavelmente, mas, sim, há necessidade de compreender estas relações interdependentes. Entendendo por fronteira essencialmente como lugar de alteridade, “a um só tempo é o lugar de descoberta do outro e de desencontro (...). O desencontro da fronteira é o desencontro de temporalidades históricas” (MARTINS, 1997, p.150).

Para tanto, se fez necessário o estudo da Identidade territorial. Para Gomes (2002) a identidade é simultaneamente uma forma de relação social e uma forma de representação espacial que resulta num certo tipo de territorialidade. Essa identidade não é um dado irreduzível da realidade, mas sim uma construção “que associa de maneira vital e orgânica os

vínculos entre o grupo e seu território” (GOMES 2002, p. 36). O estudo da Identidade e do Território propõe uma reflexão que deve ser orientada pela inclusão de seus atores, seus agentes, a fim de que se compreendam os significados que estes atribuem para a formação e manutenção de suas práticas político/culturais, sua territorialidade. O estudo da identidade numa perspectiva territorial e geográfica foi essencial para o trabalho, para compreender as reterritorializações dos assentados e como a identidade passa a ser construída e (des)construída ao longo do processo.

Importante compreender a relação existente entre a implantação do projeto de assentamento e o modo como às pessoas que compõem o assentamento foram ocupando a terra. É esta relação que permite, em um primeiro momento, caracterizar e avaliar o modelo de ocupação adotado, seja dos projetos de assentamento, seja das demais formas de ocupação espacial presentes na região de Oiapoque e avaliar de que maneira o processo de T-D-R está inserido nessas questões.

De fato, chamamos a atenção para formação territorial e a territorialidade que está envolta nessa discussão por entender que o movimento dos trabalhadores rurais no Brasil, que por vezes foram expropriados e por vezes excluídos da terra e conseqüentemente do seu modo de viver- consequência do modo de produção capitalista-, estão em constante processo de desterritorialização, mesmo estando em um assentamento. Parto da premissa que o assentamento se torna um lugar de encontro, expressa a territorialidades dos assentados a partir do trabalho e das relações que existem com o lugar. São outros desenvolvimentos que permeiam o assentamento, não somente um desenvolvimento econômico, mas um desenvolvimento territorial.

A importância da temática em questão se dá pelos conflitos que permeiam o Brasil, no que tange a questão agrária e também o interesse da região amazônica, no contexto atual, que cada vez mais se torna alvo de disputa, em escalas nacionais e internacionais. Compreender a questão agrária e as políticas de reforma agrária para a região é bastante pertinente para a discussão, para que possamos discutir as fronteiras existentes em ser camponês e as tensões agrárias. Ainda hoje, muitos trabalhadores do campo são expropriados de suas terras e conseqüentemente do seu modo de viver. Não defendemos de forma estanque a permanência somente em lugar para que a vida possa acontecer de forma pura e intocada, todavia, ao

analisarmos o constante processo de T-D-R, em territórios de exclusão, percebemos que a vida acontece de forma fragmentada e fragilizada.

Como foi dito, a expansão e apropriação territorial ocorreram em tempos distintos e por atores com interesses distintos, o que gerou e gera conflitos em diferentes escalas. É uma cidade que se encontra rodeada de conflitos territoriais, no que se refere à disputa de terra, produzida pela complexidade das relações sociais construídas de formas diversas e contraditórias, produzindo espaços e territórios heterogêneos e desiguais. O fato de ser uma cidade-fronteira amazônica acentue as tensões e a cidade no seu cotidiano, transparecem as ilegalidades existentes no local, desde o tráfico de drogas, armas, prostituição, etc..

Das relações com a terra, com o território, optamos por analisar e discutir o único assentamento do INCRA existente na região, na tentativa de compreender a importância de um assentamento na mesma, onde produtores rurais estabeleceram diferentes laços com o lugar, manifestados em relações de identificação e/ou pertencimento e não permaneceram na terra, razões as quais esse trabalho se propõe a investigar. Acreditamos que entender o território e o constante processo de T-D-R desses agricultores assentados, terá grande importância para pensar o modelo de assentamento existente na região, as fronteiras existentes e de que maneira hoje um assentamento se transforma em um território de resistência, do qual os trabalhadores rurais constroem não somente o seu modo de viver, mas diminuem as fronteiras entre o eu e os outros?

Portanto a relevância da temática está inserida na importância que este assunto reflete nos dias de hoje, seja pelo êxodo rural, que tem com consequência os territórios aglomerados nas periferias da cidade, seja nos conflitos no campo, proporcionado pelo avanço do agronegócio, seja pela discussão da temática de biodiversidade e segurança alimentar ou então pensar o papel da política social no que diz respeito à reforma agrária e ainda as consequências ambientais pelo uso indiscriminado do território na região Amazônica. São assuntos que estão presentes no dia a dia, no cotidiano tanto de quem vive na cidade, quanto dos que vivem no campo.

O objetivo geral da pesquisa é analisar os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos assentados do Assentamento de Igarapé-Grande, Oiapoque, Amapá, Brasil.

Tendo como objetivos específicos: discutir o conceito de território para posteriormente discutir o processo de T-D-R; identificar os movimentos migratórios dos assentados; identificar como foi estruturado o assentamento; identificar os problemas que fizeram com que grande maioria não permanecesse no assentamento; compreender as territorialidades que permeiam o território, analisar a importância do assentamento para a cidade de Oiapoque.

Uma questão recorrente nas discussões sobre o tema é o papel de “pequenos” e grandes produtores rurais no processo de ocupação da região e de avanço da fronteira agrícola, a relação que cada um desses atores tem com a floresta e como estão esses agricultores assentados ou não no decorrer dos anos de ocupação da floresta. Hoje são muitos os assentamentos que compõem o cenário da Amazônia, todavia é de conhecimento que não é a posse formal da terra que garante a permanência do agricultor em um dado assentamento, é um processo que envolve várias questões. Isso podemos constatar no assentamento Igarapé Grande, que está a 15 km de uma cidade que faz fronteira com outro país. Como foi dito, os assentamentos na região Amazônica surgem com o propósito de atender as demandas urgentes, na tentativa de diminuir os conflitos na luta pela terra. Essa demanda surge pelo processo migratório iniciado com maior intensidade no período da ditadura militar, um por incentivar o movimento de trabalhadores para o norte do país, para serem mão-de-obra nas construções de infraestrutura que se iniciaram nessa fase e outra para compensar a expulsão de trabalhadores vindo do nordeste, pelo avanço da agricultura moderna no campo. A política social estabelecida nessa época e os investimentos feitos nessa região pouco levaram em consideração os modelos de vida estabelecidos na mesma, tanto indígena, quanto os ribeirinhos, como também não consideram a inserção desses outros ocupantes do território, sendo assim, temos como hipótese que os processos de desterritorialização estão relacionados com o modelo de assentamento rural naquela região e com a falta de uma política social de reforma agrária capaz de enfrentar os conflitos agrários no país.

### **Os caminhos da pesquisa**

A pesquisa pretende estudar e compreender o objeto de estudo em questão através de uma pesquisa qualitativa. Essa expressão qualitativa assume muitos enfoques no campo das

pesquisas sociais, mas diz muito a respeito desta pesquisa em questão, pois garante sua validade, vista sua função interpretativa em descrever e decodificar componentes de um determinado sistema complexo.

As pesquisas qualitativas não seguem modelos fechados, porque se propõe a verificar e analisar fatos complexos, trabalhando preferencialmente com palavras orais e escritas, com sons, imagens e símbolos (MOREIRA, 2002). Na pesquisa qualitativa, fundamentada em uma epistemologia qualitativa, os instrumentos deixam de ser vistos como um fim em si mesmo (instrumentalismo positivista) para se tornar uma ferramenta interativa entre o investigador e o sujeito investigado.

Para desenvolver uma pesquisa qualitativa, onde a interação é inevitável com as pessoas que a pesquisa pretende estudar, não somente a individualidade de cada um, mas também a formação coletiva que se mistura da complexidade da realidade existente, é importante que o pesquisador seja ele mesmo e trabalhe de maneira que a comunidade sinta confiança na presença do mesmo, mostrando a importância de demonstrar que estamos do lado daqueles que estudamos e isso não significa que precisamos nos tornar um deles. Para OLIVEIRA (1988 p.27):

A tentativa, ainda que inconsciente, do pesquisador de esconder seus verdadeiros motivos, bem como sua recusa em assumir sua condição específica em nome de um desejo de integração total com o grupo, são posturas que revelam uma falta de confiança na capacidade da comunidade de compreender e de aceitar o sentido de sua intervenção. Trata-se de uma atitude ambígua que reproduz, ao menos implicitamente, o esquema tradicional do intelectual que decide sozinho o que convém dizer ao grupo e o que é preferível guardar para si (1988, p.27).

O pesquisador ao conseguir fazer o exercício de estar dentro e ao mesmo tempo fora da comunidade consegue se aproximar ainda mais do seu objetivo. A presente pesquisa tem como principal fonte de dados o depoimento das pessoas envolvidas e a maneira de garantir que este depoimento seja verdadeiro, acreditamos que seja conquistando a confiança dos sujeitos da pesquisa. Para LEVEBvre (1969; p. 49)

O sujeito e o objeto estão em perpétua interação; essa interação será expressa por nós com uma palavra que designa a relação entre dois elementos opostos



e não, obstante, partes de um todo, como numa discussão ou num diálogo; diremos, por definição, que se trata de uma interação dialética (1969; p. 49, *itálico do autor*).

Sobre o método, Santos (1996) afirma, pela razão de que cada fato particular ou cada coisa particular só tem significado a partir do conjunto em que estão incluídos. Desvendar o real pela sua singularidade sem perder de vista a totalidade daquilo que aparece como particular. O método na construção de um sistema intelectual, portanto, significa abordar a realidade a partir de um ponto de vista, por isso ideológico.

Dentro da metodologia proposta, a pesquisa foi desenvolvida por meio dos seguintes procedimentos metodológicos apresentados a seguir:

#### -Pesquisa bibliográfica

A revisão bibliográfica foi fundamental para a pesquisa, visto que diferentes obras complementarão o referencial teórico e dão maior segurança para as interpretações e compreensões das observações e entrevistas realizadas no trabalho de campo e também para a identificação dos processos da região.

#### Trabalho-pesquisa de campo

A pesquisa de campo se fez necessária para que pudéssemos conhecer o assentamento e as diversas realidades vividas pelos assentados do assentamento Igarapé Grande. Foram feitas observações e entrevistas tanto com as famílias que permaneceram dentro do assentamento quanto com as famílias que deixaram. Para Cruz (2002), o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo.

A atividade no campo de pesquisa qualitativa oscila entre um rigor metodológico estabelecido *a priori* e a flexibilidade proveniente da relação com o campo. Mesmo o pesquisador portando um questionário, não fechado, ele tem que ser maleável nas suas entrevistas, uma vez que, para adentrar no universo das pessoas pesquisadas, as conversas precisam ser estruturadas e espontâneas, ou seja, amigáveis. Alami, Desjeux e Garabuau-Mossaoui (2010):

Uma pesquisa qualitativa exige do pesquisador uma adaptação ao campo. Sua posição não é de um experimentador em face de “objetos”, mas a de um ator em um sistema social: através do campo, ele entra na vida de pessoas que não o aguardavam, mas que aceitam acolhê-lo, por um tempo limitado, em seu cotidiano (idem, 2010, p.88).

A elaboração das ferramentas de coleta de dados foi feita com o propósito do nosso objetivo da pesquisa. Na nossa pesquisa optamos por criar um roteiro de entrevista, capaz de apreender as estratégias e opiniões. Trabalhamos em uma entrevista não diretiva, com algumas questões pontuais e outras que permitiram o entrevistado desenvolver o seu discurso. Para Alami; Desjeux e Garabuau-Mossaoui (2010),

(... ) a entrevista semi diretiva se realiza sobre a base de um documento formalizado. Ele é necessário para construir uma trama flexível de questões que traduzem em questionamentos concretos os questionamentos da problemática e as hipóteses, singelamente formuladas, que devem ser feitas ao interlocutor (2010, p.96).

Sendo assim, a entrevista foi estruturada de uma maneira que possibilitou responder as inquietações propostas pela pesquisa, da mesma maneira que permitiu certa flexibilidade para o entrevistado sentisse a vontade para colocar algumas de suas inquietações, que são necessárias para uma análise profunda.

Para a pesquisa de campo teve os seguintes objetivos:

I- Levantamento e caracterização do assentamento, visando identificar as atividades desenvolvidas e a maneira como se organizam no território;

II- Mapeamento dos possíveis conflitos existentes fora do assentamento que acabam por afeta-lo diretamente.

III- Situar onde as pessoas que deixaram o assentamento vivem na cidade, os aspectos socioeconômicos.

IV- Caracterização dos assentados, de onde vieram, porque vieram.

IV- Identificar os problemas enfrentados no assentamento.

Foram feitas vinte e sete entrevistas ao logo do trabalho de campo, sendo que o primeiro campo aconteceu entre os dias 23 e 29 de setembro de 2012, onde pude caracterizar o município, conhecer a dinâmica cotidiana das pessoas e localizar o assentamento. O segundo trabalho de campo, entre os dias 14 e 20 de novembro de 2012 foi possível manter um diálogo informal com os assentados que moravam no assentamento e mapear os que não residiam no local, todavia mantinham o lote no local. Em um primeiro momento não foram usados questionários para que pudesse ser estabelecido um vínculo que me permitisse aproximar desses trabalhadores, de forma que começasse a ser estabelecida certa confiança, a respeito do meu trabalho e da minha pessoa.

O terceiro campo ocorreu no mês de maio de 2013, entre os dias 20 e 30, onde foi aplicado um questionário, com 32 perguntas semiestruturadas, que permeiam entre a nossa hipótese e a nossa pergunta chave. Foi possível conversar com trabalhadores dentro e fora do assentamento. A necessidade de conversar com as instituições que de forma direta e indireta estavam relacionadas com o cotidiano do assentamento, foi surgindo ao longo do campo, por isso, em um segundo momento procuramos o IBAMA, que tem sede no local (na cidade de Oiapoque), o Imap, que tem sede no local, o Sindicato dos trabalhadores rurais da região, que está localizada no município e por último o INCRA, que tem sua sede em Macapá.

O quarto campo foi realizado em julho de 2013, procuramos responder algumas inquietações que persistiam na busca por uma resposta, ou somente uma compreensão daquela realidade, onde por meio de um vínculo, hoje já estabelecido, foi possível trocar mais do que dados e poucas percepções.

Nos quatro campos feitos, foram utilizados máquinas fotográfica e GPS, para marcar o território no seu limite. As imagens puderam registrar aquilo que não foi dito, o que existe no interdito e paralisar o tempo, captando a paisagem do momento.

A análise dos dados se constituiu em um primeiro momento, em sistematizar as informações coletadas, sendo possível fazer uma análise descritiva e explicativa. Tomando o devido cuidado de não ser somente uma conversa informal, a entrevista, mesmo semiestruturada, permitiu um rico material empírico e fiel ao objetivo da pesquisa. Foram

analisadas de maneira cautelosa, extraindo das entrevistas, material capaz de demonstrar nossa hipótese.

A análise de uma entrevista é um procedimento que exige cautela e ética do pesquisador. Este tem que estar atento à interferência de sua subjetividade, tendo consciência dela e assumindo-a como parte do processo de investigação. Como diz ROMANELLI (1998);

“A subjetividade, elemento constitutivo da alteridade presente na relação entre sujeitos, não pode ser expulsa, nem evitada, mas deve ser admitida e explicitada e, assim, controlada pelos recursos teóricos e metodológicos do pesquisador, vale dizer, da experiência que ele, lentamente, vai adquirindo no trabalho de campo” (idem, 1998, p.128).

Sendo assim, buscamos na nossa análise dos dados o comprometimento com o que foi dito e buscando legitimar os discursos no nosso referencial teórico, tornando a pesquisa científica. As entrevistas foram transcritas e foram fragmentadas. A fragmentação da pesquisa é por vezes, um “processo designado pelo termo “codificação”, pois ele conduz à atribuição de um código temático idêntico a todos os elementos do corpus que remetem ao mesmo tema”. (ALAMI; DESJEUX, GARABAU-MUSSAOUI, 2010, p.123).

Fragmentamos a fala dos sujeitos entrevistados em unidades de significação, colocando palavras chaves que remetiam ao mesmo tema. Em um procedimento aparentemente simples, foi possível montar gráficos utilizando o Excel e posteriormente, fizemos uma análise explicativa, fazendo uma análise transversal, dos gráficos, textos e fotografias.

### **Os capítulos da pesquisa**

No primeiro capítulo, buscamos desenvolver a parte teórica da pesquisa, trazendo os conceitos de território e o que significa o processo de T-D-R. Apoiadas por autores da Geografia nos baseamos em Raffestin (1993; 2007; 2011), Haesbaert (1999; 2004; 2005; 2006; 2007; 2011) e Saquet (2007; 2010), numa abordagem do território que integra as relações de poder que permeiam o território, e considerar de forma integradora, o econômico,

o político, o cultural e o social. Essa abordagem permitiu trazer os conceitos de territorialização- desterritorialização e reterritorialização para o corpo Geográfico, mesmo apoiadas em Deleuze e Guattari, podemos materializar o que esse processo representar no campo Geográfico e compreender a maneira pela qual os trabalhadores rurais territorializam ou não. Para tanto, apoiados nos atores, desenvolvemos junto com o conceito de território, o nosso entendimento pelo que significa territorialidade, só assim pudemos, entender de que maneira existe a possível territorialização no território.

Ainda no primeiro capítulo, consideramos desenvolver a ideia de identidade territorial e o que é entendido por desenvolvimento, só assim, conseguimos entender a maneira pela qual os processos de desterritorialização afetam as identidades e o desenvolvimento. Trouxemos o conceito de identidade territorial, ainda em Saquet e Haesbaert, para compreender o que significa identidade camponesa a sua expressão e a questão do desenvolvimento, também em uma perspectiva de desenvolvimento territorial, mostrando a importância de se levar em consideração, não somente um desenvolvimento econômico, mas, um desenvolvimento atrelado ao conceito de território.

No segundo capítulo, discutimos a questão agrária, historicamente e politicamente, elencamos autores da sociologia, como José de Souza Martins, da econômica e também da direção nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), João Pedro Stédile e autores da Geografia, Ariovaldo Umbelino, Bernardo Mançano Fernandes. Este capítulo trabalhou a questão agrária na tentativa de entender a política de reforma agrária no Brasil, para tanto foi preciso discutir, como se deu a luta pela terra no território brasileiro e como a luta pela terra e pelo território é algo atual e presente no cotidiano do país, seja ele no campo ou na cidade. Trabalhar a questão agrária, a política de reforma agrária e o surgimento dos assentamentos, nos possibilitou compreender a maneira pela qual os trabalhadores rurais, foram sendo excluídos do seu meio e modo de viver, num constante processo de desterritorialização e compreender a importância da reterritorialização dos mesmos. Consideramos os diferentes tipos de assentamentos existentes e como foram sendo implementados no norte do país. Os assentamentos se tornam expressão máxima dessa política e mesmo que de que maneira frágil, se torna o território de encontros e de possibilidades, o que nos levou a investigar como hipótese em que medida o assentamento se transforma em território de resistência para muitos trabalhadores rurais.

O terceiro e último capítulo traz o conceito de fronteira, explicando as fronteiras que cercam a cidade de Oiapoque, não somente em uma perspectiva político administrativa. Discutimos como as fronteiras se formam, assim como foi se formando no assentamento, são fronteiras ideológicas, políticas estruturantes que separam os muitos brasis dentro do Brasil. Trazer o conceito de fronteira, apoiadas em José de Souza Martins, nos mostrou a maneira pela qual os assentados estão inseridos na luta pela terra e pelo território e trouxe a ideia de que mesmo estando em uma zona fronteira é preciso discutir para além dessa perspectiva. Ainda no quarto capítulo, trouxemos os resultados da pesquisa, em gráficos e discussões dissertativas, mostrando como estão inseridos os assentados no processo de T-D-R, e suas consequências para além do assentamento.

# **1. O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO- DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO**

## **1.1 O MOVIMENTO TERRITORIAL**

Acreditamos que o conceito de território é indispensável para estudar a reforma agrária sob uma abordagem geográfica, significa realizar uma análise centrada no tipo de transformação territorial que ela produz e as territorialidades inseridas nesse processo, que estão marcados pelo contexto econômico, social, cultural, político e simbólico.

São importantes no estudo da questão agrária algumas concepções para entender o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorializações de agricultores, camponeses e produtores rurais, inseridos em projetos e assentamentos rurais no qual os assentados do assentamento em questão estão.

Território é um conceito discutido na Geografia há muito tempo. Os conceitos, bem como a distinção entre eles, variarão de acordo com a escola da geografia à qual pertença o cientista, e também de acordo com as variadas dimensões e metodologias de análise sobre a realidade dos fenômenos geográficos. Sendo assim, no decorrer dos anos, o conceito de território foi sendo modificado e adaptado, onde cada autor defendeu e fez diferenciações a partir de um método.

Para a Geografia, os estudos feitos por Ratzel foram importantes para pensar o território em uma perspectiva jurídica- política e não somente no seu aspecto físico. Dentro de um contexto histórico, as análises de Ratzel sobre o território ficaram restritas ao Estado-Nação, restrito a uma Geografia política, com interesses voltados para o Estado. Para Haesbaert (2004), a concepção do território de forma jurídico- política, em uma perspectiva materialista, surge com Friedrich Ratzel, no século XIX. Segundo Haesbaert (2004), essa concepção vê o território como base de recursos para a reprodução da sociedade, pois é também com base nessa disponibilidade de recursos que Ratzel vai construir o seu conceito, o

espaço vital, ou seja, o espaço necessário para a expansão territorial de um povo, no caso, a Alemanha.

Ainda de acordo com Haesbaert (2004), Ratzel reduz o território na sua forma material, delimitado por fronteiras político-administrativas e o um único poder, centrado no Estado. Para Saquet (2007), em uma reflexão sobre a obra de Ratzel, “seu método está centrado na indução: observação, descrição, comparação e classificação, compreendendo a Antropogeografia como uma ciência comparada” (2007, p.31).

Raffestin (2011), por sua vez se contrapõe às ideias de Ratzel, propõe um conceito sobre território que leve em consideração os vários tipos de poder que se fazem presente no mesmo. Para o autor, as bases para a compreensão do território como uma relação do homem com o espaço, estão no poder.

Segundo o mesmo autor, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. Nesse sentido, entende o território como sendo:

(... ) um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas por poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem pra si (RAFFESTIN, 1993, p.50).

Ou seja, as pretensões do autor vão para além das da visão biológica da expressão, sendo o conceito mediado por uma relação de poder que modifica o espaço. Para o autor, o território é permeado por relações de poder, pois como considera Raffestin (1993): “toda relação é o ponto de surgimento de poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações” (RAFESSTIN, 1993, p.93).

Raffestin (1993) difere o entendimento de espaço e território, afirmando que o espaço é um *a priori* e o território um *a posteriori* e, que o território nasce a partir da ação humana sobre o espaço natural, por meio de relações de poder. O autor recebe críticas na sua tentativa de diferenciar espaço e território, todavia, a sua contribuição para a Geografia na definição de território é indiscutível, Raffestin, traz as relações sociais para constituição e apropriação do território. “Saquet (2007), afirma que Raffestin ao conceituar o espaço geográfico, ele coloca o espaço como “substrato, palco pré-existente ao território”, alegando que essa definição é



superficial, pois” o espaço geográfico não é apenas palco, receptor de ações, substrato (...) ele tem valor de uso e de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis” (SAQUET 2007, p.77).

Para Haesbaert (2007), o espaço e o território aparecem como contraparte indissociável, não sendo possível pensar o território fora do espaço. Ainda aproximando-se de Raffestin (1993), concebe o território nas múltiplas relações de poder estabelecidas pelos autores sociais no espaço, podendo ser estabelecidas nas apropriações que podem variar simbólico-imateriais às materiais-funcionais. Haesbaert (2006; 2007) faz uma interpretação conceitual de território centrada em fatores de instrumento do poder político e como espaço de identidade cultural.

A geografia passa assim, a conceituar o território para além da matéria e supondo outras relações de poder que permeiam o território e não somente o Estado, sendo que, nesse novo entendimento da categoria território surgem diferentes processos de territorialização, que implica nas relações de poder na disputa e ou apropriação do território. Entendemos que na territorialização há limites, enquadramento e distinção.

Para Saquet:

O território, nesta multidimensionalidade do mundo, assume diversos significados, a partir de territorialidades plurais, complexas e em unidade. E esta é uma questão fundamental, que marcou a redescoberta do conceito de território sob novas leituras e interpretações: mudam os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder (SAQUET 2007, p. 37).

Logo, o poder está nas múltiplas formas de apropriação dos espaços, impondo, por sua vez, negociações que podem se estabelecer mais funcionalmente e/ou simbolicamente. Funcional no sentido de necessidade material humana de sobreviver, se alimentar, se abrigar etc. Simbólica, porque o ser humano dá significado à natureza que ultrapassa o seu caráter meramente funcional de recurso natural, se apropriando culturalmente dos espaços habitados.

Todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar —funções quanto para produzir —significados. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (—lar para o nosso repouso), seja como fonte de —recursos naturais--matérias-primas que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do

petróleo no atual modelo energético capitalista) (HAESBAERT, 2005, p. 77).

Para Fernandes (2005), no território as relações sociais se materializam e reproduzem, produzindo territórios em movimento e desiguais, contraditórios e conflitivos. Onde, os territórios constituídos por relações de poder que tem uma intencionalidade distinta pelos grupos que apropriam, dando origem a vários tipos de territórios, que são contínuos e ou descontínuos. Saquet (2010) define como territórios contínuos, sendo aqueles delimitados por áreas específicas e contíguas, exemplo: um bairro, estado etc.. Já os territórios descontínuos seriam aqueles territórios fluidos que não podem ser delimitados espacialmente, para alguns autores seria como territórios-rede. Esse mesmo autor afirma que os territórios são socialmente construídos e seus efeitos dependem de quem está controlando quem e para quais as propostas, ou seja, as intencionalidades (Saquet, 2007). . Nesse sentido, pensamos que o conceito de território se vincula às diversas formas de apropriação das instâncias econômica, política e cultural que apontam para as interações relacionadas às conflitualidades em que repousa a produção do espaço humano. “Ele indica os diversos substratos materiais e simbólicos mobilizados pelos homens, grupos e classes sociais para estabelecerem fronteiras, limites, diferenças sociais”. (CARLOS, 2013, p.95).

Para Haesbaert (2006; 2007), o território tem um caráter de domínio político e uma apropriação simbólica-identitária determinada por diferentes atores sobre o espaço de vida. O autor discute a concepção de território numa visão integradora, no sentido de apropriação/reprodução concreta e simbólica. Corroboramos com Haesbaert, e colocamos assim, que a ideia de territorialização só é possível quando existe a apropriação e reprodução no território. Para Saquet (2007):

O território é produto e condição da territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território. (2007, p.127).

Em suma, o território é o recorte espacial definido por relações de apropriação, poder e de controle sobre recursos e fluxos baseado em aspectos políticos, econômicos e culturais (HAESBAERT, 2003; 2004; 2006; SAQUET, 2007). O território contém formas diversas de apreensão e de manifestação individual e coletiva de diferentes grupos, isso é chamado de territorialidade.

Damiani (2006), afirma que o caminho da Geografia foi o de reconhecer outros instrumentos de territorialização: outras organizações e instituições, do que adveio uma interpretação que supunha as relações de poder, determinando o território e não exclusivamente o Estado. Assim,

“o termo territorialidade ganha expressão no corpo da ampliação do conceito. Haveria numerosas territorialidades que definiram usos do território, marcados pelas relações de poder” (DAMIANI, 2006, p.17).

Para Soja (1971), no âmbito da conotação política da organização do espaço pelo homem, a territorialidade pode ser vista como:

"um fenômeno comportamental associado com a organização do espaço em esferas de influência ou de territórios claramente demarcados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou por agentes outros que assim os definam". (1971; p.19)

Soja (1971) argumenta que “ao nível individual, por exemplo, uma das mais claras ilustrações da territorialidade humana pode ser encontrada na forma como no Ocidente se estabeleceu a propriedade privada da terra” (Ibidem, 1971, p.19).

Entendendo a territorialidade como um componente do poder, não significa somente criação e manutenção da ordem, mas é um esquema para criar e manter o contexto geográfico através do qual experimentamos o mundo e lhes damos significados. Saquet (2007), afirma que:

A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana. (SAQUET, 2009, n°31, vol.1)

A territorialidade humana, nossos laços com o território, se fazem a partir de uma concepção bastante aberta, múltipla e plural, que segundo Raffestin (1993, p.160-162), (...) pode ser definida como um conjunto de relações num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, manifestando em todas as escalas espaciais e sociais. Seriam as relações de poder multidimensionais, as territorialidades.

Raffestin (2007) relaciona as territorialidades às qualidades multidimensionais e imateriais do vivido materialmente nos territórios pelos sujeitos. Afirma que estas relações não se separam das relações de poder, tendo em vista que o mesmo está presente em todas as relações sociais.

A territorialidade adquire um valor particular, pois reflete a multidimensionalidade do —”vívido” territorial pelos membros de coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens —”vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se tratem de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se auto modificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p.158-159).

A territorialidade é dinâmica e é caracterizada por continuidades e discontinuidades, já que os territórios em uma perspectiva multidimensional, também são destruídos e reconstruídos pelo movimento de T-D-R (Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização), proposto com Raffestin (2011), inspirado em Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Toda relação de poder desenvolvida por um sujeito no espaço produz um território, ou seja, é uma ação de territorialização, sendo que a intensidade e a forma de poder originam diferentes tipos de territórios. Como afirma Raffestin:

“toda a prática espacial, mesmo que embrionária induzida por um sistema de ações ou de comportamentos, se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir malhas, nó e redes”. (1993, p.150),

Outro autor que valoriza o processo dialético da territorialização é Saquet (2007), para quem.

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias des-territorialidades e as re-territorialidades (p. 127).

A existência no território, bem como a re-territorialização, produzem territorialidades.

Segundo Saquet (2007), em Deleuze e Guattari, esses autores destacam que tudo que se desterritorializa tende a se territorializar. Sendo a primeira a destruição enquanto que a segunda se refere ao novo território que surge a partir de sua Desterritorialização.

Segundo Delleuze e Guattari

A desterritorialização (...) é inseparável de reterritorializações correlativas. É que a desterritorialização nunca é simples, é sempre múltipla e composta:

não apenas porque participa a um só tempo por formas diversas, mas porque faz convergirem velocidades e movimentos distintos, segundo os quais se assinala a tal ou qual momento um “desterritorializado” e um “desterritorializante”. (1997, p.224):

De acordo com Saquet (2007, p.111), “os autores contribuem de forma importante, na compreensão dos processos de desterritorialização e reterritorialização, são simultâneos e podem ocorrer no mesmo lugar ou entre diferentes lugares”, no mesmo momento ou em distintos momentos e períodos históricos, de acordo com cada situação, cada relação espaço-tempo. Os processos geográficos de T-D-R não são estanques, pelo contrário, configuram-se como processos dinâmicos inerentes à própria sociedade. Assim, não quer dizer que um trabalhador sem-terra assentado (reterritorializado) tenha encerrado esse processo, como podemos perceber no assentamento em questão, já que muitos desistiram do lote, desterritorializando e alguns reterritorializando na cidade. Por isso é que os processos geográficos de T-D-R não podem ser encarados como uma fórmula matemática, na qual o somatório de fatores gera um resultado definitivo.

Abordar os conceitos de desterritorialização e reterritorialização a partir do discurso geográfico permite dotar a Geografia de um corpo teórico-conceitual renovado e necessário para entender a complexidade do mundo contemporâneo. No que tange a questão da terra e a propriedade privada, apoiada em Guatarri (1985), é preciso considerar que os territórios conjugam uma possibilidade de comunicação e resistência, onde mesmo em situações precárias é possível desenvolver territórios existenciais<sup>5</sup>, coletivos.

Para Haesbaert (1999) existe uma banalização a respeito do processo de desterritorialização nos dias de hoje, confundindo-se muitas vezes com o desaparecimento dos territórios com o simples debilitamento da mediação espacial nas relações sociais. O território e os processos de des-territorialização devem ser distinguidos através dos sujeitos que efetivamente exercem poder, que de fato “controlam esse(s) espaço(s) e, conseqüentemente, os processos sociais que o(s) compõe(m)”. (HAESBAERT, 2005, p.314). Haesbaert (2003), afirma que somente é possível defender a ideia de desterritorialização a partir do que foi

---

<sup>5</sup> Guatarri defende a ideia de territórios existenciais a partir de uma micro política na contemporaneidade, onde até mesmo “debaixo da ponte, existe a criação de territórios existenciais’ (2985, p.116)”.

defendido por território, uma vez que o processo de desterritorialização por vezes é banalizado, chegando a ser confundido com o “fim dos territórios”.

Para o autor, existem duas visões bastante comuns e distintas de desterritorialização:

A primeira é aquela que diz respeito à debilitação das bases materiais na dinâmica social, uma espécie de desterritorialização “do alto” ou “superior”, especialmente vinculada às categorias sociais privilegiadas, que usufruem de todas as benesses dos circuitos técnicos-informacionais globalizados. A segunda, num outro extremo da pirâmide social, é a desterritorialização “de baixo” ou “inferior”, pois envolve alguns dos grupos mais expropriados, aqueles que não só estão alijados do acesso a esse mundo “imaterial” do ciberespaço, como estão sendo privados do acesso ao território no seu sentido mais elementar, o de “terra”, “terreno”, como base material primeira da reprodução social. Sem terra, sem teto, indígenas. Muitos são os grupos “excluídos” que entram nessa categoria de desterritorialização *stricto sensu*. (HAESBAERT, 2011, p.62).

Análises feitas a partir desse autor permitem questionar as múltiplas facetas do território a ser estudado e possibilita a percepção do surgimento de grupos excluídos e incluídos distribuídos territorialmente no espaço, tanto urbano quanto rural. Todavia, a desterritorialização não remete apenas ao material, ele remete ao econômico, social e cultural.

Portanto,

Desterritorialização, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial [...]. Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização (HAESBAERT, 2006, p.67).

Para compreender o assentamento Igarapé Grande, abordaremos o conceito de desterritorialização e exclusão, proposto por Haesbaert (2011), onde:

Desterritorialização se é possível utilizar a concepção de uma forma coerente, nunca “total” ou desvinculada dos processos de (re) territorialização, deve ser aplicada a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre os territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólica-cultural (2011 p.312).

Destarte, estando os processos de desterritorialização vinculados ao de reterritorialização, é imprescindível a análise das condições de vida dos assentados dentro e

fora do assentamento, a fim de compreender as possíveis instabilidades do cotidiano ou como colocado por Haesbaert (2011), a possível fragilização territorial. É preciso abordar os processos de dominação e apropriação na construção do território, tentando conciliar aspectos objetivos e subjetivos. Considerando que os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas onde “as territorialidades são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização no e do território” (SAQUET, 2007.p.127).

Vale acrescentar, também, a reflexão de Santos (1999), quando defende que o espaço é acumulação desigual de tempos. Desse modo, as formas espaciais do presente são resultados de formações sociais do passado, que se territorializaram. Nesta direção, sugere a periodização do tempo para o estudo do espaço geográfico, pois, a cada momento histórico, varia o uso do território. Assim, torna-se necessária a compreensão da história de vida dos agricultores do assentamento e como foram atribuindo sentidos e valores ao uso do território.

Sendo as territorialidades fatores condicionantes do processo de territorialização, é necessário entender a formação do assentamento e as identidades construídas ao longo do processo espacial e temporal aos quais esses trabalhadores estão envolvidos. Entendemos que os processos de territorialização/desterritorialização refletem na identidade desses trabalhadores e maneira como “vivem e percebem” o território. Desse modo, o território ganha uma identidade, não em si mesma, mas na coletividade que nele vive e produz.

Nesse estudo propomos discutir sobre os territórios identitários, buscando esclarecimento sobre o processo atual do território e das territorialidades dos assentados e suas reconfigurações identitárias notadamente em uma área de fronteira, sobretudo porque defendemos a ideia de identidades fragmentadas nesse processo de desterritorialização sofrida pelos camponeses.

## **1.2 IDENTIDADES CONSTRUÍDAS**

Trabalhar com o conceito de identidade, faz parte da nossa escolha, a relevância em estudar o tema, está na importância que a identidade tem na construção territorial e as

territorialidades que permeiam o território. Aqui, buscamos trabalhar o conceito de identidade juntamente com a definição de território, para que possamos caminhar dentro da ciência geográfica nessa explicação, já que “a identidade é um componente fundamental da constituição territorial” (SAQUET, 2007, p. 149).

Identidade aqui entendido é algo que representa um grupo ou coletivo<sup>6</sup> social, o que a diferencia de cultura, já que se cultura, por sua vez, “é concreta frente a outro (s). A cultura une um grupo; a identidade o diferencia de outros”. (PERICO, 2009, p. 63). Ou seja:

Um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma “unidade” imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças- supostamente superficiais. Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas. (HALL, 2000, p.108).

Para entender a identidade em uma expressão coletiva, é necessário que se discuta que entendemos identidade também na diferenciação. Hall (2000) aponta que “*assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade*”, ou seja, quando afirmamos que somos brasileiros, deixamos de ser argentinos ou chineses, são afirmações que geram negações. Da mesma maneira que quando é afirmado ser camponês, uma identidade passa a ser afirmada e outra negada, todavia para esse autor, a identidade afirmada não podem ser compreendida “*fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido*” (HALL, 2000, p. 78). Por isso entendemos que a identidade além da diferença está inserida em um processo coletivo, tanto de reconhecimento quanto de pertencimento, a identidade demarca fronteiras e é estabelecida em relações de poder, que ora inclui ora exclui.

A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. Há, entretanto, uma série de outros processos que traduzem essa diferenciação ou que com ela guardam uma estreita relação. São outras tantas marcas na presença do poder: incluir/excluir (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (“nós” e “eles”); desenvolvidos e primitivos (...) (HALL, 2000, p. 82).

Estando as identidades relacionadas também com o poder, em classificar e por isso desqualificar, entendemos que as classes nas quais o mundo social é dividido, existem um processo de hierarquização. Num mundo governado pela hegemonia social, consideramos que os camponeses são vistos como classe inferior, fora dos padrões da modernidade, inclusive na

---

<sup>6</sup> O termo coletivo deve ser aqui entendido de uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao socius, assim como aquém do indivíduo, junto ao socius (...). (GUATARRI, 1985, p.20)



agricultura e camponeses estão em certa medida, tentando fixar<sup>7</sup> a identidade. Nesse processo de confrontar com o que está posto, os camponeses acabam cruzando fronteiras<sup>8</sup> que podem causar estranhamento e por isso não sentir-se em casa.

Cruzar fronteiras, por exemplo, pode significar simplesmente mover-se livremente entre os territórios simbólicos de diferentes identidades. Cruzar fronteiras significa não respeitar os sinais que demarcam- artificialmente- os limites entre os territórios das diferentes identidades. (HALL, 2000. pg.88).

Para HALL (2000) as identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando em constante processo de mudança e transformação.

Assim, como existe um movimento territorial, não estático, as identidades também não são, estão inseridas numa dialética em constante transformação pelo movimento das contradições existentes na matéria e na história das sociedades. Nessa relação entre as realidades materiais e imateriais que vão surgindo ou sendo criadas por movimentos que são impostos aos trabalhadores rurais, principalmente, é importante ressaltar que as identidades contemporâneas não são mais fixas ou permanentes elas sempre estão em transformações. Hall (2000) aponta o processo de globalização e a constante discussão a respeito das identidades nesse processo, o autor afirma que parte da crise de identidades está à aceleração das migrações que ocorrem entre os trabalhadores, que motivadas pela necessidade econômica se deslocam constantemente. Para o autor “A migração é um processo característico da desigualdade (...) onde o movimento global do capital é geralmente muito mais livre que a mobilidade do trabalho” (HALL, 2000, p. 22).

No mundo contemporâneo a identidade social não é algo fixo imutável, acontece desde uma dinâmica relacional que envolve todo conjunto de forças em movimento na sociedade, a identidade se faz pela diferença com o outro e pelo reconhecimento coletivo, pelas experiências vividas e compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. A identidade assim, se faz presente num território, onde o coletivo se encontra, cria laços de pertença, meios de produção, políticas e simbolismos.

---

<sup>7</sup> Fixar no sentido de expressar sua territorialidade, ser camponês.

<sup>8</sup> Fronteira aqui é entendido não no sentido político administrativo, como veremos mais a frente, mas no sentido de encontros e desencontros.

Haesbaert (1999) aponta para uma estreita relação entre o território e os processos de construção identitárias. Para o autor “identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território” (HAESBAERT 1999, p. 172). Para Haesbaert (1999) essa é uma relação que se dá tanto do campo das ideias, quanto no concreto, permeados por um sentimento de pertencimento.

Para Saquet (2009)

A identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que estabelecemos todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais que produzimos, como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas etc.

A construção da identidade passa pela necessidade, sendo assim:

A identidade é construída, desconstruída e reconstruída com o passar do tempo, no mesmo ou em lugares diferentes, como ocorre através das migrações (SAQUET, 2009, n°31, vol. 1).

Assim, o que nos interessa são as identidades coletivas, na perspectiva territorial, construídas a partir do significado (objetivo e subjetivo) e sentimento de pertencimento que cada grupo social expressa num determinado espaço geográfico, produzindo a determinada identidade territorial.

Para dar continuidade à linha de raciocínio em que defendemos a ideia do movimento T-D-R numa perspectiva de territórios de exclusão, formados por aqueles que por algum motivo de força maior, os obrigou a deixar o seu lugar de origem e migrar para outros espaços, como por exemplo, trabalhadores rurais nordestinos que foram expulsos, entendemos que, como existem territórios fragmentados, existem identidades fragmentadas. A territorialização do capital no espaço trás uma séria de mudanças na percepção do mesmo, não que todos estejam inseridos da mesma maneira do dito mundo globalizado, todavia, de forma direta ou indireta existe uma influência na maneira como o espaço passa a ser percebido. E o movimento dos trabalhadores rurais passa a ser mais dinâmico na medida em que são obrigados a se movimentarem dentro dessa estrutura econômica.

Martins (2003) demonstra como a valorização econômica da terra, principalmente a partir das décadas de 50 e 60, contribuiu para o desenraizamento dos trabalhadores rurais, o rompimento dos seus vínculos comunitários, que garantiam seu enraizamento, no sentido de pertencer. Através dessas transformações os camponeses se tornam descartes sociais,

simbolizando o atrasado, refletindo identidades fragmentadas, num mundo incerto, inseguro, no qual passam a transitar, mas sem ter meios para fazer isso (Ibidem, p.13). O que está em jogo nesse momento é a apropriação capitalista da terra, é a sua transformação em mercadorias e produtoras de mercadoria, onde grande parte dos trabalhadores rurais se transformam em força de trabalho nos moldes de produção que se instalam. As transformações do campo do trabalho vieram acompanhadas de uma ampla heterogeneização, fragmentação e complexificação de ser e viver.

Para Saquet (2007)

A identidade é construída coletivamente pelos sujeitos locais, interagidos entre si e com o milieu e significa uma forma para, politicamente, potencializar as ações e os recursos para o desenvolvimento local. (2007, p. 152).

A identidade é um dos componentes basilares do território, juntamente com as relações de poder. A identidade, social e historicamente construída, pode ser uma importante mediação para a resistência local. [...] A identidade, portanto, significa unidade dialética, envolvendo pessoas e relações econômicas, culturais e políticas sem descolamento da natureza e do território. (SAQUET, 2013, p. 59).

Saquet (2007) trabalha com a ideia de que o desenvolvimento territorial está diretamente ligado à identidade, no sentido da construção coletiva do território, sendo a identidade compreendida como produto histórico. A identidade é construída coletivamente pelos sujeitos locais, relacionando com o cotidiano em diferentes escalas, pois no mundo moderno, “as interferências na construção do território e de uma identidade territorial influenciam e são influenciadas em diferentes escalas e temporalidades” (SAQUET, 2007, p.27).

Para o autor

Território, territorialidade e identidade acontecem simultaneamente e, nesta concepção, há um condicionamento mútuo também entre território-identidade-desenvolvimento. Dependendo do caráter do projeto de desenvolvimento, haverá preservação ou não dos traços identitários e simbólicos de cada território. Poderá acontecer, também, uma conjugação entre permanências e mudanças, isto é, entre identidades reproduzidas e novas identidades incorporadas aos hábitos e comportamentos cotidianos de certo grupo social. (SAQUET 2009 Caderno Prudentino de Geografia, n°31, vol.1).

Vale lembrar que a luta pela terra, os conflitos agrários no Brasil são acompanhados de uma grande exclusão de trabalhadores rurais de seus lugares de origem, por vezes deixando

de serem agricultores para procurar melhores condições de vida em localidades distintas, e isso faz com que num mundo moderno, globalizado e com a expansão do modo capitalista de produção, as identidades, que para nós está relacionado com o sentimento de pertencimento com o lugar, serão cada vez mais flexibilizadas. E se por sua vez o desenvolvimento territorial está vinculado à identidade, na construção política, cultural, econômica e simbólica, temos no universo agrário não somente territórios fragilizados, como também identidades e um não desenvolvimento, já que no processo histórico, em que os trabalhadores rurais estão submetidos, existe um grande processo de desterritorialização dos mesmos.

Para Safatle (2008), ao analisar o processo de desterritorialização por meio da circulação do capital, afirma que essa realidade econômica instaurada pelos fluxos ilimitados, tende “a colonizar todos os processos de relação social” (2008, p. 141).

Isso implica que, entre outras coisas, afirmar que a desterritorialização a qual os objetos estão submetidos no processo de valorização econômica do capital será imposta também aos sujeitos. “Suas identidades serão cada vez mais flexibilizadas” (...) (SAFLATE 2008, p. 141).

Nessa perspectiva, compreender a identidade social de um coletivo, caracterizado pelo modo de vida num mundo globalizado e fragmentado hierarquicamente, é compreender as “multiterritorialidades” das quais estão inseridos esse coletivo. Na presente pesquisa, trabalhamos com um grupo “hegemonizados” que para Haesbaert (2005), estes são “aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas mais radicais de apego às identidades territoriais” (2005, p.67). Da mesma forma que o território recebe influência que remetem as relações de poder que o permeia, a identidade num mundo globalizado, tende receber influências.

Trazendo novamente a visão de Raffestin, quando diz que o território pode ser analisado a partir de relações de poder, mas também como palco de ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço; ou ainda Corrêa (1996), que afirma que o “território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas” (Corrêa in Santos, 1996, p.251); as famílias que permaneceram no assentamento organizam e ordenam suas vidas a partir das relações afetivas com o rio, a floresta, com o plantio em pequenas roças, o silêncio, caracterizando assim, um território próprio e muito particular. É o sentimento de

pertencimento ao seu lugar, ao seu território. Para Fernandes (2005) o território é espaço de vida e morte, de liberdade e resistência, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade.

A vida de pequenos agricultores rurais é marcada por essa análise, já que por diversas vezes estão excluídos das políticas sociais de inclusão, com direitos básicos de cidadania (acesso a moradia, água, saúde e transporte público). Para Santos (2000) a agricultura moderna cientifizada e mundializada, é um exemplo para entender os territórios fragmentados, marcados pelo movimento da sociedade rural.

As estruturas do assentamento dificultam a apropriação e uso do território, os assentados não têm acesso à energia elétrica, transporte público, água potável e posto de saúde. Enfim, parte desta pesquisa, pretende entender dentro de um contexto espacial o processo T-D-R e as identidades que vão se fragmentando e de maneira essa relação enfraquece as territorialidades e a apropriação do território. Como já dissemos, o território ele o é para aqueles que têm uma identidade territorial com ele, o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço. Daí a importância da territorialização dos camponeses no assentamento e a importância desse processo para a constituição de um desenvolvimento territorial.

Vale citar Saquet quando afirma que:

As identidades, fundamentais na organização política, significam pertencimento, afetividade, coesão e possibilidade de resistência e projeção coletiva do futuro respeitando as diferenças. A identidade (...) significa uma forma para, politicamente, dinamizar as diferenças as singularidades em favor do desenvolvimento local. (SAQUET, 2013, p.61)

Este trabalho tem a preocupação de discutir o assentamento em questão, analisando os processos de territorialização e desterritorialização e a relação existente entre esse movimento territorial e o desenvolvimento territorial, na tentativa de fazer um contraponto à cidade de Oiapoque, estabelecendo uma relação cidade-campo e entendendo de que maneira a existência dele poderia contribuir para o desenvolvimento local, tanto social, como econômico, uma vez que, o nosso foco de estudo está localizado na floresta amazônica e em área de fronteira. Marques (2002) chama a atenção para a necessidade de considerar a relação cidade-campo para compreender como se constituem os espaços rural e urbano, concebendo-os como constitutivos de uma totalidade dialética que os engloba. Totalidade que é

determinada pelo capitalismo em seu movimento de reprodução ampliada, cuja unidade se forma na diversidade. De acordo com tal concepção, esses dois espaços constituem meios criados a partir de uma multiplicidade de relações sociais de alcance diferenciado, estabelecidas entre indivíduos, grupos sociais e entre estes e a natureza.

Pensar nas relações campo e cidade, relacionadas com o desenvolvimento local, que por sua vez se relacionam com a construção do território e a territorialidade, é pensar de que maneira o processo T-D-R tem importância no contexto atual e como os trabalhadores rurais podem contribuir para o desenvolvimento para além da fronteira, uma vez que, independente de ser uma região de fronteira, existem vidas no local que não estão diretamente ligadas a este evento e que sofrem por ter todas as atenções voltadas para o outro lado, que não é o lado que se encontram.

O processo histórico de reterritorialização dos povos do campo é fundamental para uma redefinição do modelo de desenvolvimento para o campo e sobre o projeto de nação daí decorrente.

A noção de reterritorialização ajuda a compreender o momento histórico atual da territorialidade do campo brasileiro. “Trata-se de um processo histórico intrínseco ao contexto neocolonial da luta pela terra, e que se manifesta principalmente a partir da década de 60” (MOURÃO, 2010, p.06), com a reação dos movimentos do campo à reordenação neoliberal do mercado de terras e das relações agricultura-indústria e campo-cidade, sob a hegemonia do capital globalizado.

Um olhar atento à realidade do campo permite distinguir as múltiplas estratégias de reterritorialização camponesa e a luta dos povos tradicionais do campo pela redefinição estratégica de seus territórios, com seus modos de vida e conhecimento específicos. Percebemos que no decorrer da luta pela terra e pelo território, as identidades se fragilizam e no processo de reterritorialização, os camponeses do assentamento não se territorializam.

Nessa perspectiva, entendemos que se no assentamento já existe uma fragilidade na territorialização desses camponeses, percebemos que os que deixam o assentamento e vão para cidade fazem uma reterritorialização fragmentada. São trabalhadores que não são acolhidos pela cidade, que não oferece muitas oportunidades e por isso corroboramos com Almeida (2006), ao entender que a concepção de trabalho e vida camponesa não separa os

espaços, ou seja, “*o lugar de morada está intrinsecamente relacionado como o lugar de trabalho*” (ALMEIDA, 2006, Pg.258). São pontos a serem considerados, pois se trata de uma cidade de fronteira permeada por conflitos e entendemos que a migração dos assentados para a cidade causa estranhamento, tanto na relação que o camponês tem com seu modo de ver e viver o mundo, quanto nas opções existentes na cidade, que poucas vezes inclui aqueles que chegam a busca de oportunidades.

Ao falarmos de uma identidade territorial, colocamos a identidade junto com o que defendemos por território e como foi dito, as identidades são fragmentadas, não por existirem múltiplos territórios, mas por que são pessoas de uma classe, que tem em sua trajetória uma fragilidade histórica, que levou e leva muitos dos trabalhadores rurais, a viverem a margem da sociedade, em busca de oportunidades e melhorias. Todavia, as oportunidades para esses assentados seria a inserção no modelo de desenvolvimento que não inclui o modo de vida camponês, muitas vezes discutidos na políticas de desenvolvimento rural.

Nessa perspectiva, abordamos no próximo tópico os (des) envolvimentos territoriais existentes tanto na teoria quanto na prática. Na prática quando lidamos com muitas políticas de desenvolvimento rural que não trabalham na perspectiva de desenvolvimento para além de crescimento econômico.

### **1.3 OS (DES) ENVOLVIMENTOS TERRITORIAIS**

*Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apoia na indústria moderna do desenvolvimento de um país, mais rápido é esse processo de destruição. A produção*

*capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda riqueza : a terra e o trabalhador. (KARL MARX, 1975,p.579).*

O conceito de desenvolvimento é utilizado por diversas áreas do conhecimento, onde cada uma traz uma abordagem distinta, seja ela econômica, social, cultural e etc.. A intenção em discutir o desenvolvimento territorial, está em não separar esses três itens, mas abordá-los de forma integradora.

Por tempos, e podemos dizer até os dias atuais, o desenvolvimento atrelado ao crescimento econômico impera na definição do que é entendido por desenvolvimento, de maneira que este está ligado às forças produtivas, intensificado, no transcorrer da história, pelo avanço das relações sociais capitalistas. Essa é uma ideia do desenvolvimento econômico capitalista que se propõe como diretriz ao mundo, com ênfase na melhora dos mecanismos de mercado, crescimento como passo prévio para o desenvolvimento, uma ideia ocidental de progresso, nos moldes dos países denominados desenvolvidos e controle do processo nas mãos desses países (Gomez, 2006).

Harvey (2006) ao discutir a teoria do desenvolvimento desigual, propõe compreender o funcionamento do capitalismo no âmbito geográfico, apontando como a dinâmica da acumulação do capital pode alterar o espaço e as formas de espacialidade, gerando desigualdades entre os territórios. A pressão do mundo “moderno”, onde as tecnologias foram mais avançadas, o processo de desenvolvimento precisa ele próprio caminhar no sentido de um perpétuo desenvolvimento. Para Harvey (2006), o processo de desenvolvimento se dá além da acumulação do capital, pela apropriação intensa da natureza pelo homem e pela pelas tecnologias que aumentam a circulação do capital, diminui o tempo e em alguns casos à distância. O autor acrescenta o processo de urbanização na teoria, mostrando que o urbano sempre esteve relacionado com o avanço do capital não somente no campo, mas também no processo cíclico, onde o modo de produção do espaço capitalista se reinventa.

No campo e na cidade, vão se construindo territórios do capital, mas sem destruir todas as formas pré-existentes que, ao se metamorfosearem, encontram maneiras de resistirem e persistirem, enquanto outras são criadas. Vale aqui, lembrar no campo, a existência dos



caixaras, dos quilombolas, das populações ribeirinhas, dos camponeses, das populações indígenas, dentre múltiplas possibilidades de resistência e de criação de formas sociais que se conformam em territórios que negam o território do capital, marcado pela lógica da modernização no sentido da constituição de uma nova relação entre o campo e a cidade, no mundo da modernidade e do moderno.

A construção do modelo desenvolvimentista no Brasil, antecede a muito o período da Ditadura Militar, se voltarmos pouco tempo na história lembraremos do Plano de Metas, desenvolvido por Juscelino Kubitschek, dando continuidade ao projeto de substituir o modelo de exportação pós crise de 1929, são modelos preocupados em dados quantitativos, provocando a geografia das desigualdades.

“Esse fenômeno ideológico teve seu florescimento máximo na época do Programa Metas (1956-60), que foi o clímax do processo de industrialização deliberada, iniciado em décadas anteriores. Na ocasião em que foi posto em prática, esse programa, desencadeou-se um ampla campanha de formação e orientação da opinião pública, de modo a criarem-se as “expectativas e disposições” coletivas para a realização do esforço nacional destinado a implantar a indústria de base. Associa-se o progresso material com o bem – estar, poupança, investimentos produtivos e elevação geral do nível de vida. Identifica-se desenvolvimento com industrialização, modernização e maquinização. Nessa corrente de acontecimentos e interpretação do presente e do futuro da sociedade nacional, o aparelho estatal é posto a serviço da industrialização, para que se realize em cinco uma tarefa de cinquenta anos” (IANNI, 1965, p. 109)

Ianni, lembra que a criação do desenvolvimentista, como ideologia, vem de épocas interiores.

Desde a proclamação da República brasileira (1889) oscila, ora retraindo-se, ora alargando-se, o caso da questão nacional vinculada ao poder do Estado. A transformação processual do quadro político republicano, das relações de trabalho e de produção (transição do escravismo para a mão de obra assalariada), bem como do quadro social classista nacional, constituíram fatos que questionavam e afirmavam, urbanização e na europeização do país; indagavam-se os dilemas sociais: “ agrarismo e industrialização; cidade, campo sertão; preguiça, luxúria e trabalho; mestiçagem, arianismo e democracia racial; raça povo e nação; colonialismo, nacionalismo; democracia e autoritarismo” (IANNI, 2004, p. 24, APUD, Costa e Valdir, 2014, p.5).

Para Berman<sup>9</sup> (1986) no livro, *Tudo que é sólido desmancha no ar*, lançado no Brasil 1986, afirma que, a “modernidade é uma experiência que deve ser compreendida no tempo e espaço” (BERMAN, 1986, pg.75). Ao interpretar a obra Fausto de Goethe, em sua terceira fase, que o autor chama de fomentador, aproxima o desenvolvimento a era moderna, ao homem moderno, onde o caráter ambíguo da revolução industrial e das características do capitalismo – que, a um só tempo, revoluciona os meios de produção e os instrumentos de reprodução do capital e trabalho e gera opressão e miséria para uma camada da sociedade – está na gênese dos tempos modernos. Para o autor,

A escala de comunicações se torna mundial, o que faz emergir uma *mass media* tecnologicamente sofisticada. O capital se concentra cada vez mais nas mãos de poucos. Camponeses e artesãos independentes não podem competir com a produção de massa capitalista e são forçados a abandonar suas terras e fechar seus estabelecimentos. A produção se centraliza de maneira progressiva e se racionaliza em fábricas altamente automatizadas. (No campo acontece o mesmo: fazendas se transformam em “fábricas agrícolas” e os camponeses que não abandonam o campo se transformam em proletários campesinos.) Um vasto número de migrantes pobres são despejados nas cidades, que crescem como num passe de mágica — catastróficamente — do dia para a noite. Para que essas grandes mudanças ocorram com relativa uniformidade, alguma centralização legal, fiscal e administrativa precisa acontecer; e acontece onde quer que chegue o capitalismo. Estados nacionais despontam e acumulam grande poder, embora esse poder seja solapado de forma contínua pelos interesses internacionais do capital. Enquanto isso, trabalhadores da indústria despertam aos poucos para uma espécie de consciência de classe e começam a agir contra a aguda miséria e a opressão crônica em que vivem.

Então, a modernidade e o moderno seriam a territorialização do capitalismo no espaço, no aspecto econômico, social, cultural e simbólico, onde as relações sociais passam por transformações que evidencia outros valores e anseios. Valores humanos que alargariam o modo de produção capitalista com pretensões de universalidade, confrontando-se com desenvolvimentos cada vez mais singulares e individuais, onde é perceptível que no modelo de desenvolvimento que passa a ser hegemônico as temporalidades se evidenciam, o modo de ser e existir não é universal ou global, entre o individualismo existe o coletivo que por sua vez existe o individual.

---

<sup>9</sup> Berman é considerado um autor pós-moderno, diferente da matriz de pensamento de David Harvey, todavia é interessante a reflexão em relação ao que é entendido por moderno colocado por Berman e como situações que não se enquadram no modo de vida moderno é colocado como atrasado, cujo camponeses e outras comunidades tradicionais são classificadas dentro de um discurso.

O discurso do desenvolvimento territorial apontado por Saquet e Sposito (2008), mostram as modificações que foram ocorrendo ao longo da história no Brasil e as pautas que foram sendo implementadas no conceito de desenvolvimento. Para os autores, a construção de um desenvolvimento territorial estaria diretamente ligada com a abordagem territorial que se faz. Analisando o conceito de desenvolvimento ligado à questão territorial, segundo Saquet e Sposito (2008), deve ser entendido como um processo que abrange todos os elementos territoriais, desde os elementos sociais, econômicos até os naturais nas diferentes temporalidades.

Dentre as temporalidades em destaque, dentro no modelo hegemônico de desenvolvimento, destacamos os camponeses, que ao longo da história se transformaram em resistência contra o modelo vigente. A modernização no campo e na agricultura faz com que os trabalhadores rurais, procurem novos meios de existir. Existir de forma plena, não somente nas margens do sistema capitalista, onde os territórios e as territorialidades passam cada vez mais a serem fragmentadas.

Para Santos (2006):

A agricultura moderna, cientifizada e mundializada, tal como a assistimos se desenvolver em países em países como o Brasil, constitui um exemplo dessa tendência e um dado essencial ao entendimento do que no país constituem a compartimentação e a fragmentação atual do território. (SANTOS, 2006, pg.80).

Na matriz desse pensamento encontramos as transformações vivenciadas no território rural no processo de modernização da agricultura. Na atualidade, com o desenvolvimento envolvendo cada vez menos parte da sociedade e promovendo cada vez mais a desigualdade, a agricultura voltada para a produção de commodities, em um capitalismo avançada e especulativo, a realidade dos trabalhadores rurais é um eterno processo de desterritorialização e re-territorialização Entendemos que estes processos estão ligados com o avanço do capital, no sentido de territorializar-se no espaço, mas não é somente nas vias do mercado, não basta ocupar, mas apropriar do espaço para a realização e a consciência de ações vínculos. O que vemos nos dias atuais é uma parte privilegiada da sociedade fazendo parte desse desenvolvimento, enquanto a grande maioria está excluída do processo.

A participação diferencial das pessoas no espaço social faz pensar que a vida social está sendo realizada não apenas permeada por contradições, mas por

meio de distintas espacialidades. Estamos vivendo um tempo de generalização da exclusão social (HEIDRICH 2004, pg.55).

Fica claro que o tipo de desenvolvimento posto, desenvolve economicamente uma parcela da sociedade, a velocidade com que circula não somente mercadorias, mas pessoas é somente para alguns. O território fragmenta-se junto com as identidades, onde cada vez mais temos territórios fragmentados.

A palavra fragmentação impõe-se com toda força porque, (...) não há regulação possível ou esta apenas consagra alguns atores e estes, enquanto produzem um ordem em causa própria, criam, paralelamente, desordem para tudo o mais (SANTOS, 2006, pg.86).

Defendemos a perspectiva territorial de forma integradora, por isso, entendemos que o desenvolvimento não pode estar voltado apenas para o aspecto econômico. O território só pode ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais, não basta entender somente o desenvolvimento desigual e achar que a solução do problema está em diminuir estas desigualdades sem romper a lógica que proporciona as desigualdades, até porque as desigualdades dentro do sistema capitalista faz parte do mesmo para a sua continuidade, de maneira contraditória e combinada. Sendo assim, de que maneira pensar a importância dos assentamentos para o desenvolvimento local, que vá romper com essa lógica? E mais, em uma zona fronteira dentro da floresta amazônica?

O desenvolvimento local é eminentemente política e vinculada às modalidades de regulação local dos conflitos entre os diferentes atores, atuais e potenciais, do desenvolvimento (Dansero e Governa s/d p.8, *apud*, SAQUET 2011, p.96)

Sendo assim, é fundamental construir novas práticas territoriais, novas apropriações e relações que valorizem outros aspectos da vida. Por isso importante pensar as fronteiras que separam o assentamento de um desenvolvimento pleno que represente as múltiplas territorialidades e temporalidades, pensar na maneira com as políticas públicas podem ser construídas de maneira não ortodoxa, “não presas a interesses institucionais que não representem os anseios e as necessidades do povo” (SAQUET, 2011, p.96).

Não podemos pensar de forma ingênua que o assentamento é a solução do problema, mas considerar as possibilidades e pensar que as mudanças podem ser feitas em pequenas escalas, não de forma alienada, -onde a totalidade não seja considera- é uma maneira de revolucionar para além da estrutura hegemônica.

Pensando na abordagem do desenvolvimento econômico, este, é desigual e é, a um só tempo, social e espacial. É territorial. Dito de outra forma o processo de territorialização das forças e das relações de produção interconectadas e dos aspectos políticos e culturais, no tempo e no espaço, produzindo (e sendo constituído por) tempos e territórios: é um dos produtos da produção capitalista do espaço e do território que é centrada na reprodução ampliada do capital. Dessa maneira, para se pensar e construir uma *nova* sociedade, um *novo* espaço geográfico e um *novo* território, é necessário se compreender as contradições do processo de formação da sociedade, do espaço e do território atuais. Para se construir uma *nova* sociedade precisamos de um *novo* espaço e de um no território e vice-versa. Não há outra forma para se gerar alternativas para que a maioria das pessoas possa viver um pouco melhor. (SAQUET, 2004, p. 141).

O Brasil, principalmente na década de 1970, passou por um intenso processo de desenvolvimento econômico, principalmente quanto á modernização agrícola. As consequências dessa política de desenvolvimento refletem-se nas cidades, principalmente pela migração de trabalhadores que deixaram o campo. Por isso entendemos o campo e a cidade não de forma dicotômica, mas um relacionando com outro, onde trabalhadores saídos do campo se transformam em reserva de mercado nas cidades, que cada vez mais se especializam e “modernizam” suas relações. Santos (2006) no livro, *Por uma outra Globalização* afirma que “o urbano surge, sob muitos aspectos e com diferentes matizes, como o lugar da resistência, as áreas agrícolas se transformam agora em no lugar da vulnerabilidade” (...) ”a cidade se torna o lugar onde melhor se esclarecem as relações das pessoas, das empresas, das atividades e dos “fragmentos” do território com o país e com o “mundo” “(SANTOS, 2006, pg. 92-95)”“. O mundo moderno é racional que fragmenta as outras possibilidades de ser e estar fragmentando, como resposta à própria estrutura espacial que ainda se movimenta no sentido da fragmentação.

Os interesses estão voltados para atender as demandas do mercado, e o espaço vai se modificando assim como as relações sociais. A apropriação da natureza, de maneira que ela atenda as leis do mercado, ultrapassa a sua capacidade de regeneração e cada vez mais as relações seres humanos e natureza se distanciam. Vemos que hoje, muitas das políticas públicas estão dedicadas ao agronegócio, desde 1950 é a incorporação da discussão do desenvolvimento rural como uma estratégia de substituir, sem resolver, a discussão sobre a questão agrária.

Da década de 70 para cá, muita coisa mudou, todavia o sistema é o mesmo e com isso os interesses de mercado e a vida econômica ainda é o prato principal. Hoje o capitalismo em

seu estado mais avançado transformou o campo em uma máquina de produção de commodities agrícolas e minerárias, subordinando os elementos que compõem a função social da terra.

Os desmatamentos, a expulsão de ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas, assim como os assassinatos de lideranças camponesa são efeitos indissociáveis do avanço desta estratégia de “commoditização” do meio rural sobre os territórios historicamente ocupados pelos povos do campo e da floresta. A proteção a esses territórios e a ampliação dos assentamentos contrariam a expansão na medida em que desmercantilizam o acesso a terra e à água (IPEA, 2000, pg.247).

A territorialização do capital não é um processo neutro e sem resistência, dentre as políticas que foram sendo implementadas ao longo dos anos no Brasil, em diferentes governos, a Política de Reforma Agrária foi uma, e os assentamentos uma demanda dessa política. Para os trabalhadores rurais e camponeses do Brasil profundo, resistir é a única forma de sobreviver à ameaça de desterritorialização” (IPEA, 2000, pg. 247).

A condição atual camponesa aparece como um paradigma dentro do Paradigma do Capitalismo Agrário<sup>10</sup>, explicado por Simão (2014), que apoiado em Fernandes, coloca que a situação camponesa em duas vertentes: a primeira seria a metamorfose camponesa em agricultores modernos, respondendo ao sistema econômico vigente e a segunda seria o camponês que estaria em uma relação não capitalista do trabalho, porém condenados à miserabilidade. Para Simão (2014) esse modo de pensar o camponês o coloca numa situação de passividade e que de forma dialética existe uma relação dinâmica, desigual e contraditória entre as estruturas econômicas e a autonomia dos sujeitos e por isso a interpretação que temos do campesinato como sujeitos ativos do seu processo de recriação no interior do capitalismo por meio da sua resistência ao capital. Essa é uma ideia defendida por Almeida (2006), no livro: *(Re) criação do campesinato, identidade e distinção*, do qual a autora aborda as resistências existentes no mundo camponês e mesmo que na estrutura seja negado o direito de ser, esta é uma classe que (re) afirma sua identidade, expressando a sua territorialidade no território.

---

<sup>10</sup> O conceito de Paradigma do Capitalismo Agrário defendido em na Tese de Doutorado em 2014 por Simão, pela UNESP, mostra que essa a situação vivida pelos camponeses parte de uma corrente de pensamento hegemônico que considera somente essas duas formas de ser camponês.

Entendemos assim, o assentamento como território de resistência, um território que nas contradições às quais são forjados e legitimados, permitem o camponês se organizar e não serem desterritorializados e proletarizados. Para Simão (2014) subalternidade e resistência compõem o par dialético da recriação camponesa no interior do sistema capitalista (2014 p.314). Para Almeida (2006):

Independente de o modelo ser enquadrado, circular ou misto, as *imagens territoriais* (paráfrase de Raffestin) do assentamento revelam a identidade dando sentido à unidade territorial, a produção camponesa do território. Isso não anula, porém, á distintas formas de se chegar a terra, bem como diferentes mediadores presentes no processo. (ALMEIDA, 2006, p. 275)

Não concordamos, então, que o camponês para deixar de ser miserável tem que se integrar as lógicas de mercado, essa é uma teoria que na sua base não é possível, se consideramos que o capitalismo se desenvolve na exploração e exclusão de tantos. Na homogeneização do espaço, dentro do sistema capitalista, sempre existiram territórios desiguais e de exclusão.

E nessa perspectiva, entendemos que os desenvolvimentos territoriais, longe de ser uma expressão econômica também é uma questão política e ideológica, que persiste em colocar o desenvolvimento somente no seu aspecto econômico. Daí a importância de considerar os processos de T-D-R, e tudo que esse processo abrange, seja pelas territorialidades, pelas identidades e mesmo pelo que se entende por desenvolvimento. Vemos assim, o assentamento como uma possibilidade de resistir e, sobretudo de (re) construção da identidade camponesa, que ao longo da história tem mostrado seu caráter não passivo, mas totalmente ativo frente ao capitalismo agrário.

As resistências estão presentes na territorialização camponesa, que por mais contraditória que pareça ser não invalida a tentativa de expressar seu modo de vida, isso veremos no capítulo que descreve as relações camponesas com o assentamento, em diferentes aspectos, onde mesmo não existindo a escritura da terra do qual o assentado se transforma em um proprietário jurídico da área, esses assentados constroem, (não pela condição jurídica da terra, mas pelo trabalho na terra outras formas de pensar em desenvolvimento que é contemplado pelo que é considerado moderno) uma relação com o cotidiano.

Dessa maneira, nos próximos capítulos tentaremos entender as relações de força que permeiam o assentamento em estudo e entender a sua importância , numa perspectiva política, econômica, social e simbólica.



## **2. A GÊNESE DOS CONFLITOS DOS PROCESSOS T-D-R.**

### **2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**

Analisar a questão agrária brasileira no sentido de suas contradições, na amplitude de seus desdobramentos, ou até mesmo, no seu âmbito e configuração atual, faz-se necessário compreender o processo de colonização do Brasil principalmente no que se referem aspectos como: distribuição e concentração de terras, latifúndio, agricultura familiar, agronegócio, e principalmente “reforma agrária”.

Existem maneiras distintas de analisar a questão agrária no Brasil, optamos por discutir a política de reforma agrária, sendo um dos programas de reforma agrária para o país e seus impactos no território. Num breve contexto dos conflitos de terra que marcam a história do país, nos processos de T-D-R no espaço agrário brasileiro, para a pesquisa em questão é interesse discutir os pontos referentes à política de reforma agrária a partir da década de 60, onde surge a primeira política de e para reforma agrária, o Estatuto da Terra – Lei nº 4.504, 30 de novembro de 1964<sup>11</sup> e quando os processos históricos influenciaram e condicionaram a luta pela terra na Amazônia brasileira, que é foco dessa pesquisa.

A questão agrária, considerando a estrutura fundiária e as relações de trabalho prevalentes, fazia parte (no regime militar) da pauta política, todavia de uma maneira conservadora que integrava a agricultura a indústria, “modernizando-a” e com isso aprofundou a heterogeneidade da agricultura brasileira, tanto do uso variado da tecnologia como das relações de trabalho predominantes. O projeto acabou acentuando a concentração de propriedade da terra e capitalizando o campo.

---

<sup>11</sup> O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 1964) define a reforma agrária como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.

(art. 1º, § 1º).

No cerne da questão agrária e os conflitos, está intrínseco, a propriedade privada da terra, que é um assunto que perpetua desde a territorialização do sistema capitalista. Para Hobsbawn (1975), a transição para o sistema capitalista, na Europa ocidental, se dá pela passagem do feudalismo para o capitalismo, onde começa nas cidades, pois a separação entre cidade e campo é o elemento fundamental e constante da divisão social do trabalho, bem como sua expressão, desde o berço da civilização até o século XIX”. A propriedade privada da terra, além de configurar as relações sócio espaciais, de inserir uma outra lógica de trabalho, seja pela exploração ou pela constante mudança dos trabalhadores do seu local de origem, pelo avanço do capital da agricultura, por exemplo.

No Brasil, diferente da dos países pautados pelo sistema feudal, se insere na lógica capitalista no período de colonização portuguesa, onde começa ser arquitetado um modelo econômico pautado nas relações capitalistas<sup>12</sup>. Todavia, a propriedade privada da terra não foi o primeiro passo no Brasil devido o regime de sesmarias, a terra era concessão de uso, permitido pela coroa portuguesa.

Embates políticos e disputas de sentidos econômicos sobre a terra estão na raiz da questão a séculos, desde as formulações dos clássicos. Em conceitos e questões paradigmáticas, a questão agrária e o campesinato em constante recriação. A complexidade do estudo da questão agrária é atribuída aos pesquisadores e filiações dos mesmos frente à questão. Levando em consideração, a ideologia, o tempo histórico, referenciais teóricos que são pontos influentes para definição do problema. Para Sauer (2013), estão entre os clássicos, autores como Adam Smith (1723-1790), Karl Marx (1818-1883), David Ricardo (1772-1790), Lênin (1897), Kaustsky (1899) entre outros. São autores que tornaram possíveis os embates a certa da luta pela terra e a questão agrária que ainda hoje tem seu espaço para discussão e também discordâncias no modo de pensar os conflitos existentes.

Na tentativa de entender a teoria clássica, a Geografia brindou-nos com um esforço de compreensão capaz de preencher lacunas legadas de teóricos clássicos como Kautsky (1980) e Lenin (1982), que compreenderam o desenvolvimento do capitalismo a partir de um caráter

---

<sup>12</sup> Existe uma longa discussão intelectual a respeito do sistema capitalista no Brasil e no restante dos países latino-americanos, se existiu um sistema feudal ou não. Discussões que extrapolam o objetivo dessa pesquisa e por isso, nos detemos em concordar que o no Brasil não existiu um sistema feudal, o capitalismo ou o sistema capitalista surge a partir da colonização portuguesa e a relações que existiam aqui antes da colonização não são consideradas feudais.

supostamente dual, porque baseado na contradição entre capital e trabalho, existiam apenas duas classes sociais. Oliveira (2007) acrescenta, baseado em Marx, a renda da terra para discussão, mostrando a importância existente na questão agrária brasileira quando passamos a considerar a terra como mercadoria.

Na teoria desenvolvida por Lenin, derivada da diferenciação social, o autor aponta para um horizonte em que aos camponeses haveria dois destinos possíveis: a proletarização ou o aburguesamento. Por sua vez, Kaustsky sinaliza para o mesmo desfecho, não sem sentenciar o desaparecimento do campesinato em face de sua suposta incapacidade de assimilar as mudanças técnicas que o capitalismo introduz na agricultura. Para Lenin (1899), as maiores contradições da sociedade são as existentes entre burgueses e proletários na indústria entre fazendeiros ricos, de um lado, e proletariado agrícola de outro, na agricultura. Existem hoje no Brasil, muitos autores que defendem essa teoria para entender e superar as contradições agrárias no campo brasileiro, que insistem na tese de kautsky e Lenin “*de dissolução do campesinato no capitalismo, seja na forma de assalariados proletarizados, seja na forma de pequenos produtores capitalistas*”.(SABOURIN, 2007, p.38).

Caio Prado Jr.(1979), no livro *A Questão Agrária no Brasil*, apontava descontentamento com a maneira em que eram tratados os assuntos referentes à questão agrária afirmando que:

Acresce que no referente aos fundamentos e “teoria” – empreguemos a expressão- da questão agrária brasileira, observam-se ainda hoje velhas concepções não somente defeituosas (...) tendentes a desviar o assunto para que na prática podem levar, e já tem levado, a conclusões que contrariam, ou pelo menos embaraçam a marcha do que se há de entender, entre nós, como reforma agrária capaz de levar adiante a solução dos problemas da massa trabalhadora rural.

Trata-se do enquadramento, ou antes, tentativa teórica de enquadramento da reforma agrária brasileira num suposto processo socioeconômico que significaria assim se predestina, a transição de “restos feudais” ou “pré-capitalistas”, para uma nova etapa capitalista e progressista. Ora, essa concepção (...), tem levado a conclusões, às vezes utópicas e irrealizáveis, decalcadas em modelos europeus de passados séculos (...) (PRADO Jr. 1979, p.10).

O autor questionou o significado da palavra camponês nessa teoria, que em nada se assemelha com a realidade dos trabalhadores rurais do Brasil, afirmando que “do que se trata e deve essencialmente interessar a reforma agrária brasileira é da solução do que se propõe efetivamente na prática, e em profundidade, em nossa realidade” (PRADO Jr. 1979, p.10).

Para Guzmán e Molina (2013) existe no campo teórico da questão agrária, um marxismo ortodoxo, pautado na superação das forças produtivas para assim ser alcançado o socialismo real. Elevando o processo histórico europeu à teoria geral.

(...) a questão agrária no marxismo ortodoxo atribui um sentido histórico e alguns condicionamentos estruturais ao desenvolvimento do capitalismo de tal forma que o campesinato se converte em resíduo anacrônico condenado inelutavelmente a desaparecer ante o inexorável desenvolvimento das forças produtivas. Não poderia ser de outra maneira na medida em que o capitalismo fosse considerado um estágio superior da racionalidade possível e, ainda desejável, no avanço irrefreável das forças produtivas e estas seguem sendo consideradas como o demiurgo que finalmente conduziria os povos a graus superiores de bem-estar, dado seu caráter socializador imanente. (GUZMÁN; MOLINA 2009, p. 52).

Longe de propor uma nova teoria, sujeitamos essa pesquisa analisando a realidade de um assentamento no norte brasileiro, dialogando com a realidade dos que ali vivem. Optamos nessa dissertação, extrapolar a visão dual entre proletário e burguesia e da ideia de uma reforma agrária atrelada a um processo de industrialização. Entendemos que a realidade da América Latina é outra, onde se faz necessário entender a teoria, mas não importa-la como se coubesse em todas as realidades. Até porque trabalhamos com a concepção de camponês, que não necessariamente está contemplada na teoria de Lenin. Ao longo do capítulo, tentaremos discutir a questão agrária, tentando entender de que maneira a pauta de uma reforma agrária brasileira, que pode ser considerada uma reforma agrária clássica (união da burguesia com o camponês), ainda se faz presente no campo brasileiro e o conflito em torno dessa questão ainda não resolvida coloca milhares de trabalhadores e trabalhadores em situações frágeis.

Os conflitos por terra no território brasileiro são antigos, desde o Brasil colônia até os dias de hoje, a luta pela terra tem se mostrado presente, em diferentes perspectivas, uma vez que, os conflitos são respostas ao contexto espacial. Para FERNANDES (2013, P.177) “a questão agrária brasileira está presente no nosso cotidiano há, séculos. Pode-se querer escondê-la, encobrendo deliberadamente parte da realidade, mas ela se descortina dia a dia”. Ou quando MARTINS afirma que (1994, p.12-13): “Na verdade, a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer”. A questão agrária entendida é a definição enunciada por FERNANDES (2008), “compreendida como um problema estrutural do capitalismo” (2008, p.74) e a “reforma agrária é uma política territorial que serve para minimizar a questão agrária” (idem).

A questão agrária na complexidade de sua existência, não como enigma, mas como diferentes possibilidades de abordagem, traz no bojo da discussão a ocupação do território brasileiro e o surgimento dos grandes latifundiários que ainda hoje fazem parte dos conflitos que permeiam o território brasileiro. Autores da Geografia, como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes e Thomaz Jr. apontam para a territorialização do capital, como sendo o fator principal das questões agrárias, desde terras ocupadas pela coroa portuguesa e a criação da lei de 1850 que implanta no Brasil a propriedade privada da terra.

A Lei de 1850 proporciona fundamento jurídico à transformação da terra- que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então, a ter preço, normatizando, a propriedade privada da terra. Para Stédile (2005) A Lei n°601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil (STÉDILE 2005).

A Lei de Terras de 1850 entregou as terras como propriedade privada apenas para os fazendeiros, para os capitalistas. Nascia, assim, o latifúndio excludente e injusto socialmente. E os trabalhadores negros, impedidos de se transformarem em camponeses, foram para as cidades. Nascia também a favela, pois, mesmo nas cidades, esses trabalhadores não dispunham de condições para comprar seus terrenos, normatizados pela mesma lei. A Lei n°601, de 1850, escravizou, portanto, a terra e transformou um bem da natureza, que deveria ser democrático, em um bem privado, acessível apenas aos ricos. (STÉDILE, 2005, p. 285).

A Lei de terras além de regulamentar a terra em caráter privado, onde o valor da terra deveria ser pago a Coroa, uma vez que a princípio a terra tinha concessão de uso, não tinha valor mercadológico, fizeram com que milhares de ex-trabalhadores escravizados, ao serem libertos, pudessem se transformar em camponeses, todavia despossuídos de dinheiro para compra da terra, continuaram à mercê dos fazendeiros, como assalariados. As migrações, as ocupações aleatórias de terra e os conflitos nesse período são intensos, o modelo agroexportador da época, caracterizado pelo comércio entre as Américas e Europa entram em crise. Crise essa provocada pelo fim da escravidão, com a Lei Aurea , de 1888, oficialmente estabelecida, todavia um processo que já vinha acontecendo. Com a “libertação” dos escravos, e uma baixa na mão-de-obra capaz de dar continuidade aos fluxos do capital, começa a

propaganda na Europa, para atrair os camponeses excluídos pelo avanço do capitalismo industrial no final do século 19 na Europa (Martins 1979) (Oliveira 2007).

Com a necessidade de superação da crise do trabalho escravo, que vinha sendo caracterizado depois da abolição com trabalho livre, começava a surgir uma nova relação entre fazendeiro e o trabalhador. Este trabalhador livre que viera

“substituir o escravo, dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas diferia na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho e nela se fundava a sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra “(MARTINS, 1979, p.12).

OLIVEIRA e SALLES (2009) trazem a discussão da formação do território brasileiro e o seu caráter rentista, uma vez que a formação do território brasileiro tem suas especificidades, onde não se inicia com a propriedade privada da terra e sim, com o direito de uso concedido pela coroa portuguesa.

A discussão sobre a origem da propriedade da terra e da questão agrária no Brasil não pode prescindir da afirmativa de que ela deriva dos diferentes processos históricos pelos quais o país passou. Isto quer dizer que a formação territorial brasileira é consequência do processo através da qual o capital submeteu a terra à sua lógica econômica de exploração.(OLIVEIRA E SALLES, 2009, p.02-03)

De lá pra cá, a luta pela terra vai ganhando outros contornos, a complexidade do mundo não permite mais uma abordagem da qual se leve em consideração somente o tamanho da terra e um capital industrial nacional, existe uma relação direta entre a propriedade privada da terra, a economia brasileira e o capital internacional. Como mostra Carvalho (2013):

Os grandes proprietários de terras ao se reproduzirem socialmente no âmbito do pacto estratégico da econômica política, anteriormente referido, exercitam sua dominação no campo sob aquiescência do Estado e com a colaboração ativa dos governos, seja em relação à acumulação via espoliação dos recursos naturais seja no que se refere á crescente dependência estrutural da economia rural às empresas transnacionais de insumos, de agroindustrialização e de comercialização de commodities. (2013,p.35).

O avanço do agronegócio tem respaldo nas classes sociais dominantes do país, que ignoram a degradação do meio ambiente e a exploração dos trabalhadores. “Eximem-se de qualquer apreço ou consideração pela reprodução social dos povos da terra e pela soberania nacional” (CARVALHO , 2013 p. 35). Para o autor, a relação com as empresas transnacionais de insumos, por exemplo, faz parte da do modelo de agronegócio produtivista no Brasil de

hoje, potencializando os conflitos por terras e o (re) direcionando da luta pela terra feita pelos movimentos do campo.

Nesse sentido, percebemos que no cerne da questão agrária estão inseridos os conflitos territoriais, já que com a chegada da coroa portuguesa e a apropriação do território, houve expulsão daqueles que já ocupavam o mesmo, no caso, os índios e novamente em outro contexto, já com a Coroa estabelecida em território brasileiro, outros autores vão surgindo, como os camponeses tanto dos que aqui estavam quanto os que chegaram de outros lugares. O uso do território era concebido de maneira distinta, a relação que permeia cada grupo, cada coletividade tem suas especificidades, mesmo tendo surgindo do mesmo movimento, e por essa maneira como aponta FERNANDES (2013,p.177) “a questão agrária gera continuamente *conflitualidade*” (itálico do autor). Conflituosa, pois nasceu da contradição estrutural do capitalismo, de exploração, e como consequência, as desigualdades sociais que refletem o sistema.

Para FERNANDES (2013, P. 178): “A conflitualidade é o processo de enfretamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista...”, para esse autor, os conflitos fazem parte da questão agrária, porque sempre existirá “movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato” (2013, p.178). Entendemos o campesinato:

(...) como uma classe social inserida contraditoriamente no contexto capitalista, congregando, no caso brasileiro, elementos ontológicos e características consubstanciadas no processo de formação territorial do país. Sendo assim, o camponês brasileiro somente pode ser compreendido, quando situado na esteira do modo capitalista de produção, no contexto de sua construção espacial e temporal em nosso território. (SOUZA, 2012, pg.31).

A condição camponesa traz à tona a realidade de que esse é uma criação e recriação do próprio capital, que se desenvolve em seu interior. Martins (1990, p. 18), afirma que “a existência do campesinato provém das relações mediadas pelo capitalismo, desenvolvendo-se em seu interior como relações não capitalistas”.

Oliveira (2001b, p. 73), assim como Martins, interpreta o campesinato como relação não capitalista de produção, simultaneamente, a ocorrência das relações capitalistas de produção, sendo, portanto, esse campesinato originado no interior do processo de reprodução

do capitalismo, de modo contraditório e combinado. Da mesma forma, o citado autor, se expressa ao relatar que os camponeses, a partir da ação social, produzem seus territórios, que se constituem como produto da luta de classes.

Nesse contexto que encontramos a construção do sujeito camponês brasileiro, como sendo um sujeito em estado recorrentemente em busca de terra e trabalho e da constituição de um território onde possa produzir e reproduzir seu modo de vida característico. O que para Souza (2002), forma-se, assim, um constante movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. E por isso o movimento T-D-R, está diretamente ligado com os conflitos que permeiam o uso e apropriação do território, sendo que, esse movimento requer deixar um território e ir de encontro a outro, onde são colocados novos desafios, não somente no modo de vida, mas no modo de vida, mas na maneira como as novas relações entre os que chegam e os que estão são estabelecidas.

A discussão em torno da construção do sujeito proprietário de terras no Brasil é longa, todavia é interesse desse trabalho, compreender e discutir as mudanças que ocorreram no território brasileiro e as relações sociais que vão sendo construídas e desconstruídas nesse processo. Já que junto da territorialização do capital também começam a surgir às resistências a esse modelo por aqueles que não se sentem representados. Sujeitos que surgem na contradição do capital, como afirma Oliveira (2007), de modo “combinado e contraditório”.

Os camponeses e os proprietários de terra são classes sociais do capitalismo, e são classes que se opõem dentro deste sistema de produção, que caracterizam os territórios em disputa, onde as relações de poder vão permear a configuração territorial no Brasil.

“A base para se compreender o campo brasileiro, está na compreensão da lógica do desenvolvimento capitalista moderno, que se faz de forma desigual e contraditória. Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo, e a sua consequente expansão no campo, se fazem de forma heterogênea, complexa e, portanto plural. Este quadro de referência teórica está, portanto, no oposto daquele que vê a expansão homogênea, total e absoluta do trabalho assalariado no campo com característica fundante do capitalismo moderno.

Dessa forma, o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. Ou seja, no caso brasileiro o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja, etc. Mas, por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Isto quer dizer que parte-se também, do pressuposto de que o camponês não é um



sujeito social de fora do capitalismo, mas sim, um sujeito de dentro do capitalismo.” (OLIVEIRA, 2007: 131)

A discussão em torno da formação do território brasileiro é de extrema importância para a compreensão dos diferentes sujeitos que vão compor este cenário, que como foi dito, conflituoso e em movimento, já que está sempre se refazendo, desterritorializando e reterritorializando, mudando as relações sociais que permeiam este cenário. A questão agrária no território brasileiro reflete os conflitos territoriais e identitários, os territórios fragmentados com identidades fragmentadas, que por sua vez vão refletir no desenvolvimento territorial.

A territorialização do capital na Amazônia brasileira é o reflexo da intensificação dos movimentos territoriais. Com a chegada do “milagre econômico” temos uma parcela significativa que se dirige ao norte do país.

Para Silva (2002):

Durante os anos 60 e 70 a agricultura brasileira mostrou crescente aumento na sazonalidade do trabalho temporário; quer dizer, os picos de mão-de-obra cresciam cada vez mais nas épocas de colheita em função da elevação de produtividade, em função de maior adubação de variedades selecionadas, etc. e cada vez era preciso um contingente maior de trabalhadores para fazer a safra, de modo que esse país nos anos 70, final dos anos 70, começo dos anos 80 virou um país de vai e vem. (2002;p.141)

Com isso, temos trabalhadores que vão se transformando em trabalhadores volantes (“boias-frias”) (ROMEIRO 2002; p.122), aos quais serão negados quaisquer garantias trabalhistas, e parte migrará para as cidades por falta de oportunidades de trabalho no campo, “pois a esse processo de expulsão se seguiu um processo acelerado de mecanização e quimificação poupadores de trabalho” (ROMEIRO, 2002; p.122)

Na discussão da questão agrária brasileira, marcada por estruturas fundiárias coloniais que refletem na luta pela terra nos dias de hoje, é pensar também a maneira como as cidades vão sendo constituídas nesse intenso processo migratório feito pelos trabalhadores rurais, Oliveira (2002) aponta para as contradições e aproximação do campo e da cidade, não somente o surgimento das periferias pelos trabalhadores que se deslocam do campo, e pelas lutas de reforma agrária que em sua grande maioria acontecem na cidade, ou até mesmo pela aproximação do camponês pelas vias de mercado, que ele encontra na cidade. Nessa mixagem, novas territorialidades vão surgindo, o mundo “moderno” permite o estreitamente

das relações, aproximações territoriais. Saquet (2011), afirma que o estudo desses elementos, num perspectiva agrária, permite mostrar e explicar

Os ritmos-temporalidades-desigualdades, as diferenças, as tradições – identidades, continuidades e as mudanças – descontinuidades, as relações de poder, os conflitos, as contradições, a produção-circulação-troca- consumo, o manejo e uso da terra, a degradação da natureza, as técnicas e tecnologias, as políticas públicas, enfim, aspectos fundamentais, tanto econômicos, como políticos, culturais e ambientais do movimento perpétuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, isto é, de formação de territorialidades e territórios, tempos e temporalidades, processos multidimensionais que estão sempre presentes na questão agrária, ou melhor, no agrário- rural, na cidade-urbano e em suas relações. São territorialidades existentes entre sujeitos e destes com sua natureza exterior. (SAQUET, 2011, p. 218).

Ou seja, são territorialidades em conflitos, que se esbaram nas fronteiras construídas por interesses distintos no uso da terra e a maneira como estabelecem essa relação no tempo e no espaço. São relações que tem um caráter identitário representando pelas territorialidades que são atravessadas pelas relações de poder. Os assentamentos são uma maneira de diminuir esse conflitos e assentar territorialidades distintas, fazem parte do processo de uma política de reforma agrária, que estava prevista na Constituição de 1988.

## **2.2 AS PERSPECTIVAS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.**

Martins (2000), afirma que ao analisar a política de reforma agrária, antes é necessário entender a questão agrária, e está inserida num contexto histórico e para compreendê-la, não basta ter relacionar o capital com proprietários de terra, mas analisar a estrutura fundiária do Brasil e as recorrentes mudanças feitas durante distintos governos, que se propuseram ou não fazer uma reforma agrária Ou seja, a questão da terra constitui um problema temporal e espacial.

Até 1950, o debate sobre a questão agrária se restringia ao campo intelectual, político-partidário e a Igreja Católica. Embora existissem diversos conflitos pela terra, não havia uma força social que reivindicasse a reforma agrária propriamente dita (Martins 2000). É a partir do final dos anos 1950 e início dos anos 1960 que o tema da reforma agrária se torna uma

demanda concreta expressa pelas diferentes forças sociais que aos poucos foram se unificando nas diferentes regiões do Brasil. A partir de 1962, foi criada a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e a tentativa do então presidente da época, Goulart, de desapropriar imóveis próximos às estradas e obras federais, para reassentar agricultores sem terra. No entanto a forte reação das elites rurais<sup>13</sup>, que já exerciam grande poder na tomada de decisões políticas, e seus aliados urbanos, serviu de base para derrubada do governo civil, em 1964, e instalou no Brasil um regime de exceção que durou até 1985.

O golpe de 1964, articulado pelos militares e pelos grandes empresários, teve, entre outras finalidades, a de impedir o crescimento das lutas sociais no campo e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, que pela primeira vez em sua história ingressavam maciçamente no cenário político. No que diz respeito à questão da terra, o golpe já tinha o precedente da intervenção militar nas lutas rurais. (MARTINS, 1984, p.20).

A ruptura institucional de 1964 abafou as demandas emergentes dos trabalhadores, mas de alguma forma, incorporou a crítica, proveniente dos mais diferentes segmentos sociais, ao latifúndio<sup>14</sup>. Logo após o golpe militar, o mesmo Congresso Nacional que havia bloqueado dezenas de projetos de reforma agrária, acabou por aprovar uma emenda constitucional que permitia o pagamento das terras desapropriadas com títulos da dívida pública e a suspensão da exigência de que essa indenização fosse prévia. Foi também aprovado o Estatuto da Terra. Constituíam-se, assim, o espaço legal para a viabilização de transformações na estrutura fundiária.

Pouco tempo depois do golpe de 64, o governo do marechal Castelo Branco enviou ao Congresso Nacional um projeto, elaborado meses antes por empresários e militares, destinado a concretizar uma reforma agrária que não representasse um confisco de terras dos grandes fazendeiros, mas que permitisse conciliar a ocupação das terras dos grandes fazendeiros e utilização das terras com a preservação da propriedade capitalista e da empresa rural. Esse projeto, aprovado rapidamente, transformou-se no

---

<sup>13</sup> Sobre a influência das elites agrárias no país, foi utilizada a dissertação de mestrado defendida em 2012 na Universidade de São Paulo - USP, pela mestrande Sandra Helena Gonçalves Costa, com o título "A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E A BANCADA RURALISTA NO CONGRESSO NACIONAL".

<sup>14</sup> Latifúndio é a propriedade rural, independente da sua extensão, não racionalmente explorada por atividade industrial, agrícola, extrativista ou pastoril, de maneira que a produtividade não alcance os limites que suas qualidades intrínsecas e localização permitem. É considerado, igualmente, latifúndio toda propriedade rural explorada por parceiros, arrendatários, dentro de qualquer outra modalidade, da qual o proprietário aufera renda sem empregar atividade ou, ainda, toda propriedade rural onde os assalariados não gozem dos benefícios da legislação trabalhista. (SHILLING 2005, p.235)

Estatuto da Terra. O Estatuto abria acesso a terra quando se olha o assunto do ângulo da grande massa de trabalhadores sem terra. (MARTINS, 1984,p.22).

O novo documento foi definido pela mensagem presidencial que o acompanhou ao Congresso como sendo mais do que uma lei de reforma agrária, uma lei de desenvolvimento rural. Compunha-se de duas partes bem distintas: uma referente à reforma e outra ao desenvolvimento. Coerente com essa divisão tipificavam-se os imóveis rurais em minifúndios, imóveis com área inferior a um módulo rural<sup>15</sup> naturais.

O objetivo da reforma agrária seria a gradual extinção de minifúndios e latifúndios, fontes de tensão social no campo. A empresa, que poderia inclusive ser familiar, tornava-se o modelo ideal da propriedade fundiária. O caminho para que o latifúndio se convertesse em empresa seria a desapropriação (somente em casos de tensão social), a tributação progressiva e medidas de apoio técnico e econômico à produção. A lei estabelecia ainda, indiretamente, uma área máxima para as propriedades rurais, quando definia o latifúndio por extensão (e que deveria ser objeto de desapropriação) como a propriedade que ultrapassasse 600 módulos rurais<sup>16</sup>. Para Martins (1984), o Estatuto da Terra já surge com o propósito de beneficiar o empresário e não o camponês.

É a partir de 64 e sobretudo a partir do Estatuto da terra entre diretamente na questão da propriedade da terra, dando apoio econômico, através dos incentivos fiscais, sobretudo a partir de 66 com a legislação da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento Amazônico), dando apoio econômico às grandes empresas capitalistas que quisessem se instalar no campo, estender os seus negócios ao campo. (MARTINS 1984, p.67).

O espaço legal que se abria para a realização de transformações na estrutura fundiária estava sob estrito controle de um Estado autoritário, que propiciou a privatização de espaços públicos (O'Donnell, 1986). Com os movimentos sociais duramente reprimidos, lideranças perseguidas, sindicatos sob intervenção, a nova lei pouco significou em termos de medidas concretas. Para Martins (1984), “o encaminhamento da questão fundiária, pela ditadura militar, não podia fazer-se separadamente da questão do desenvolvimento econômico, inclusive do desenvolvimento da agropecuária”. (MARTINS, 1984, p.33).

---

<sup>15</sup> Módulo Rural é uma unidade de medida que exprime a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e as condições de seu aproveitamento. (Medeiros, 2003, p.43) Um módulo rural é a área necessária para prover a subsistência de uma família.

<sup>16</sup> <http://www.dataterra.org.br/Documentos/leonilde.htm>

O modelo econômico imposto durante a ditadura militar tinha em mente um projeto colonizador, que visava ocupar terras para “melhor” distribuição demográfica do país. A ocupação territorial na Amazonia brasileira se deu nos moldes desse modelo desenvolvimentista, do qual muitos trabalhadores migraram para a região em busca de melhor qualidade de vida, fugindo da modernização na agricultura, principalmente nordestina e em busca de trabalho, já que foram implantados projetos de mega estruturas que demandavam mão-de-obra. Ataíde (2006) afirma que:

A ditadura militar centrou suas ações para o campo em projetos de desenvolvimento, principalmente na Amazônia, levados a cabo por autarquias com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que financiava grandes projetos agropecuários para a implantação da agroindústria; dinheiro público financiando grandes empresas capitalistas, principalmente na Amazônia, que na ótica militar era um grande vazio demográfico que precisava ser ocupado e integrado ao Centro-Sul do país, bem como em projetos de colonização, privados ou públicos, implementados na região amazônica como forma de aliviar os constantes conflitos agrários ocorridos em outras regiões do Brasil, como o Nordeste e o Sul, a colonização, para os militares, era a visão de reforma agrária possível, que gerou grandes distorções. (ATAÍDE, 2006, p.222)

Oliveira (1996) afirma que o modelo desenvolvimentista para o Brasil na ditadura militar aumentou o número de conflitos e o número de grilagem de terras:

Aí reside um dos fatores fundamentais para entender o processo generalizado de expansão de conflitos, sobretudo na Amazônia: o governo estimulava a com a SUDAM, os investimentos através dos grandes projetos agropecuários, e não abria a possibilidade de acesso a terra para as grandes lavras de migrantes. E acrescenta-se a isto a grilagem de terras generalizada que passou a ocorrer em todos os estados da Amazônia Legal, área de atuação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). [...] Os grandes industriais e banqueiros do Centro-Sul do país transformaram-se e foram transformados em latifundiários/grileiros das terras indígenas e dos posseiros da Amazônia. Não tardou muito para a instituição. Do jagunço e dos pistoleiros de serviço passasse a ser componente básico dos latifundiários da Amazônia. (Oliveira, 1996, p. 28)

A política de integração nacional foi implantada pelo regime ditatorial-militar (1964 a 1985), com o slogan “integrar pra não entregar”, BECKER (2004) afirma que entre 1968 e 1974, o Estado brasileiro impôs:

“... sobre o território uma malha de duplo controle-técnico e político-constituída de todos os tipos de conexões e redes, capaz de controlar fluxos e estoques, e sendo as cidades como base logística para a ação”. (BECKER, 2004, p.26)

Becker (2004), afirma que as estratégias territoriais de ocupação do território na Amazônia pelo Estado passa a produzir um espaço político, visando completar a apropriação física e controlar o território, “exercendo o controle social, espaço constituído de normas, leis e hierarquias” (2009, p. 26).

Para Becker (2009):

O privilégio atribuído aos grandes grupos e a violência da implantação acelerada da malha tecno-política, que tratou o espaço como isotrópico e homogêneo, com profundo desrespeito pelas diferenças sociais e ecológicas, tiveram efeitos extremamente perversos, destruindo, inclusive, gêneros de vida e saberes locais historicamente construídos. Tais são lições de como não planejar uma região.

As modificações nas relações nas relações de produção que se intensificaram no Brasil a partir dos anos 1960 não geraram a expropriação simples dos camponeses, transformando-os em proletários. A realidade é mais complexa. O incessante processo migratório feito por trabalhadores expropriados de suas terras atribuídos pelo discurso desenvolvimentista da época, nos mostra que as relações que surgem na colonização da Amazônia, muitas fronteiras se cruzam. Passa a ser o lugar de encontro e desencontro, dos que partem, dos que chegam e dos que já estão no lugar. Temos então nessa época uma política de reforma agrária que surge para amenizar os conflitos.

Sem levar em consideração as populações que viviam naquele território foram sendo implantadas políticas sob um discurso que defendia o progresso com bases supostamente modernas, e assim colocava a região como uma barreira a esse progresso, que tinha que ser superado, com estradas de rodagem e o desmatamento, para dar lugar à criação de gado, na época. Esse conceito é hegemônico até hoje. Como diz SCHWEICKARDT (2003):

Porque uma região não pode ser pensada apenas como um lugar geográfico, como propunham os geógrafos da década de 1940, ela é sempre um campo de disputas e de múltiplos significados que não se reduzem a sua dimensão espacial. A política dos grandes projetos, posta em prática a partir dos anos de 1960, visava integrar a região amazônica ao território e à economia nacional, mas tinha claramente, como pressuposto a ideia e que a região fosse um imenso vazio. (2003, p.81).

É nesse contexto que surge a primeira lei de Reforma Agrária no Brasil, o denominado Estatuto da Terra, Lei nº4.504 de 30 de novembro de 1964 que, apesar de decretada pelo governo militar, era um lei progressista que foi elaborada por técnicos preocupados com a resolução dos problemas agrários no Brasil. Junto com o Estatuto da Terra, foi criado o

Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de desenvolvimento Agrário (INDA), todavia a reforma agrária não saiu do papel, Oliveira (2007) afirma que:

O período de existência dos dois órgãos promotores da contra reforma agrária dos militares, IBRA e INDA, de 1964 a 1970, esteve marcado por um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros. (OLIVEIRA, 2007, p.122)

O próprio Estatuto da Terra foi elaborado de tal forma que se orienta para estimular e privilegiar o desenvolvimento e a proliferação da empresa rural, onde:

O destinatário privilegiado do Estatuto não é o camponês, o pequeno lavrador apoiado no trabalho da família. O destinatário do Estatuto é o empresário, o produtor dotado de espírito capitalista, que organiza a sua atividade econômica segundo os critérios da racionalidade do capital. Na classificação das propriedades (minifúndio, empresa, latifúndio por exploração e latifúndio por dimensão), a pena é distinta para o minifúndio e para o latifúndio. O minifúndio é contemplado com medidas especificamente referidas ao tamanho da propriedade, como o impedimento da fragmentação na herança, e as pressões destinadas ao remembramento da propriedade. Já no latifúndio pode, até mesmo com o crédito subsidiado, transformar num empresa, para efeito de apreciação do INCRA, para evitar os efeitos da tributação progressiva, sem especiais problemas de desmembramento. (MARTINS, 1984,p.33).

Para Martins (1984), a política de reforma agrária nesse período serviu como válvula de escape, “uma política que operou no sentido de compensar as grandes correntes migratória em direção à Amazônia” (p.38).

A análise a ser feita desse processo, é que nunca existiu de fato a intenção de se fazer uma reforma agrária. As medidas de reforma agrária até o momento procuravam satisfazer exigências imediatas, neutralizar conflitos locais e, acima de tudo, evitar um confronto maior com os grandes proprietários de terra. Dessa forma, elas não representaram ações contundentes com o objetivo de transformar o sistema fundiário e suas assimetrias nas relações de poder. Para Carter (2010) faz com que a reforma agrária no Brasil até os dias atuais seja conservadora, pois tem tido um mínimo impacto sobre a estrutura agrária do país.

Os institutos criados na época da ditadura (IBRA e INDA) acabaram por se desfazerem, ou melhor, houve uma fusão dos dois para nascer o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Em 1970, foi criado o INCRA.

O novo órgão assumiu o papel de organizar a política de terras do governo, segundo os critérios vigentes. Por um lado, os focos de tensão fundiária nas áreas de ocupação

consolidada – a luta pela terra por agricultores com ou sem terras – seriam objeto de uma ação governamental coordenada. Por outro, no lugar de promover uma mudança na estrutura fundiária nos locais de conflito (reforma agrária, incidindo sobre terras particulares), a opção foi abrir novas áreas de ocupação, distribuindo terras públicas em territórios ainda inabitados (colonização). Esse deslocamento do eixo da política fundiária, com o INCRA agindo, sobretudo, no aspecto “C” (colonização), em detrimento do aspecto “RA” (reforma agrária) é crucial como explicação da dinâmica territorial brasileira desde então.

Os projetos de colonização e integração nacional, iniciados na década de 70, criaram os alicerces para implementação dos assentamentos na Amazônia. A maior parte das famílias que migraram para a região foi motivada pela oferta de terras e crédito subsidiado (Nildo, 2005). O grande esforço no novo órgão (INCRA) de amenizar os conflitos advindos da ocupação do território, da migração de trabalhadores e trabalhadoras para no Norte do país, fez com que diversos modelos de assentamento fossem criados. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, cresce a complexidade da problemática agrária em decorrência das mudanças verificadas no campo e novos movimentos sociais entram em cena como os atingidos por barragem, dos seringueiros, dos trabalhadores rurais sem terra etc. Para Martins (1984), “a questão da Amazônia é, em parte, a manifestação regional da questão agrária, uma questão, por sua vez, tecida pelo processo de reprodução ampliada, pelo processo de apropriação da renda fundiária pelo capital” (1984, p.34).

O regime militar marca duramente a realidade da Amazônia, que passou a ser concebida como fronteira de recursos e não mais “região- problema” (MARTINS, 1984, p.47). A política desenvolvimentista e centralizadora abriu o território para grandes incentivos nacionais e internacionais, configura também outra realidade para os conflitos agrários no Brasil.

Há um debate amplo, em torno exatamente desses conflitos, que é um debate político, um debate que envolve o ato de decifrar o sentido político das lutas no campo e o lugar que elas têm no processo político brasileiro. De modo que não estaremos deixando de falar sobre a questão política ao falar sobre o problema da terra. No meu modo de ver, é impossível retirar do problema fundiário seu caráter político, caráter político que de resto ele sempre teve. (MARTINS, 1984, p. 63).

Dessa maneira, para amenizar esses conflitos as políticas governamentais são criadas respondendo a pressões distintas que estão envolvidos nos conflitos. Assim, foram sendo criados Projetos de assentamentos (PA) na Amazônia ora por pressão dos movimentos



sociais, ora para atender as metas do governo federal e ora para regularizar os assentamentos que foram surgindo de maneira espontânea por trabalhadores que ocuparam um pedaço de terra. Diante disso vão surgindo outros problemas, pois além de assentar populações ali, seria preciso criar políticas ambientais que dessem conta da preservação da floresta dentro e fora dos assentamentos.

Com o término do governo militar, em 1985, deu-se início ao ciclo contemporâneo de governos civis no Brasil. Em seu primeiro período, na chamada “Nova República”, as atenções voltaram-se aos problemas sociais do país, entre eles a questão agrária, agravada pelo avanço da revolução verde<sup>17</sup>, que contribuiu para o grande êxodo rural verificado a partir do final dos anos 60. No governo José Sarney (1985-1990), foi elaborado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), prevista no Estatuto da Terra, com metas para assentar 1.400.000 (um milhão e quatrocentos mil) famílias, ao longo de cinco anos, sendo que no final dos cinco anos foram assentados apenas 90.000 (noventa mil) trabalhadores sem terras. (Data Luta 2008)

No governo de Fernando Collor (1990-1992), o programa de reforma agrária foi paralisado não ocorrendo desapropriação nem assentamentos de famílias no campo. O governo de Itamar Franco (1992-1994) retornou a Reforma Agrária em uma área de 1.229.000.000 ha, tendo no final de 1994, após 30 anos da programação do Estatuto da Terra, beneficiado 300.000 famílias.

No governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a reforma agrária no Brasil tomou grande impulso, sendo assentadas neste período mais de 600.000 (seiscentos mil) famílias em todo Brasil. (FERRAZ e BARBOSA, 2000). A discussão feita por Umbelino (2013) em relação aos assentamentos feitos nesse período é de que não bastava assentar, isso seria somente quantificar um problema que não está restrito aos números. Oliveira (2013) ao analisar o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), principalmente nos mandatos do Governo Lula (2003-2010), mostra que o interesse foi o mesmo, as políticas de reforma agrária não conseguiram sair do conservadorismo e mexer nas estruturas agrárias do país. Foi reproduzido até pelo partido dito de esquerda, a mesma lógica quantitativa do governo

---

<sup>17</sup> Revolução Verde é o termo utilizado que caracteriza uma mudança na agricultura, que passa a se “modernizar” e aumentar a sua produtividade com uso de sementes geneticamente modificadas, utilização de agrotóxicos e mecanização do campo.

anterior, mascararam dados e com isso acentuaram os conflitos por terra. Quanto à distribuição territorial dos conflitos por terra, “verifica-se que a maior parte violenta deles ocorra na Amazônia” (Oliveira, 2013, p.112).

No Brasil, a questão do conflito agrário no campo é escamoteada, desta forma as mortes ocorridas, principalmente no Norte e Nordeste do País, de trabalhadores rurais tem pouca repercussão na mídia e o judiciário na maioria dos casos faz vista grossa. A impunidade dos assassinatos de trabalhadores rurais está ligada com a forte influência que a bancada ruralista tem no Congresso Nacional (Costa, 2012). A análise feita pela CPT (2012), referente aos conflitos de terra mostra que entre os anos de 1985 e 2010, 1.033 (um mil e trinta e três) pessoas foram assassinadas somente na Amazônia Legal.

Entre 1985 e 1989, quando a União Democrática Ruralista – UDR torna-se nacionalmente conhecida, as mortes chegaram a 640, um recorde. De 1996 até meados de 2003, o saldo foi menor, mas ainda assustador: mais de 200 pessoas morreram no campo. O maior massacre de sem-terra na história do país ocorreu no Pará, estado campeão em confrontos, em Eldorado dos Carajás, em 1996, com 19 mortes e 51 feridos.

No Estado do Amapá não é diferente também acontecem conflitos agrários em 10 Municípios envolvendo 305 famílias. No Município de Amapá ocorreu a chacina dos irmãos Magave<sup>18</sup> em fevereiro de 1994, onde morreram cinco trabalhadores rurais em consequência da expansão do latifúndio, que usa de meios ilícitos de obtenção de terras através da compra de algumas áreas com Declaração de Posse, (Título de Promessa de Compra e Venda e Licença de Ocupação expedida pelo INCRA), quando de sua transferência para o novo titular (fazendeiros ou empresas) estes requerem as áreas ocupadas por camponeses que são contíguas e entre as posses requeridas, desta forma são obrigados a vender ou são expulsos de suas terras e muitas vezes assassinados, como foi o caso conhecido da chacina dos cinco irmãos da família Magave.

Os conflitos agrários no Brasil são reflexo também de uma reforma agrária que não aconteceu, mesmo tendo uma herança em todo processo histórico do país, a falta de interesse político na execução das políticas que beneficiam os agricultores rurais nos dias atuais, nos

---

<sup>18</sup> Família que foi assassinada em conflitos agrários por pistoleiros, os culpados não foram incriminados.

fazem lembrar de um Brasil ainda na fase do “descobrimento”. As análises a serem feitas a respeito desse assunto são muitas, pois não estão restritas em escalas nacionais, seria necessário fazer uma análise da conjuntura política atual para entender os avanços e os interesses por trás de toda a estrutura agrária, inclusive o processo de urbanização que reflete nos territórios e territorialidades rurais. Teremos essa discussão ao longo do trabalho, uma vez que, não é nossa meta discutir todo conteúdo, mas tê-lo como contexto. Contudo, o fato da reforma agrária não ter acontecido, os assentamentos se tornam a expressão máxima dessa política, por isso a importância de entender o território do assentamento como possibilidade e perspectiva de mudança, sendo o lugar de possível territorialização do camponês.

A criação de assentamentos rurais envolve a concepção de como deve ser gerada a propriedade agrícola para os “pequenos” produtores rurais, projetos estes que se relacionam com os diversos atores envolvidos e estão vinculados a vários conflitos na luta pela terra ou pela permanência nela. São muitas as instituições criadas em decorrência dessa luta que se acirram principalmente depois dos anos 80, propiciados pelo cenário de abertura política e que contaram com o apoio de diversos setores da sociedade.

Becker (1990) relata que os assentamentos na Amazônia são de estreita relação com os projetos oficiais de colonização para a região que teve início com o Programa de Integração Nacional (PIN).

Este programa previa que os projetos de colonização teriam sua localização numa faixa de 100 km de cada lado de qualquer rodovia federal, desta maneira sendo concebidos num esquema de urbanismo rural a ser implantado nas chamadas áreas de vazio demográfico. Os assentamentos foram sendo implantados, para amenizar os conflitos no norte, causados pela ocupação desordenada do território sem uma política de reforma agrária clara e não menos importante sem considerar as diferenças existentes entre aqueles que ocupariam o assentamento. Como nos aponta Schweickardt (2003) a política de colonização refletia também:

... A necessidade de dar alguma resposta aos problemas gerados pela seca do Nordeste, e de desanuviar o clima de tensão caudado pelas disputas por terra que se multiplicavam em outras regiões do país, já que governo não se dispunha a fazer a reforma agrária, há tanto tempo demandada. A Amazônia era então a “última fronteira agrícola”. (2003, p.81)

Estando os assentamentos envolvidos em uma situação que remete as relações de força presentes no uso e apropriação do território, é perceptível que dentro da questão agrária os enfrentamentos existentes na luta pela terra, os camponeses parecem ser o lado mais fraco da força. Acreditamos que o processo de T-D-R, existe pela constante expropriação de terra, onde esta é negada para o sujeito que vive dela. Os assentamentos se transformam em território de resistência, quando.

O acampamento produz formas de experiências de si onde os acampados tornam-se sujeitos de um modo particular. Essas formas de experiência configuram a formação da subjetividade territorial, na qual o sentimento de pertencimento a um lugar não é fixo (mas que se encontra nos discursos do movimento), é criado e recriado por seus acampados onde estiverem reunidos... (NATIVIDADE, apud, HEIDRICH 2004, pg.60)

Os assentamentos passam ser territórios de encontro e desencontro, o território onde camponeses e camponesas reinventam no tempo e no espaço.

### **2.3 ASSENTAMENTOS E ASSENTADOS**

Antes de falar dos assentamentos, é importante lembrar que a Amazônia, principalmente nos anos de 1970, “transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida, processo que continuou, ainda que atenuado, com a reinstauração do regime político civil e democrático em 1985” (MARTINS, 2009, p.132). Com a ideia de última fronteira, Martins (2009) afirma que “a história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança”. (ibidem, p.132).

As primeiras propostas de assentamento surgem nos anos 60 e ganham força nos anos 70. Em muitos casos, as desapropriações, arrecadações ou compra de terras visaram a por fim a antigos conflitos, contemplando trabalhadores que estava em alguma área. São trabalhadores que vieram de outros Estados (no caso da Amazônia) e passam a ocupar o território modificando as relações espaciais. Existe o fluxo entre o campo e a cidade e entre o campo e

o campo, são migrantes em busca de trabalho, de possibilidades, frente a um projeto desenvolvimentista que estava sendo arquitetado para o país.

Com o constante deslocamento, num processo de desterritorialização, muitos camponeses<sup>19</sup> foram reféns de atos violentos cometidos por proprietários que disputavam com eles o direito a terra. Entre 1964 e 1985, quase seiscentos camponeses foram assassinados em conflitos na região amazônica. (Martins 2009). Nesse contexto, temos uma mudança na dinâmica territorial amazônica, os conflitos se tornam mais acentuados, mas passado o tempo do regime militar surge outra demanda, muitos dos trabalhadores que migraram para o norte, ficam a mercê dos grandes proprietários e outros tantos sem trabalho.

Até 1995 indicavam que, na Amazônia, 72,7% dos trabalhadores eram empregados no desmatamento da floresta virgem para posterior formação de pastagens para o gado. Apenas 12,2% dos trabalhadores foram utilizados em trabalhos permanentes na agricultura e na pecuária. Comparando dois períodos distintos, o que vai até o final da ditadura, em 1984, e o posterior a ditadura, a partir de 1985, a média anual de casos denunciados de escravidão praticamente dobra, saltando de 13,5 para 25,1. Na Amazônia, o salto é de 9,8 para 17,7 casos anuais. (MARTINS, 2009, p.81).

Para Almeida (2006), os assentamentos surgem no âmbito da burocracia estatal brasileira, mas que hoje pode deixar de ser visto, como um assentamento em si, para “ser o processo de territorialização da luta pela terra” (ALMEIDA, 2006, pg.257), como unidade territorial. Dessa maneira o assentamento, nas contradições existentes, pode ser abordado na sua diversidade, seja pelas instituições responsáveis pela gestão e pela diversidade com que ele é formado, a identidade da classe camponesa, expressa no território, ou seja, as territorialidades.

Concordamos com Martins (2003) quando afirma que:

A diversidade de origem dos assentados sugere que a massa de clientes da reforma agrária é constituída pelos resíduos de várias categorias sociais que se desagregam em consequência de transformações econômicas, sobretudo na agricultura, nos últimos 50 anos: colonos de café, pequenos arrendatários de formação de fazendas em várias regiões, como Paraná, o Oeste de São Paulo e Goiás, moradores das fazendas de cana-de-açúcar do Nordeste,

---

<sup>19</sup> Não somente camponeses sofreram com a violência, os índios foram os maiores alvos de conflitos na região Amazônica. (GOLÇALVES, 2003, P.45)

pequenos agricultores e proprietários no Sul do país, pequenos posseiros na Amazônia. (...) São sobreviventes de um passado histórico que não conseguiram requalificação e reinserção em outras atividades econômicas após a precarização das velhas relações de trabalho. (MARTINS, 2003, p.35).

A diversidade dos assentados que vão compor os assentamentos é grande, isso expressa à territorialidade complexa que existe nos mesmos, todavia Martins (2003) chama atenção para o lumpem campesino que são criadas nessas trajetórias, ora se reterritorializando na cidade, ora no campo.

A reconstrução da luta pela terra faz com que os assentamentos rurais assumam um papel relevante em termos de materialização dos resultados da luta entre trabalhadores rurais sem terra e latifundiários, mediado pelo Estado. Existem na nossa concepção dois tipos de assentamento, aqueles que surgem para amenizar os conflitos e aqueles que surgem por demanda dos movimentos na luta pela terra. O primeiro é muito frequente em regiões amazônicas.

Vários tipos de projetos foram implantados na Amazônia sob diferentes graus de responsabilidade do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, destacando-se o PIC (Projeto Integrado de Colonização) e o PA (Projeto de Assentamento) ou PAR (Projeto de Assentamento Rápido) (BECKER, 1990).

Os projetos integrados de colonização (PIC) davam responsabilidade ao INCRA de se encarregar de organizar todo o assentamento, inclusive de assistência financeira e técnica aos colonos; nos projetos de assentamento (PA) e projetos de assentamento rápidos (PAR), o INCRA tinha a sua responsabilidade reduzida a simples demarcação e titulação das parcelas ocupadas espontaneamente. Os projetos do tipo PIC eram os que apresentavam maior assistência técnica aos colonos.

A compreensão das formas de organização do território dos assentamentos, sua distribuição geográfica em escala serve para debater a respeito da diversidade, da atualidade da reforma agrária e de que maneira os assentamentos dentro dessa política (reforma agrária) é uma maneira de fortalecimento da vida camponesa e suas representações. Entendendo que a política de implantação de assentamentos é confundida como se fosse reforma agrária,

enquanto na verdade, trata-se de uma política de assistência social, “apenas para se livrar dos sem-terra e não para resolver o problema da propriedade privada da terra” (FERNANDES, 2008, p.15). Ou seja, fazer assentamento, não significa fazer reforma agrária.

A tipologia de assentamentos é resultado tanto da diversidade de projetos de reforma agrária, como da conflitualidade entre campesinato, latifúndio e agronegócio que disputam as terras agrícolas do país. Nas últimas duas décadas, a formação do campesinato brasileiro tem acontecido principalmente pelas ocupações e implantação de assentamentos. Esta disputa acontece no processo de territorialização e desterritorialização do campesinato, do latifúndio e do agronegócio.

Os tipos de assentamentos também são divididos em quatro modalidades diferentes de assentamentos são elas: modalidade de projetos de assentamentos criados pelo INCRA na atualidade, Atual Governo Federal (Atual GF); modalidade de projetos de assentamentos criados pelo INCRA que estão fora de vigência (Fora de vigência); modalidade de projetos de assentamentos reconhecidos pelo INCRA como beneficiários da reforma agrária (Beneficiários); modalidade de projetos de assentamentos criados por Estados, Municípios e empresas de colonização particular (Atual EMP). (Fernandes 2008).

Tabela 1 Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA, 2008.

<b>No.</b>	<b>Sigla</b>	<b>TIPOS DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - RA</b>	<b>MODALIDADE</b>
1.	PA	Projeto de Assentamento Federal	ATUAL GF
2.	PAE	Projeto de Assentamentos Agroextrativista	ATUAL GF
3.	PAF	Projeto de Assentamento Florestal	ATUAL GF
4.	PDS	Projeto de desenvolvimento Sustentável	ATUAL GF
5.	PAM	Projeto de Assentamento Municipal	ATUAL EMP
6.	PCA	Projeto de Assentamento Casulo	ATUAL EMP
7.	PE	Projeto de Assentamento Estadual	ATUAL EMP
8.	PFP	Projeto Fundo de Pasto	ATUAL EMP

9.	FLONA	Florestas Nacionais	BENEFICIÁRIOS
10.	PRB	Projeto de Reassentamento de atingidos por barragens	BENEFICIÁRIOS
11.	RESEX	Reserva Extrativista	BENEFICIÁRIOS
12.	RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	BENEFICIÁRIOS
13.	PAC	Projeto de Assentamento Conjunto	FORA DE VIGÊNCIA
14.	PAD	Projeto de Assentamento Dirigido	FORA DE VIGÊNCIA
15.	PAR	Projeto de Assentamento Rápido	FORA DE VIGÊNCIA
16.	PC	Projeto de Colonização Oficial	FORA DE VIGÊNCIA
17.	PIC	Projeto Especial de Colonização	FORA DE VIGÊNCIA
18.	RCQ	Projeto Integrado de Colonização	FORA DE VIGÊNCIA

*Fonte: DATA LUTA 2008*

Para Fernandes (2008), a implantação de assentamentos no Brasil ocorre de maneira bastante diversificada, correspondente ao grande número de projetos de assentamentos que têm territorialidades distintas. Foram surgindo assentamentos que demandavam outras configurações, por pressão e enfretamento dos movimentos do campo, diferentes configurações de assentamento foram sendo implementados, por exemplo, hoje em alguns estados do Norte do país, principalmente na área Amazônica, existem muitos assentamentos extrativistas (teve início pela luta dos seringueiros, consagrado na figura de Chico Mendes)<sup>20</sup>, do qual a lógica da divisão do lote é diferente de assentamentos padrões. Nas reservas extrativistas, existem áreas comuns de cultivo para todos.

A discussão a ser feita a respeito dos assentamentos e das políticas que envolvem essa ação passa pela discussão a respeito dos interesses na formação desses assentamentos, no caso aqui, principalmente no Estado do Amapá, e como foram sendo criados esses assentamentos,

---

<sup>20</sup> Chico Mendes foi um líder sindicalista que lutou ao lado dos seringueiros nos conflitos de terra, entre pecuaristas e os povos da floresta. Foi assassinado em 22 de dezembro de 1988.



uma vez que, como foi dito anteriormente, eles surgem com o intuito de amenizar conflitos e não resolver o problema da questão agrária no país.

Para Carter (2010) :

A expressão usual “assentamento de reforma agrária” pode induzir a uma tendência de homogeneizar um universo altamente diversificado. Todo assentamento enquanto unidade socioterritorial contempla diversas dimensões: entre elas, a economia, social, política e cultural. A multiplicidade de combinações entre essas dimensões dependerá, entre outros fatores, do número de famílias assentadas, das suas origens geográficas, das histórias de vida (incluindo as relações de trabalho, sociais, religiosas e políticas em que estavam inseridas), da microrregião do país onde esse assentamento se constituiu, da forma como se deu a luta pela terra e da capacidade de organização dessas famílias para resistir na terra. (2010, p. 229).

Destarte, mesmo que os assentamentos não sejam o que se pretende quando pensa em Reforma Agrária, não se pode negar que seja um meio de fortalecer o território camponês e suas territorialidades. Os assentamentos, dentro das contradições estruturais do sistema vigente, ainda sim, é um território de resistência e um território onde os trabalhadores rurais possam se fortalecer para enfrentar a exclusão social ao qual eles se encontram. Fernandes (2012) discute a pouca autonomia territorial que os assentados tem, quando deixa de ser acampamento e se torna assentamento. Alega que, os acampamentos tem certa autonomia do grupo no poder decisório, ou de como gerir o espaço, todavia entende a fragilidade das famílias nos acampamentos, principalmente pela falta de estrutura. Para o autor, ao se tornar assentamento, passa a ser um território institucionalizado, onde o Estado estabelece a gestão, por meio das políticas.

Ora, trabalhamos com um assentamento, que tem a demarcação dos lotes, mas a falta de estrutura continua existindo, o que nos permite pensar que de fato o Estado continua ausente, e de maneira contraditória se faz presente, pois estabelece o que pode ser feito a partir do momento que é considerado assentamento. A autonomia não pode estar relacionada com o caráter acampamento ou assentamento, a autonomia seria a expressão máxima de um modo de vida que independe do Estado para fornecer suporte. O que pode ocorrer nos

acampamentos e diluir nos assentamentos é a luta coletiva, já que quando acampados, existe um pauta comum que é conseguir a terra e nos assentamentos, com atribuição da terra, o coletivo muitas vezes se desarticula, dando for finalizado a luta pela reforma agrária.

Nos assentamentos é negado aos assentados o direito de decidir por coisas mínimas, como por exemplo, o estilo da casa. Os projetos de assentamento passam por uma homogeneização dos territórios, como foi dito, são estabelecidos sem levar em consideração os estilos de vida, as diferenças existentes na sua composição. Todavia,

Independentemente de o modelo ser quadrado, circular, ou misto, as imagens territoriais do assentamento revelam a identidade, dando sentido à unidade territorial, a produção camponesa do território. Isso não anula, porém, a referência às distintas formas de se chegar a terra, bem como os diferentes mediadores presentes no processo. (ALMEIDA, 2006, pg.275).

Desse modo, fica a indagação referente ao limite das diferenças entre os trabalhadores que formam o território, e nos aproximamos das semelhanças, pois são elas que permitem a compreensão da “unidade territorial” (ALMEIDA 2006). Sendo assim, entendemos os assentamentos, *“como forma de expressão do estilo de vida camponesa, em que família, trabalho e terra não se encontram divorciados”* (Ibidem 2006).

Compreender a importância dos assentamentos dentro das suas limitações e contradições é importante para discutir a maneira como os camponeses estão envolvidos no constante processo de T-D-R, onde ocorrem simultaneidades e descontinuidades. Por isso essas questões, que diz respeito à mobilidade espacial, pela qual o campesinato brasileiro é marcado, nos leva a considerar a maneira pela o assentamento foi constituído. Como foi dito, o camponês, surge nas contradições do capitalismo e em sua trajetória encontramos os conflitos e resistências em sua formação. Entendemos que a resistência se dá pelo desejo de enraizamento, a luta para entrar na terra e a maneira em que o camponês se relaciona com a terra e o território, tendo a terra como valor de uso e não valor de troca<sup>21</sup> Dessa maneira, a territorialização dos camponeses, se faz quando - na contramão ao desenvolvimento

---

<sup>21</sup> Harvey (2009) ao interpretar a especulação imobiliária, traz os conceitos de valor de uso e troca em Marx, para mostrar de que maneira o lugar de moradia deixa de ser um lugar para viver e se transforma em mercadoria. Entendemos que o mesmo acontece no campo, onde a terra passa a ter valor de troca e não o lugar do trabalho por excelência e o lugar de viver.

capitalista -, estes se apropriam do território, estabelecendo relações que ultrapassam o sentido da produção. A apropriação do território, não pode nesse caso, ser reduzida ao sentido de posse, mas no sentido de pertencer, por meio do estabelecimento de vínculos, que demonstram a intencionalidade, que representam no território pelas territorialidades. Por isso,

A luta camponesa pela terra é territorial, a transformação de um território, seja ele, latifúndio ou não e transformado em assentamento rural, podendo promover mudanças na estrutura fundiária, onde as formas de organização do espaço e do trabalho e , por conseguinte, as relações sociais e políticas.

O acesso a terra é a condição essencial para o campesinato, pois é nesta que os camponeses asseguram seu meio de existência, constroem sua identidade e reproduzem seu trabalho familiar. (FERNANDES, 2010, pg,174).

Para tanto, nos propomos a conhecer o território e as territorialidades dentro do assentamento, a territorialidade que se dá no cotidiano, seja no espaço de trabalho, do lazer, da Igreja, da família, na escola, etc.

## **2.4 ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DO AMAPÁ**

O Estado do Amapá está localizado na região norte do Brasil e possui uma extensão territorial de 142.827,89 km, distribuída por 16 municípios. Em relação ao contingente populacional, o Estado tem uma população de 669.526 pessoas, sendo que 89,8 % das pessoas estão residindo na área urbana do Estado e apenas 10,2% da população localiza-se em área rural. A densidade demográfica deste Estado amazônico é baixa, apresentando 4,69 pessoas por km<sup>2</sup> (IBGE, 2010)

O povoamento do Estado do Amapá intensificou-se no século XIX, com a descoberta de ouro na área e o crescimento da extração da borracha, que havia atingido altos preços internacionais na época. A descoberta de riquezas, no entanto, fez crescer as disputas territoriais, que culminaram com a invasão dos franceses em maio de 1895. A Comissão de Arbitragem, em Genebra, em 1º de janeiro de 1900, deu a posse da região ao Brasil e o

território foi então incorporado ao Estado do Pará com o nome de Araguari. Em 1943, passou à administração do governo federal, com o nome de Amapá, sua criação tem como objetivo pelo Governo Federal, povoar e desenvolver a região garantindo assim a área de fronteira. (Moraes e Rosário -1999).

Em 1945, a descoberta de ricas jazidas de manganês na Serra do Navio revolucionou a economia local. Procedeu a nova divisão territorial, passando a parte do Amapá ao norte do Rio Cassiporé a constituir o Município de Oiapoque. Foi mais uma vez desmembrado em dezembro de 1957, com a criação do município de Calçoene e a cessão de terras ao norte dos rios Amapá Grande e Mutum. A nova Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, elevou o território do Amapá à categoria de Estado da Federação. (PEREIRA; DRUMMOND, p. 65-73).

O Amapá apresenta características ímpares em relação a sua posição, por estar localizado no extremo norte do país, integrar a Região Amazônica, o maior e mais bem preservado ecossistema do planeta<sup>22</sup>, ter grande oferta hídrica o ano inteiro, bem como apresentar vantagens estratégicas comparativas por estar facilmente acessível ao mercado consumidor europeu e americano através do Oceano Atlântico ou por via aérea.

A maior parte das 16 unidades de conservação no Amapá é de origem federal, como seria de se esperar num estado que foi território federal até 1988. Do total, 12 são federais e quatro são estaduais. Estas unidades abrangem trechos dos territórios de pelo menos 14 dos 16 municípios amapaenses, atestando o seu bom índice de dispersão geográfica. Sete das 12 unidades federais podem ser consideradas grandes. Quatro delas ocupam quase todo o norte e noroeste do estado e quase todo o nordeste: o Parque Nacional de Cabo Orange, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (o maior do Brasil), a Estação Ecológica das Ilhas Maracá- Jipioca e a Reserva Biológica do Lago Piratuba. (DRUMMOND; PEREIRA, 2007, p. 85).

---

<sup>22</sup>- A afirmação de que o Estado é o mais bem conservado ecossistema do planeta, parte do Diagnóstico Fundiário do Estado, criado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2006.

A figura abaixo mostra a localização do Estado do Amapá e suas especificidades, já que grande parte do território é caracterizado pelas unidades de conservação e reservas indígenas, mostrando que o Estado tem uma pequena área cultivável.

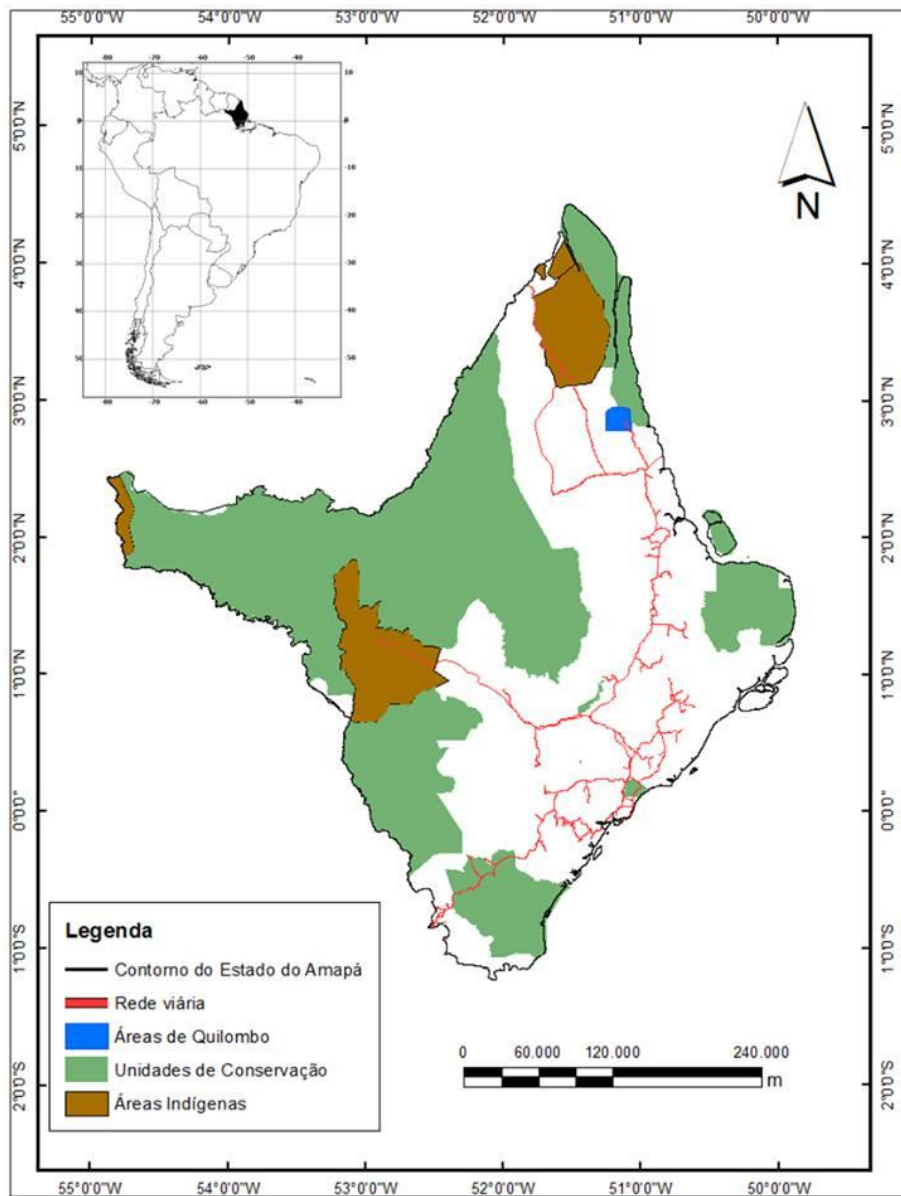


Figura 1- mapa de localização do Estado do Amapá.  
*Fonte: Universidade Rural de Pernambuco- UFRPE (2005).*

Esses são fatores que deixam o Estado em uma posição singular, do ponto de vista conservação, preservação e áreas cultiváveis. De fato, no Estado a área para cultivo se torna menor do que as áreas preservadas, o que pode gerar conflitos entre os que usufruem das áreas de preservação e os que não. Existe um termo utilizado pelos amapaenses que, afirmam certo

“engessamento” pelas unidades de conservação existentes impede o uso da terra para aqueles que trabalham nela.

Em Outubro de 1998, quando o Estado é transformado em Estado do Amapá, e passa a ser o mais novo Estado da Federação com bastante terra devoluta<sup>23</sup>, se torna alvo das atenções do então Ministério Extraordinário da Reforma Agrária – MIRAD que cria o “Plano Emergencial de Reforma Agrária”. A partir de 1994 a 2002, foram criados no Amapá 27 assentamentos distribuídos em 14 Municípios, tendo como objetivo atender o grande número de migração provocada pela desativação de garimpos no vizinho Estado do Pará, como também a criação em 1992 da Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana, que vieram para o Amapá aumentando em muito a ocupação demográfica na cidade de Macapá. (MA- INCRA - 1993, p.11)

Com o final da ditadura militar em 1985, as atenções voltaram-se aos problemas sociais do País, entre eles a questão agrária, agravada pelo avanço da revolução verde, contribuía para o grande êxodo rural verificado a partir do final dos anos 60. O governo Sarney (1985) lança nesse período o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (1º PNRA), para ser executado no quadriênio 1985-1989 com meta de assentar 1,4 milhões de famílias no campo, metas jamais atingida. No Amapá as ações do 1º PNRA só começaram em 1987, com a criação de três Projetos de Assentamento: Piquiazal, em Mazagão, Perimetral em Porto Grande e Carnot em Calçoene A implantação do P.A. (Projeto do Assentamento) Piquiazal atendeu a demanda de populações de origens local, reivindicado pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Mazagão e os PAS Carnot e Perimetral para atender populações migrantes de outros Estados, basicamente do Maranhão. (INCRA, 1987).

---

<sup>23</sup> São terras públicas que em nenhum momento integraram o patrimônio particular, ainda que estejam irregularmente em posse de particulares. O termo "devoluta" relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. Para estabelecer o real domínio da terra, ou seja, se é particular ou devoluta, o Estado propõe ações judiciais chamadas ações discriminatórias.

A Constituição inclui entre os bens da União as terras devolutas indispensáveis à preservação ambiental e à defesa das fronteiras, das construções militares e das vias federais de comunicação. As demais terras devolutas pertencem aos estados. (Site da Câmara dos Deputados).

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/81573.html>, visitado em 20/08/2013).

Em 1988, o Ministério Extraordinário de Reforma Agrária – MIRAD foi criado para implementar as ações de reforma agrária, no governo de José Sarney (1985-1991), sucedendo o INCRA que fora extinto através de Decreto. Em 1987 foram criados no Amapá os PAS extrativista Maracá I, II e III estando eles entre os primeiros projetos de assentamento extrativistas criados no Brasil. Posteriormente, em 1997, eles foram unificados, ganhando o nome de Projeto de Assentamento Extrativista do Maracá.

A criação desses projetos se deu na esteira das lutas pelo reconhecimento das terras habitadas pelos chamados “povos da floresta”, que tinham na população extrativista do Acre os seus mais combativos representantes. Alegreti (1994) esclarece que a proposta surgiu da necessidade de encontrar uma alternativa de promover de forma adequada a regularização fundiária dos antigos seringais da Amazônia, respondendo, ao mesmo tempo, as demandas dos grupos locais por melhores condições de vida.

Com referência aos primeiros assentamentos do Estado do Amapá nenhum atingiu 100% de sua finalidade (Silva; Filocreão; Lomba; 2012), tem cerca de 19 anos desde a criação e foi necessário todo esse tempo para que alguns aspectos do Estatuto da Terra fossem efetivamente aplicados. E hoje o que se tem ainda é carente de investimento porque é característica de muitos assentados certo despreparo com a terra local<sup>24</sup>, desenvolvendo uma agricultura precária, sem planejamento primário, levando-se em conta a qualidade da terra em que a falta de tecnologia e acesso ao mercado comprometem a relação de produção e econômicas que lhes são impostas, contrariando o que rege o Estatuto da Terra, conforme comentário de Graziano (2002) sobre as políticas públicas.

É preciso deixar claro que uma nova abordagem para as políticas públicas se impõe hoje no contexto de uma agricultura modernizada e de um espaço agrário. Dotar as vilas rurais de infraestrutura adequada (luz elétrica, água potável, saneamento básico, ensino, saúde, creches, etc.); e estimular a instalação de agroindústrias e indústrias de pequeno porte, para aumentar o valor agregado da produção local (2.002, p. 243).

---

<sup>24</sup> Essa afirmação faz parte da entrevista feita com o responsável por alguns assentamentos no Estado, sendo que o funcionário do INCRA acompanha não somente a estrutura, mas os conflitos vivenciados em cada assentamento no norte do Estado. Maio -2013

Para o funcionário do INCRA, as políticas seriam aquelas que estabelecem um desenvolvimento econômico, capaz de inserir os camponeses no mercado. A proposta defendida por Graziano é a de pequenas indústrias em vilas rurais, o que para nós, dentro do que defendemos de desenvolvimento, somente esse incentivo não bastaria, estaríamos presos em teorias evolutivas, de que uma coisa leva a outra. Contudo, entendemos que as necessidades de cada assentamento, inclusive em um território tão específico como na Amazônia, devem ser levados em consideração. Em nosso trabalho de campo, constatamos que os alimentos encontrados no Estado do Amapá vem de outros Estados, poucos são os alimentos produzidos ali. São questões que devem ser levadas em consideração para entender a importância de um assentamento, em seu aspecto de território de resistência, que com a territorialização do camponês, seja permitido ao menos plantio de alimentos. Não precisa se tornar exportador de commodities para pensar em desenvolvimento, se pensarmos que o Estado importa grande parte dos produtos alimentícios necessários para uma população, às reservas se tornam um problema, um sustentável às avessas, que serve os interesses de outros.

Incentivos nesse sentido, através de créditos específicos, campanhas de esclarecimento, cursos de capacitação gerencial, fortalecimento da assistência técnica e social nos assentamentos e priorização das parcerias locais são ações que podem impulsionar a territorialização dos camponeses e conseqüentemente outro tipo de desenvolvimento, desenvolvimento que envolve pessoas que ali estão.

O Estado do Amapá tem na sua base um desenvolvimento ligado à mineração, que sofreu um grande declínio em termos de sua participação no PIB estadual: de 26,03%, em 1990, para 11,0%, em 1999. Isso ocorreu por causa do fechamento de Serra do Navio, em 1997. (Drummond; Pereira, 2009). A mina Serra do Navio, surge em 1943, com a promessa de ser um empreendimento desenvolvimentista para o Estado do Amapá. Drummond e Pereira (2009), afirmam a dificuldade de informações sobre este período e para que serviu a extração de minério, principalmente o manganês, devido à falta de documentos que discutem a questão. Todavia, para essa pesquisa, interessa o fato da Serra do Navio, ter sido mais um dos empreendimentos que surgem no período militar e que tem o propósito de desenvolver e por isso levou trabalhadores de outras regiões para o Estado e outras oportunidades financeiras.

Outra questão referente às migrações que ocorreram foi devido o ouro existente no norte do Estado, colocaremos essa questão mais a frente, pois faz parte da formação da



fronteira da cidade de Oiapoque. A questão aqui é entender as constantes migrações, os conflitos que permeiam nessa situação e a criação dos assentamentos dentro da política de reforma agrária.

Quando no contexto amazônico, o governo passou a privilegiar a apropriação privada da terra e o fluxo de migrantes não pode ser controlado, ocorreu à intensificação de conflitos, pois rapidamente os assentamentos se multiplicaram o que não foi acompanhado pelos programas de assistência aos colonos, principalmente, pelos serviços de assistência técnica (BECKER, 1990).

O Estado do Amapá atualmente possui 40 projetos de assentamento rurais, que ocupam uma área de 2.125.329,0012 hectares, o que corresponde a 14,88% da área do Estado. A Figura 2 a seguir mostra os vários assentamentos no Estado, inclusive o assentamento Igarapé Grande.

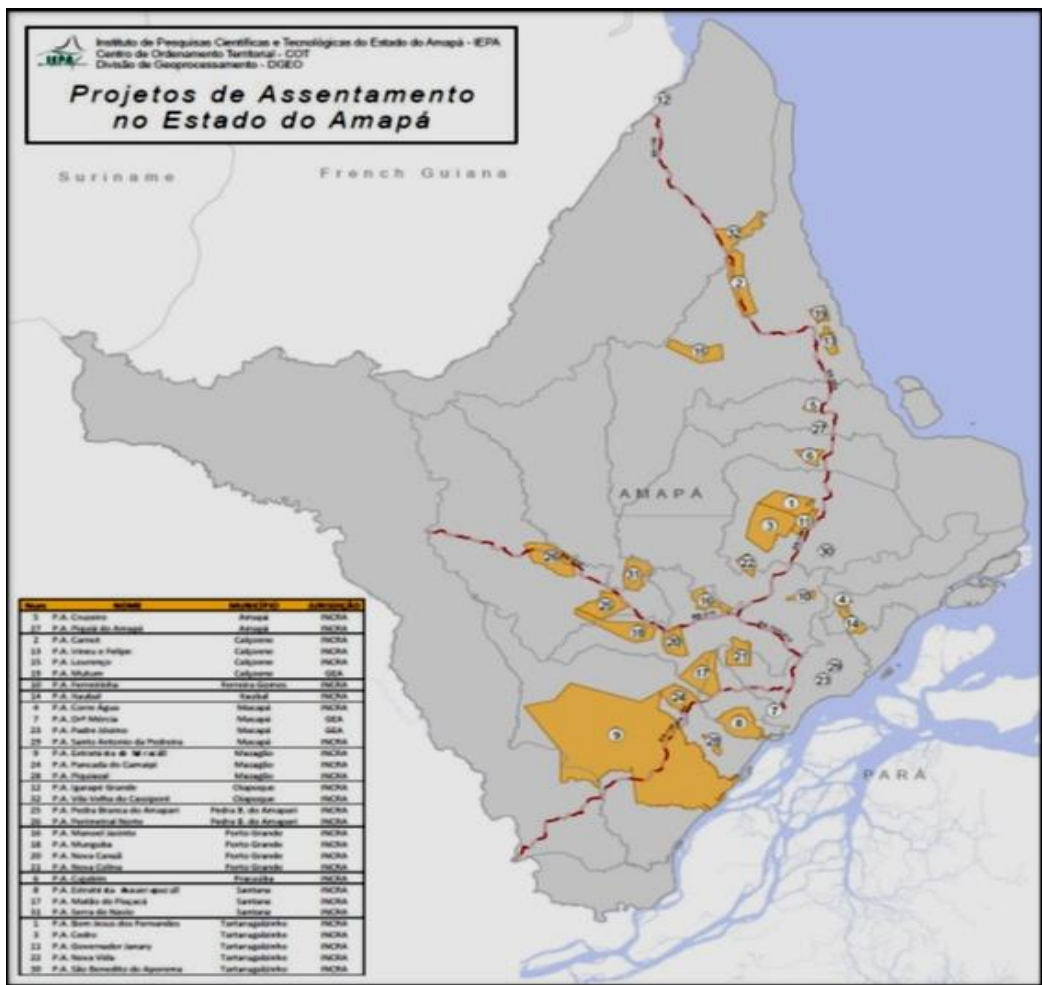


Figura 2 Distribuição dos Assentamentos no Estado do Amapá

Fonte: Instituto de Pesquisas e Tecnológicas do Estado do Amapá –IEPA 2012

A segunda figura, que será apresentado logo abaixo, mostra a divisão Estadual apresentado pelo INCRA- Diagnóstico Fundiário (2006).

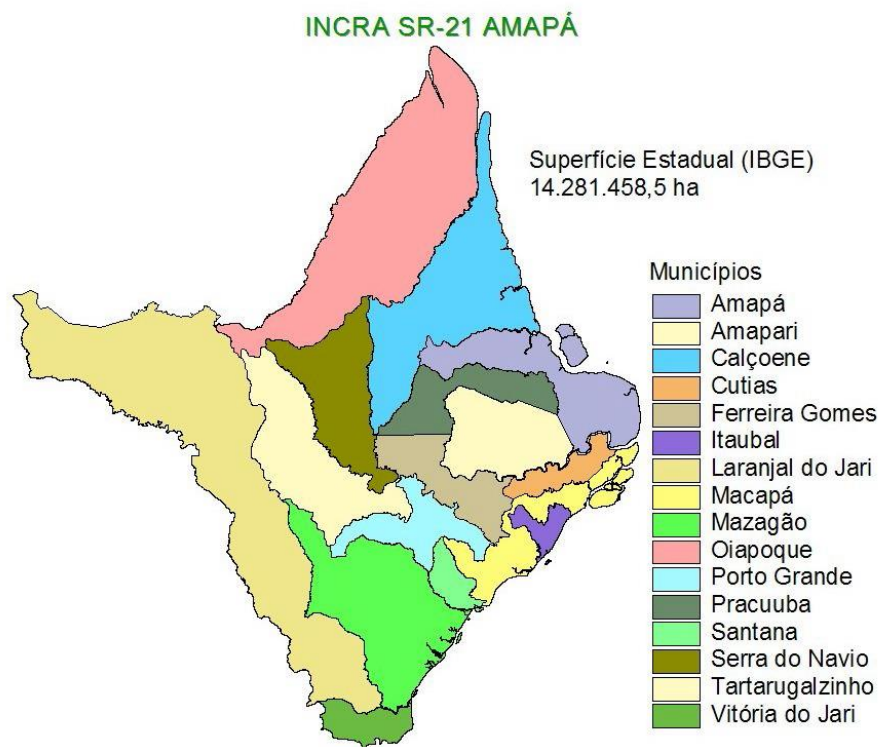


Figura 3- Divisão Municipal do Estado do Amapá-

*Fonte: (INCRA 2006)*

As terras do Estado estão sob jurisdição de 4 órgãos, sendo eles o: Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que possui sob sua jurisdição 41% das terras do Estado, o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que possui sob sua jurisdição 40% das terras, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que possui 8% e o Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP) que tem sob sua jurisdição 11% das terras do Estado (IMAP, 2010).

Após quase sete anos e alguns convênios mal sucedidos entre MDA/IMAP, até o mês de junho de 2012 foram concluídos os trabalhos de oito glebas (AD 04, Matapi, Rio Pedreiras, Tartarugal Grande, Mazagão, Macacoari, Santa Maria e Jupati) o que totaliza quase 19 mil km<sup>2</sup> de área georreferenciada, sendo que duas delas (AD04 e Matapi) já se encontram devidamente certificadas às demais aguardam o parecer do MDA/Amapá.

O Estado do Amapá atualmente possui 40 projetos de assentamentos rurais, que ocupam uma área de 2.125.329,0112 hectares, o que corresponde a

14,88% da área total do Estado. Os assentamentos estão distribuídos entre várias jurisdições. Dos 40 projetos de assentamentos presentes no Estado do Amapá, 30 estão sob jurisdição do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, 8 estão sob jurisdição do Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado do Amapá, 1 está sob jurisdição do poder Municipal (Município de Laranjal do Jarí-AP) e 1 encontra-se sob jurisdição do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). Todos os assentamentos são reconhecidos pelo INCRA, mas somente 30 são gerenciados por este instituto (SILVA; FILOCREÃO; LOMBA, 2012, ISSN 1983-487X).

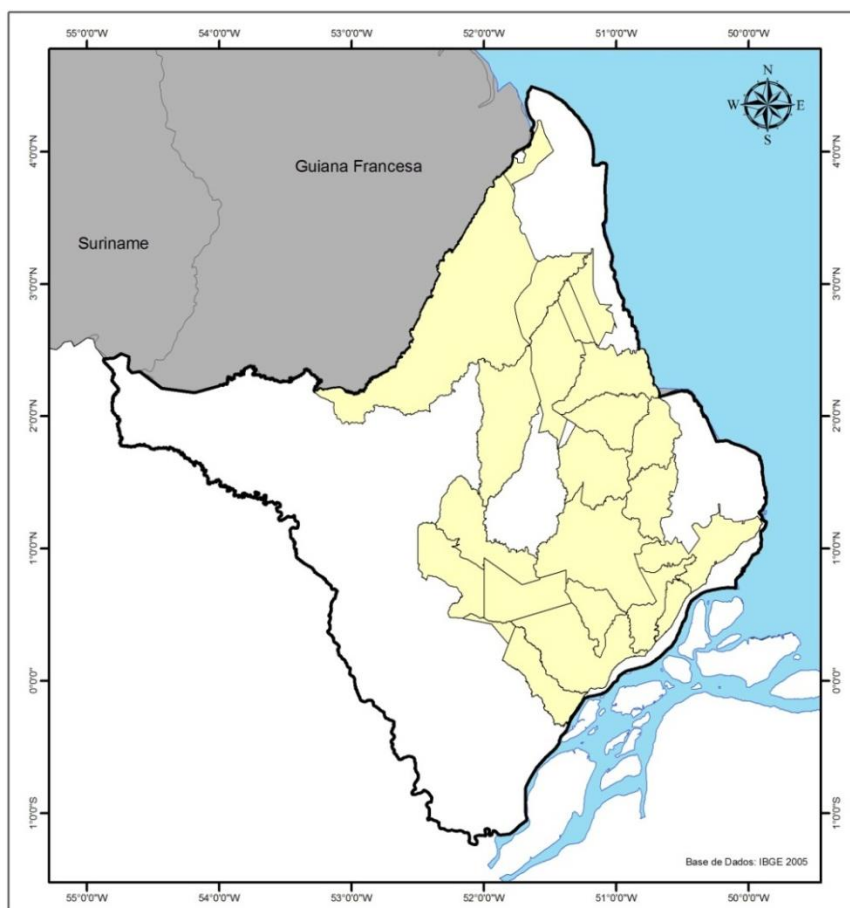


Figura 4- Glebas Federais no Estado do Amapá

Fonte: (INCRA2006)

Ainda de competência do INCRA/MDA no estado do Amapá existem 30 projetos (Figura 5) de assentamentos federais (PAs) que totalizam cerca de 12 mil km<sup>2</sup>, os outros assentamentos estão sob jurisdição do estado do Amapá.

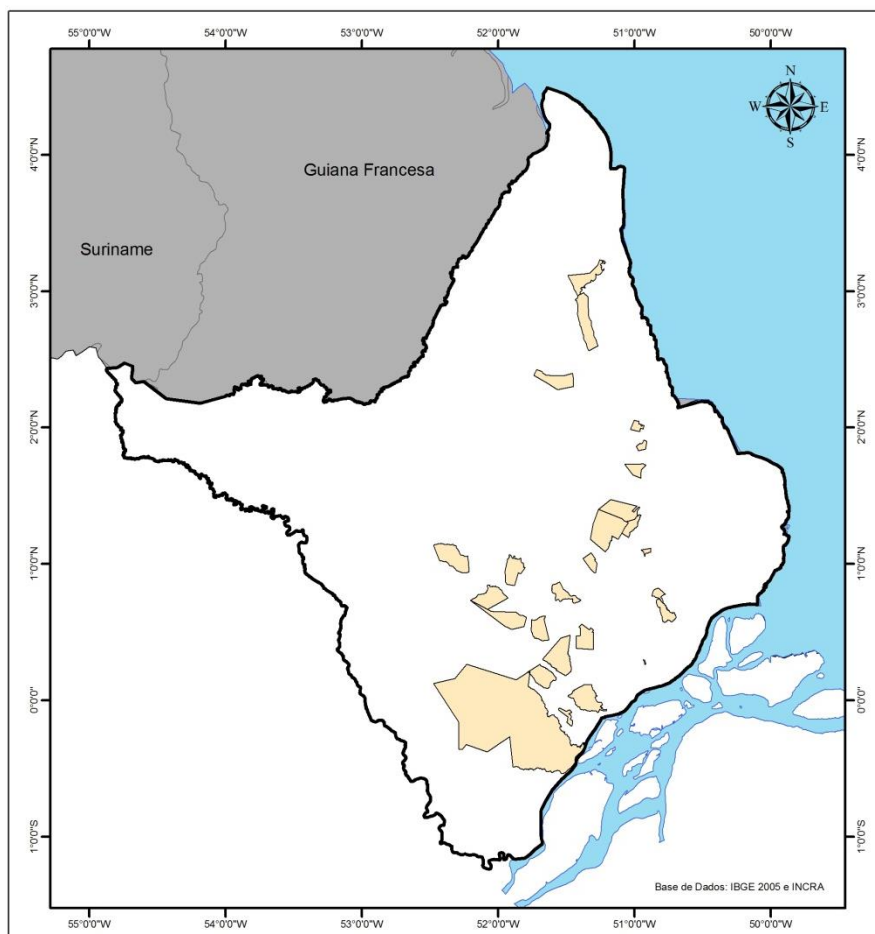


Figura 5- Assentamentos Federais no Estado do Amapá

Fonte: (IEPA ;2012)

Um dos aspectos considerados como um fator que tem atrapalhado e limitado o desenvolvimento dos assentamentos no Amapá, está relacionado com a questão fundiária, ou seja, com a ausência de legalização dos lotes adquiridos pelos assentados. Das 13.034 famílias indicadas pelos documentos do INCRA como estando em estado de assentadas, apenas 858, ou seja, 6,58% são tituladas, e do contrário 93,42% das famílias não são tituladas (INCRA-AP, 2011). Estes dados demonstram um cenário bastante preocupante no que se refere ao desenvolvimento dos assentamentos no Estado do Amapá. Pois a falta de títulos de terra por parte dos assentados, implica em uma barreira na obtenção de vários benefícios que são de interesse dos agricultores, principalmente, no que concerne a questão da obtenção de créditos/financiamentos. A legalização fundiária é de fundamental importância para que o agricultor possa conseguir um financiamento, pois a elaboração e contratação de um projeto

que vise o alcance de crédito por parte do agricultor requer a documentação da terra, e na ausência deste, o crédito não é liberado.

O processo de formação dos assentamentos juntamente com as políticas fundiárias<sup>25</sup> do Estado, mostra a realidade vivenciada por muitos trabalhadores que ali estão. Fato que deve ser tratado como as instituições concebem a formação e ocupação por parte desses trabalhadores no território, uma vez que isso é de extrema relevância para discutir e entender a mobilidade do mesmo e o processo geográfico de desterritorialização sofrida pela grande maioria do assentamento Igarapé-Grande, onde percebe-se uma rotatividade entre os que chegam e saem do assentamento. O assentamento aqui a ser analisado, além de estar localizado na Floresta, está em área de fronteira, não que isso implique em outra legislação que vá conceber o uso da terra naquele assentamento, mas implica em discutir as outras várias fronteiras que os assentados se deparam.

Na tentativa de mostrar a realidade dos assentamentos e junto com isso enfatizamos a importância das políticas públicas, para que a resistência não se transforme em sobrevivência e com isso constatamos a ineficiência das políticas em resolver os problemas dos assentamentos, que poderiam evitar a desterritorialização.

---

<sup>25</sup> Políticas fundiárias são compreendidas como o conjunto de legislações que estipulam os tributos incidentes sobre a propriedade privada da terra, as legislações especiais que regulam seus usos e jurisdições de exercício de poder e programas de financiamentos para a aquisição da terra (OLIVEIRA, 2007).

### **3. AS FRONTEIRAS DO OIAPOQUE-AMAPÁ**

#### **3.1- A CONSTRUÇÃO DAS FRONTEIRAS**

A formação das fronteiras políticas administrativas no Brasil é um processo histórico, que tem seu auge marcado pela colonização portuguesa em constante disputa pela extensão territorial com França, Holanda, Inglaterra e Espanha. As fronteiras nas disputas territoriais são marcadas por pontos estratégicos, bem explicados por uma geopolítica de Estado, que tem sua base na geografia clássica. Ainda hoje, independente da transformação ocorrida na Geografia Política, às fronteiras continuam sendo pontos estratégicos, e estão sempre em disputa. “No século XVIII o grande poema é a conquista da terra” (SOARES, 1972, p.53). Para o autor, o Brasil nesse século já tinha plena consciência do significado das suas fronteiras na Amazônia. A fronteira do Oiapoque, em 1660, foi uma disputa entre franceses e portugueses na região, para SOARES (1972), a fronteira do Oiapoque foi transposta por aventureiros franceses, procedentes de Caiena, razão por que Coelho de Carvalho, Capitão-General do Grão-Pará, determinou a fundação de uma fortaleza em Macapá e outra na região do Paru.

A fronteira Brasil- Guiana-francesa tem uma história movimentada, além das disputas por extensão territorial, houveram conflitos pelo ouro encontrado em Calçoene em 1894, dentre as disputas acirradas entre Brasil e França, a fronteira foi demarcada pelo General Bandeira Coelho, assessorado pelo Capitão Felinto José Braga Coelho e pelos técnicos civis Leônidas Ponciano de Oliveira e José Ambrósio de Miranda Pombo (Soares, 1972).

No passado, o ouro do Calçoene e do Caciporé atraiu quantidade imensa de trabalhadores. Hoje esse ouro praticamente não existe mais, o que intensificou a migração de boa parte desses aventureiros para a fronteira do Oiapoque, em parte pelo ouro do lado Francês, e também pela atração de uma pequena parcela brasileira que é atraída para o território da Guiana-Francesa à procura de melhores salários e condições de vida. Passados

alguns anos, até os dias atuais, onde o território nos seus limites físicos já está consolidado, os problemas em relação à fronteira são outros, não somente políticos administrativos, mas culturais e simbólicos. Outro fator que compõem os conflitos naquela região está diretamente relacionado com a formação do Estado do Amapá.

De acordo com Pereira e Drummond (2011), o Estado do Amapá, assim como outras regiões da Amazônia brasileira, passou por um fenômeno da urbanização “precoce”, onde os empregos mais atraentes são urbanos, justificado pela dificuldade do acesso a terra pelos “pequenos agricultores”. Os trabalhos estão ligados a empreendimentos geograficamente concentrados, como hidrelétricas, construção de estradas, mineração, e não a agricultura familiar ou qualquer outra atividade agrícola. A formação do território do Amapá é um motivador dos conflitos vigentes na região de Oiapoque.

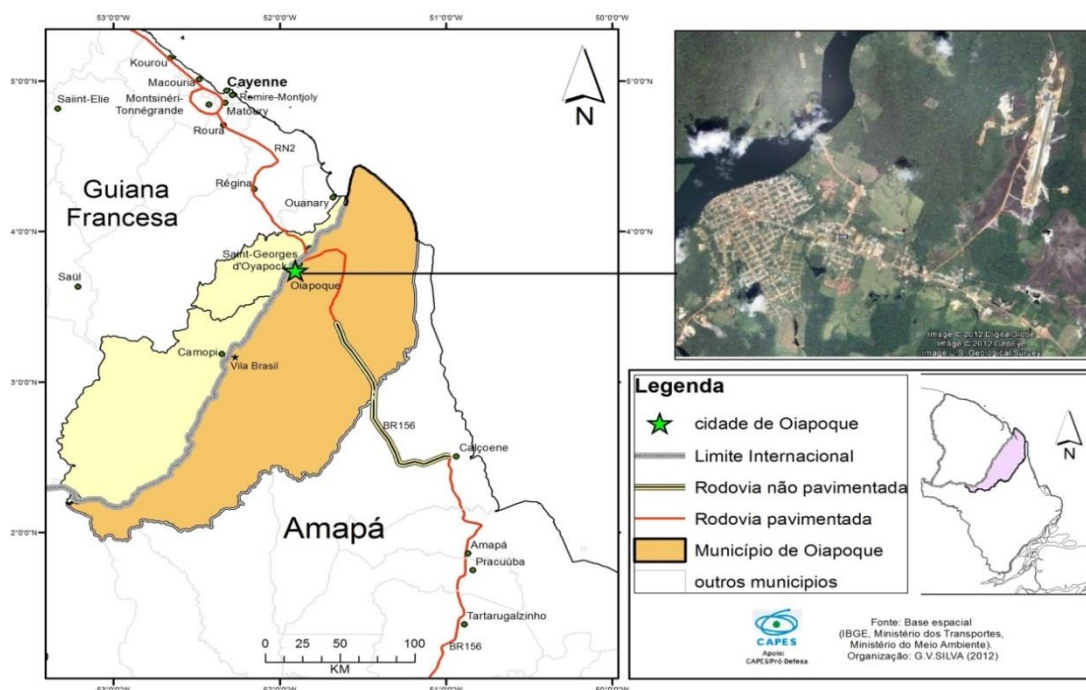


Figura 6- Mapa de localização de Oiapoque.

Fonte IBGE-2010.

O município de Oiapoque está localizado na fronteira setentrional brasileira, distante cerca de 600 quilômetros de Macapá, capital do estado do Amapá. Na fronteira, Oiapoque



apresenta interações com duas comunas da Guiana Francesa, denominação dada às unidades administrativas francesas que se assemelham aos municípios brasileiros com algumas atribuições diferentes: Saint-Georges-de-l'Oyapock, com a qual tem relações comerciais e sociais fortes, e Camopi, localizada em frente a uma pequena vila de Oiapoque, Vila Brasil. O município é um dos 16 pertencentes ao estado do Amapá, possuindo uma área de 22.625 km<sup>2</sup> e população de 20.426 habitantes, com predomínio, mesmo ténue, de homens em relação a mulheres e uma densidade demográfica de 0,91 habitantes/km<sup>2</sup>. (Silva 2011).

A via de acesso até o município pela capital do estado se dá através da BR 156 que está em construção desde 1940, o que a torna uma das mais antigas do Brasil, uma vez que não acabou a pavimentação da mesma. A pavimentação é um comprometimento político direcionado para Oiapoque, onde serão amenizados alguns dos problemas vivenciados atualmente neste município, bem como facilitará o escoamento da produção e deslocamento de pessoas, conforme Carvalho (2006) e Silva (2008). No entanto, para estes autores Carvalho (2006) e Silva (2008), provavelmente quando a BR 156 estiver totalmente pavimentada, ocorrerá uma forte tendência a reproduzir a mesma lógica de outros grandes empreendimentos executados na Amazônia, pois de um lado, permitirá maior dinamismo econômico em determinadas localidades do território que estarão assim conectadas diretamente ao fluxo global de mercadorias, sem que isso resulte numa maior harmonização espacial do desenvolvimento. De outro, os intensos conflitos existentes na extensão daquela rodovia possivelmente recrudescerão, e os perdedores desse processo tenderão a ser as comunidades indígenas, agricultores familiares, os extrativistas, enfim, todos aqueles segmentos que se opunham de alguma forma aos mecanismos desestruturadores da globalização capitalista. Não podemos concluir se a pavimentação da BR 156 é fator positivo ou negativo, existem vias de mão dupla para analisar a questão, talvez as reservas indígenas que ficam ao longo da estrada sofram mais com o progresso. Ver fotografias



Figura 7: Estrada de acesso à cidade de Oiapoque.

Fonte: Renata Nasser 2013.

A cidade de Oiapoque é cercada por reservas indígenas, o maior parque nacional do Brasil (Parque Nacional Montanhas Tumucumaque) e assentamentos para a Reforma Agrária, todavia grande parte dos problemas fundiários que envolvem os parques nacionais, as terras indígenas, a própria definição do perímetro urbano do município e a questão dos

assentamentos são tratados necessariamente pelos órgãos federais. Isso faz com que os moradores das cidades reclamem da pouca participação que tem na hora de definir as potencialidades da cidade e pensar em um possível desenvolvimento do local. O que se observa, a partir dos dados contidos no Plano Plurianual é que não há políticas evidentes voltadas para as possíveis potencialidades da cidade. De acordo com Silva:

A situação fundiária foi identificada como um dos maiores problemas em Oiapoque. Isso ocorre porque para se conseguir financiamento de instituições como a Caixa Econômica Federal (CEF) ou do Banco da Amazônia S.A. (BASA S.A.), é necessário que o empreendedor tenha seu terreno plenamente titulado, o que não ocorre com nenhum daqueles empreendedores que atualmente trabalham em Oiapoque, seja na pesca, na movelaria ou mesmo no turismo, ou seja, empreendimentos com potencial de desenvolvimento local. Em 2007, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, durante visita ao estado do Amapá, expediu o Decreto nº. 6.291, que transferiu gratuitamente ao domínio amapaense as terras pertencentes à União nos termos do art. 5o do Decreto-Lei no 2.375, de 24 de novembro de 1987. (SILVA, 2013, p.17)

Como foi dito, a BR 156 é o principal meio de acesso a cidade do Oiapoque, ao longo do seu caminho pode-se notar o território ocupado por grandes proprietários de terra, tendo como base econômica a monocultura, seja soja ou eucalipto. Dados do INCRA mostram que terras griladas são motivos de grandes conflitos na região. A população local sente-se altamente afetada com essas políticas contraditórias que ora pensam em demarcar terras indígenas, parques e outrora permitem certos abusos que desrespeitam a constituição. Como mesmo diz um morador e comerciante de frutas da cidade:

Olha só pra você ver, aqui a gente não planta nada, tudo vem de fora, porque parte das terras está reservada para os índios e a outra parte fica lá guardada. A gente paga caro para comer aqui, e quando a gente vai discutir isso com os políticos eles só enrolam, diz que vai ver o que dá para fazer para melhorar a situação...” (C.S.).

Existem muitos aspectos nas relações territoriais que não se localizam exclusivamente num ou outro campo de referências, que não dizem somente ao poder das instituições, tampouco somente aos indivíduos. Trabalhar a ideia de fronteira em uma cidade que é separada de outro país por um rio nos permite enxergar as fronteiras existentes, não somente a fronteira política administrativa. A cidade de Oiapoque surge no conflito, na disputa, no interesse distinto da terra, hoje se torna uma cidade de muitas passagens, os conflitos de ontem ainda hoje se fazem presente e as condições fundiárias do Estado do Amapá transparecem na cidade.

Estando conflitos territoriais na sua formação, que dão origem a territórios heterogêneos hierarquizados, notamos que os territórios em disputa não se restringem aos conflitos entre população e governo, existem outros atores que se envolvem nessa trama. Para SAQUET:

Assim são os territórios e as territorialidades: vivido, percebido e compreendidos de formas distintas; são subjetivados por relações, homogeneidade e heterogeneidade, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i) materialidade (2007, p.25).

A fronteira deixa de ser um limite territorial, no seu aspecto somente político e administrativo, para se tornar resultado das contradições socioespaciais vividas no sistema capitalista. Para SILVA (2011):

A busca de novas áreas por produtores e empresas no interior do país reflete processos de exclusão social, reprodução ampliada do capital, inserção precária de grupos sociais e difusão de valores culturais e ideológicos. Entretanto, apesar de ser reflexo da sociedade em geral, a fronteira tem um dinâmica interna própria, visto que se assenta em tipos sociais diversos e opostos. (...) A fronteira é aberta e fechada ao mesmo tempo como traço das contradições socioespaciais e transformadoras do capitalismo sobre o campesinato, comunidades de quilombolas, indígenas, ribeirinhas etc.(2011, pg.285).

Para esse mesmo autor:

A constituição de uma fronteira capitalista forja uma identidade modernizante, civilizatória e recorre à construção simbólica de um real que se projeta sobre coletividades. (SILVA, 2011, pg. 286).

Logo, a fronteira capitalista é uma invenção para justificar representações simbólicas, políticas, culturais e ideológicas contra as territorialidades dos índios, ribeirinhos, camponeses, etc. Portanto, a fronteira é conflito, instabilidade, conquista e resistência.

Com relação à fronteira, será concebida como a definida por Martins, “como o lugar do encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si, como os índios de um lado, e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terras, de um lado, e os camponeses pobres de outro” (MARTINS, 2009, p.133). Todavia, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um “lugar de descoberta do outro e de desencontros”. Não só o desencontro é decorrente das diferentes concepções de vida e visões

de mundo, mas o desencontro de “(...) temporalidades histórias, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História” (Martins, 1997: 150-151).

Nesse contexto procura-se entender as relações dos assentados com a cidade, uma vez que parte dos trabalhadores vão para a cidade, estabelecendo outras relações e diversificando o trabalho. Dentro do nosso objetivo, que é o processo de T-D-R, é importante entender as dinâmicas territoriais desses trabalhadores na cidade, para que possamos entender as escalas da realidade, não trabalhando de forma isolada e nem trabalhando de forma holística, entendemos que a compreensão da realidade não pode ser tratada de forma linear, por isso acreditamos que as dinâmicas territoriais irão permitir não somente compreender os conflitos que englobam os assentados em questão, mas saber que as territorialidades e os múltiplos territórios aos quais estão inseridos fazem parte da construção da realidade e por isso pode se tornar um ponto para modificá-la. Sendo assim, como foi dito anteriormente, a respeito da formação política e social do assentamento influencia na construção territorial e na identidade do mesmo. Conforme HAESBAERT (2001, pg.) o processo de “des-territorialização, de desraizamento das identidades territoriais está na fronteira”, um lugar de alteridade.

### **3.2-AS FRONTEIRAS DO ASSENTAMENTO**

A princípio, a construção deste capítulo seguia outro caminho, o da análise do assentamento separado, aprofundando na sua formação, todavia o exame dos relatos fez que mudássemos o plano inicial e discutíssemos os processos de T-D-R, em diferentes perspectivas. Desse modo, o capítulo foi edificado tendo em vista a forma como a problemática estudada foi se apresentando, passamos assim a discutir as fronteiras do assentamento nas falas dos assentados.

A construção do assentamento Igarapé-Grande, como território rural, tem sua complexa inter-relação de dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas que foi se tecendo nos anos de apropriação do território. Com uma particularidade singular, o território em questão, no caso rural, é um território institucionalizado, com leis claras que regem o uso do próprio. Os assentados não tem o título da terra e por essa questão não tem acesso ao crédito fundiário. Todavia, pensar assim, seria diminuir a formação do assentamento numa perspectiva somente econômica. O que de fato a pesquisa se propõe e entender a

territorialização desterritorialização e reterritorialização desses assentados e a maneira como esses processos afetam as territorialidades desses trabalhadores.

A figura a seguir, mostra a localização do assentamento e os seus limites físicos territoriais, onde podemos observar que, além de estar em uma área de fronteira, está rodeado por reservas indígenas, que se tornam outras fronteiras:

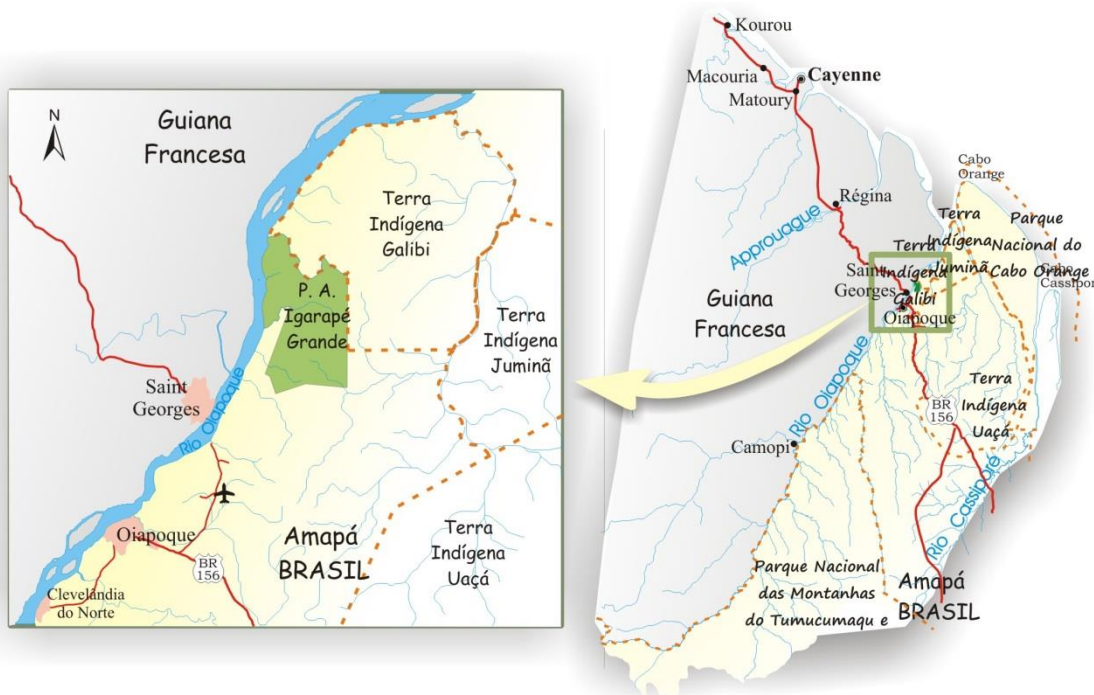


Figura 8- Mapa de localização do PA Igarapé Grande.

Fonte: Diagnóstico Fundiário INCRA 2002

O assentamento Igarapé Grande está localizado no município de Oiapoque, na margem direita do rio Oiapoque como mostra a Figura 8. A porção da sua área, correspondente ao norte, nordeste e leste, faz divisa com as terras indígenas Galibi, numa extensão aproximada de 9,2km. A parte inferior, ao sul, limita-se com propriedades particulares ao longo de uma fronteira de 10,4km.

O acesso principal, da sede municipal a esse assentamento, dá-se por via fluvial, através do Oiapoque, num percurso aproximado de 11 km até a foz do igarapé Grande, cujo trajeto pode ser feito por vários tipos embarcações. Desse ponto, para o interior do assentamento, o deslocamento é feito através do próprio igarapé Grande, ficando

condicionado ao regime de marés e limitado a pequenas embarcações que se deslocam muito lentamente devido a vários impedimentos dentre os quais, galhos de árvores, troncos caídos, pouca profundidade do canal, trajeto sinuoso e dificuldade no desembarque. A figura 8 abaixo mostra a entrada pelo rio Oiapoque, explicitando uma das fronteiras que é estabelecida para o assentamento, a Guiana Francesa do outro lado do rio:



Figura 9- Acesso Fluvial ao Assentamento Igarapé Grande.

*Fonte: Diagnóstico fundiário-Incra 2002.*

O uso do rio para transportar mercadorias do assentamento até a cidade é possível para aqueles que têm o seu lote nas margens do Igarapé e também para aqueles que possuem canoa e motor. São poucos os que possuem esse transporte, grande maioria precisam pagar por esses serviços e para isso são contratados os barqueiros que fazem frete na cidade de Oiapoque. Como existe a dificuldade de comunicação, já que não existe energia elétrica no assentamento e não tem sinal de celular, muitas vezes os assentados ficam impossibilitados de se locomoverem.

A construção física do assentamento e o seu reconhecimento pelo INCRA, se deu no ano de 2002 (portaria nº 0016 de 15/07/2002), onde foram assentados 35 famílias, com uma área de 1.770, 4346 há. A área de reserva legal do assentamento corresponde a 1.280, 10 há, ou seja, quase oitenta por cento do assentamento. Em média, a área para cada família é de 40 hectares<sup>26</sup>, no entanto, é possível encontrar famílias em lotes maiores e outros menores.

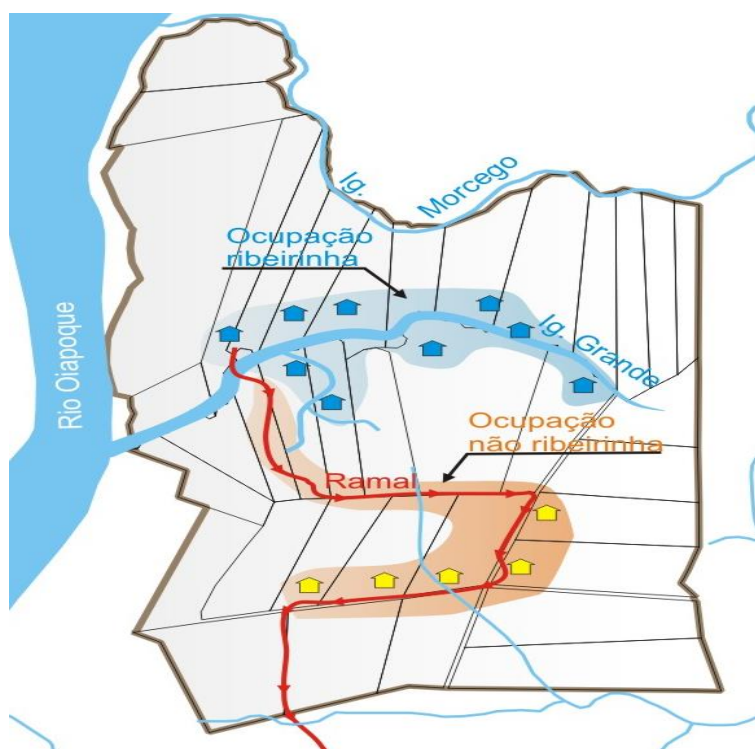


Figura 10 Ocupação Territorial do Assentamento, Divisão dos Lotes

Fonte: Diagnóstico Fundiário – INCRA 2002.

A Figura 10 acima mostra a configuração espacial do assentamento desde a sua ocupação, de acordo com o Plano de Recuperação do Assentamento feito pelo INCRA e IEPA (Instituto de Pesquisa Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá), a limitação natural do assentamento, foi um fator condicionante na formação do assentamento.

No trabalho de campo realizado no ano de 2013, com visitas periódicas no assentamento e na cidade, podemos conversar com parte dos assentados e percebemos que na

---

<sup>26</sup> Essas informações são possíveis de serem encontradas no PRA (plano de recuperação do assentamento Igarapé Grande), desenvolvido pelos técnicos do INCRA, responsáveis pela estrutura e acompanhamento do assentamento.



sua formação, existiam histórias que não são encontradas no Projeto de Assentamento do INCRA, como por exemplo, o fato dos primeiros assentados terem informações dos lotes via o Deputado Antônio Feijão do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Os primeiros moradores ou ocupadores da terra<sup>27</sup> chegaram a ter conhecimento da mesma pelo Deputado, esse é um fator importante a ser discutido. Na política brasileira e seus desdobramentos, é comum clientelismo, ou certo coronelismo por parte de pessoas partidárias para com possíveis eleitores. São “favores” feitos por parte de alguns, que acabam por estabelecer uma relação clientelista, pra não dizer oportunista em relação aos outros. São relações de poder que se estabelecem entre classes, por um lado o poder estabelecido e por outro a classe desfavorecida. Pois:

O mandato é sempre um mandato em favor de quem está no poder, pois é daí que vêm às retribuições materiais e políticas que sustentam o clientelismo, não importa a orientação ideológica de quem está no poder. Trata-se portanto, de reorientar a força do oligarquismo em favor de um Estado Conservador.(MARTINS, 1984, p.108).

São situações que desmobilizam a luta pela terra, descaracterizando os sujeitos inseridos nessa luta. Nem todos os dentro da política tem esse intensão, mas no caso desse assentamento, fica evidente, quando nos deparamos com situação dos trabalhadores e a situação do assentamento. A questão da terra vai depender da capacidade de participação popular, de crescimento da participação popular e, sobretudo da capacidade dos partidos políticos incorporarem corretamente o problema camponês (Martins, 1984).

Além do clientelismo, como fator desmobilizador da luta pela terra, existem os projetos da bancada ruralista presente no Congresso, que vão de contramão a uma reforma agrária “popular”.

A geopolítica ruralista em curso tem na sua concepção a expansão de propriedades pelo território com as mesmas dimensões do atraso e do conflito que culmina em enfrentamentos diretos ou indiretos e disputas por terras com a classe camponesa (...). As políticas que a Bancada Ruralista se reúne para aprovar são contrários à reforma agrária, perseguem os camponeses, os movimentos sociais e a produção familiar. (COSTA, 2012, p. 252).

---

<sup>27</sup> Iremos preservar o nome dos assentados por questões éticas e de segurança. Durante todas as entrevistas utilizaremos abreviações de nomes fictícios.

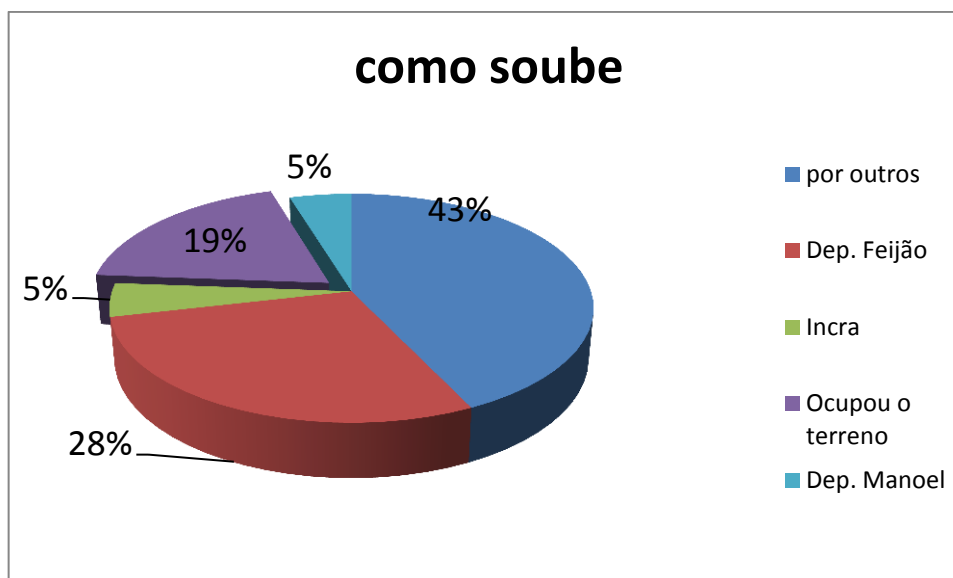


Gráfico 1- Ocupação da Terra

Fonte: Trabalho de campo 2013- Renata Serradourada.

O gráfico acima mostra a maneira que foi sendo ocupada a terra, de quando a terra foi ocupada, até os dias atuais, muita gente passou por lá e muitos ficaram sabendo por aqueles que foram deixando o assentamento. Os primeiros moradores da terra ficaram sabendo pelo Deputado Feijão e posteriormente por outro Deputado, o Manoel. A participação do INCRA é mínima nesse processo, ao órgão, pelo que podemos perceber, ficou restrito a institucionalização da terra. A maneira como a terra vai sendo ocupada é característica de uma falta de movimento organizado. Se por um lado discutimos a importância das políticas públicas na questão dos assentamentos, por outro “vemos que os próprios territórios institucionalizados e desenhados pelas autoridades públicas se tornam novos atores coletivos do mundo rural” (SABOURIN, 2009, p. 154). Para que o desenvolvimento territorial do assentamento não se torne apenas mais um projeto geoeconômico é preciso fortalecer a capacidade dos atores, (os assentados) de contribuir de forma ativa para a definição e implementação de projetos e instrumentos adaptados de políticas públicas. Na política de reforma agrária, principalmente no Amapá, os assentamentos, tem em sua formação pouca participação dos movimentos sociais do campo, em sua grande maioria, tiveram ocupações aleatórias e que anos mais tarde o INCRA (no caso dos assentamentos federais), reconhece como assentamento.

O assentamento em relação ao INCRA se torna um problema, uma vez que, a sede o órgão se encontra em Macapá, localizado em torno de 520 km da cidade de Oiapoque. Se os assentados tem dificuldade em locomover entre o assentamento e a cidade de Oiapoque, os encontros com os representantes do INCRA se tornam escassos, dependendo dos técnicos fazerem suas visitas ao local e quando acontece, o trabalhadores do INCRA, se encontram com um único assentado, no caso, o presidente da associação, que não representa todos do assentamento, pela discordância política que existe entre a associação e alguns assentados. Isso fica claro na fala de R.A.

Eu quase nunca encontro o pessoal do INCRA, eles vem aqui e saem por aí com o presidente da associação e pra gente é difícil ir até falar com eles os problemas que temos aqui. É difícil ir até Macapá, então ficamos aqui sem saber direito o que tá sendo discutido e o que Presidente fala pra eles. Eu já nem vou mais às reuniões da associação, a gente vai, mas nada muda, a gente questiona e eles desconversam (...) (R.A. JULHO de 2013).

Ou quando R.N. afirma que:

Do jeito que o INCRA administra a Reforma Agrária nesse país, não vai funcionar. Tinha que ter um bom acordo entre INCRA e os responsáveis aqui. O INCRA, fica em Macapá, longe daqui, tinha que juntar o INCRA com a secretaria de agricultura pra gente resolver as coisas aqui e não lá. Eu não fiz parte da formação do assentamento né, quando eu cheguei já tava tudo aqui e vejo que se passaram dez anos e ele não funciona (R.A. JULHO 2013).

A representação política no caso se torna outro problema, se torna excludente dentro daquilo que se parece tentar resolver, como por exemplo, os problemas do assentamento. Para Carter (2009)

Os efeitos acumulados de um modelo de desenvolvimento excludente e um sistema oligárquico de representação política têm gerado enormes obstáculos no Brasil à participação e influência política de grupos do setor popular. (CARTER, 2009,p. 65)

Corroboramos com Carter (2009), no que tange a questão política e os interesses privados por trás dela. A pesquisa no mostra que muitos dos processos de desterritorialização estão relacionados com os caminhos políticos referentes à questão agrária. São representações políticas totalizantes e forjam interesses de determinados grupos, não sem gerar situações conflitantes, constituindo fronteiras que ora se abrem e ora se fecham.

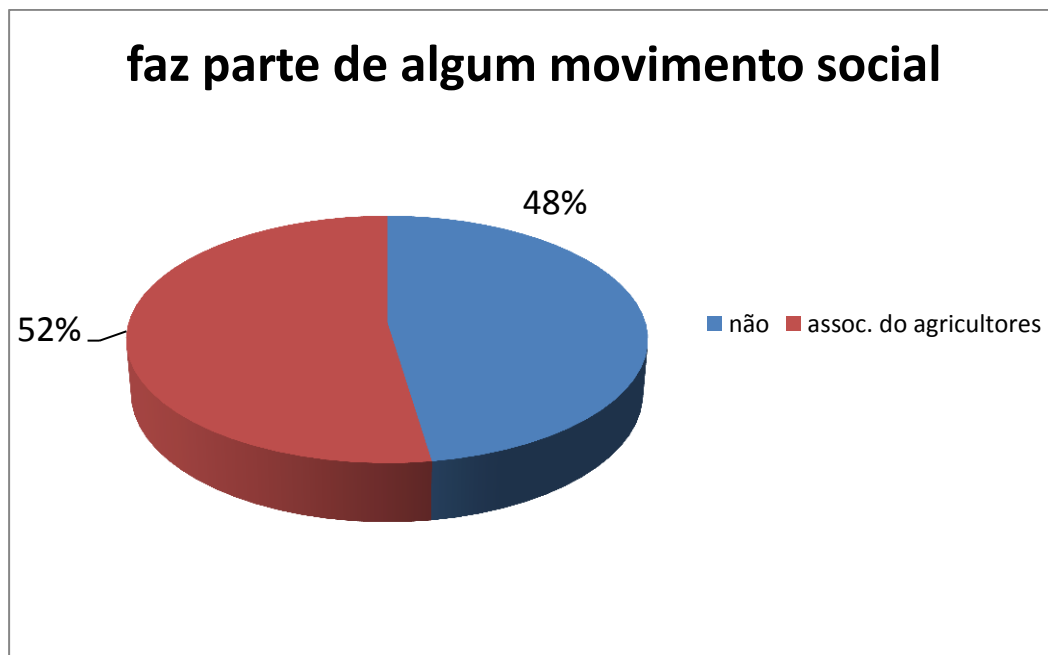


Gráfico 2- Faz parte de algum movimento social

Fonte: Renata Serradourada, 2013.

As organizações dentro de grupos que representem a classe e façam um luta coletiva, seria um dos primeiros passos para enfrentar a desorganização das instituições responsáveis pelo assentamento. Todavia, o que percebemos no assentamento certa apatia com a associação dos agricultores, sendo está à única organização que muitos fazem parte. Não são todos que fazem parte da associação e muitos dos que fazem parte não se sentem representados, desconfiam da liderança e acreditam que está sendo enganados. Como afirma a moradora:

Faço parte da associação dos agricultores. Não ajudou muito, tem uma panelinha lá dentro e somente uma parte é beneficiada, o restante não. {...} participo das reuniões quando fico sabendo (M.A. 2013).

A territorialização camponesa depende de um trabalho coletivo e de organização social, é preciso encontrar entre os semelhantes às características e resistência necessária para enfrentar as contradições que os colocam em situação de exclusão. Ao analisarmos as trajetórias de vida dos assentados, percebemos que são poucos os que fizeram parte de algum movimento do campo, como por exemplo, o MST (movimento dos trabalhadores sem terra). Defendemos que o desenvolvimento, em sua natureza dialética, contraditória e conflitual, dependem, em certa medida das relações sociais articulados territorialmente, orientados e objetivados por meio de participação, cooperação de cada grupo social. Estando os assentados em constante movimento, dificilmente vai existir um grupo com organicidade, de confiança

que consiga enfrentar as contradições e conflitos. “A construção continuada de uma consciência de classe e de lugar está na base da práxis de um movimento de fato operativo” (DEMATTEIS, 1994 e 2001; SAQUET, 2007 e 2011, apud, SAQUET, 2013, p.61).

No norte do Brasil, as migrações intensificaram na década de 1970, como foi dito durante a pesquisa, promessas de trabalho e expropriações constantes de outros trabalhadores de suas terras, fizeram com que muitos fossem para o norte. Os assentamentos são resposta para algumas migrações que geraram conflitos. No assentamento Igarapé Grande parte veio em busca de melhores condições de vida, uns vieram de outras terras, onde eram assalariados, alguns vieram de outros assentamentos e outros do garimpo. Sendo que, na maioria das vezes os migrantes são destituídos de bens materiais, esquecidos pelo poder público, e excluídos social e economicamente, ainda assim, possuem uma capacidade impar para de adaptar ao “novo”.

Existe uma natureza ambivalente e contraditória da experiência migratória, uma vez que a migração representa uma saída para as mudanças estruturais e para a crescente penetração do modo de produção capitalista, além de representar uma esperança de que as condições de vida serão melhoradas, por meio da mudança ou de estilos de vida.

As trajetórias percorridas pelos assentados são muitas, existem as motivações individuais e aquelas que são separadas dos determinantes macroestruturais da migração, todavia enquanto a geografia da fronteira agrícola é paulatinamente transformada pela crescente presença das forças de mercado, a migração representa, para muitos indivíduos, um meio de manter estilos de vida.

A migração para o Estado do Amapá acontece em dois tempos marcantes, pela extração do ouro, que fez com que muitos se tornassem garimpeiros e outros tantos garimpeiros chegam para a busca do mineral e outro fator que condicionou a chegada de duas grandes empresas para extrair minério. Drummond e Pereira (2009), mostram que o processo de migração para o Estado do Amapá, é diferente do restante de outros Estados localizados na Amazônia. De acordo com os autores, as migrações tem um

Caráter intraregionais- ,ou seja, de uma parte a outra da Amazônia Legal – e não inter-regionais, como é notório nos casos dos muitos migrantes fixados ao longo dos eixos rodoviários, como a Transamazônica, a Cuiabá- Santarém e a Cuiabá – Porto-Velho. (DRUMMOND; PEREIRA, 2009, p.75).

As características físicas do Estado do Amapá configura um outro processo de migrações para lá, entre outros fatores, como a falta de grandes projetos de colonização agrícola. Dentre as migrações existentes no Estado é interessante saber o motivo que levou trabalhadores rurais para lá e de onde vieram, para que possamos entender as desterritorializações e seus motivos.

Grande maioria dos assentados vieram do Estado do Pará, o que não é estranho, pois antes de 1943, o Estado do Amapá fazia parte do Pará. Os restantes vieram do Norte também, com exceção de quem veio do Maranhão. A diversidade assinalada pela origem diferenciada dos migrantes e as experiências vivenciadas ao longo dos processos migratórios parecem determinantes à constituição da luta pela terra e à implementação dos projetos de assentamento.

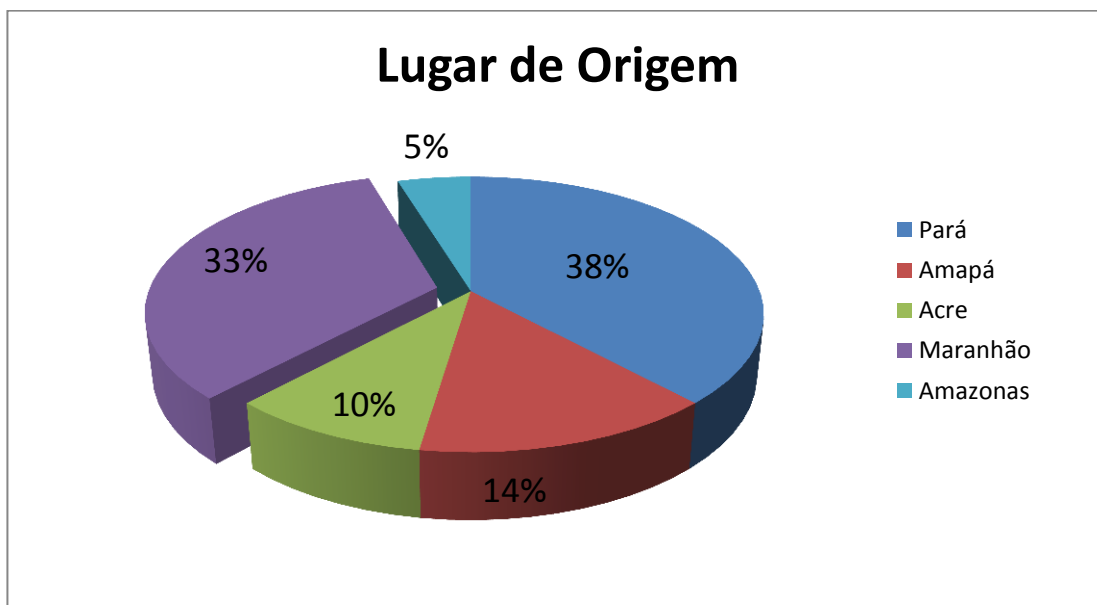


Gráfico 3- Lugar de Origem

Fonte: trabalho de campo 2013- Renata Serradourada.

O fato de 33% dos assentados virem do Maranhão é muito significativo, pois este é um Estado que tem no governo Roseana Sarney, filha do parlamentar ruralista José Sarney<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> José Ribamar Sarney de Araújo Costa foi deputado federal (1956-59 1959-63 e 1963-65); Governador do Estado do Maranhão (1965-1970); Senador da República do Maranhão (1971-79 e 1979-85); Vice-presidente da República (1985); Presidente da República (1985-90); Senador da República pelo Amapá (1991-99; 1999-

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 2010 mapeou de doze (112) conflitos pelo território maranhense contabilizou trinta e oito mil, e seiscentos e vinte e sete (38.627) pessoas envolvidas nos conflitos pela água, trabalho escravo, superexploração e por terra. (COSTA, 2012, p.272)

Existem trabalhadores que migram temporariamente, que vão para trabalhar e voltam para o lugar que deixou, ou aqueles que vão e não voltam, mas guarda na memória, aquilo que deixou e buscam ser a transformação que a nova condição oferece. Por isso “a migração é mais do que um ato transitório, mais do que ir e vir- é viver, em espaços geográficos diferentes” (MARTINS 1986, p.47-48). Temos os trabalhadores rurais que migram para as cidades em busca de trabalho, os trabalhadores rurais que migram temporariamente para outras zonas rurais em busca de trabalho e também aqueles que saem da zona rural para outra zona rural e permanece um tempo. Ao descreverem suas trajetórias, os assentados tomam o trabalho como referencial, apesar da multiplicidade de percursos, das peculiaridades presentes nos movimentos migratórios realizados por cada indivíduo e das dificuldades em encontrarmos uma regra para as migrações, existem características comuns ao grupo de entrevistados.

As migrações, as constantes expropriações dos camponeses de suas terras, fragilizam a identidade camponesa e por vezes a afinidade com a terra, afirma o trabalhador R.N.

{... } dos anos 70 pra cá a gente vê as pessoas abandonarem a agricultura, a vida é custosa, então a juventude não quer mais ficar no campo. A nova geração de hoje está desacostumada com o campo, só pessoal mais antigo que volta que tem afinidade. (R.N. 2013).

Na perspectiva de verificar as razões que induziram a migração, foi possível identificar seis grupos de motivações que induziram as famílias assentadas a buscarem seus novos territórios de produção: 70,6% das famílias apresentam como o principal motivo da migração a procura de novas terras e a difícil situação financeira; 18,4% afirmam a dificuldade de trabalhar no local de origem, alegando as dificuldades das condições de trabalho e inexistência de infraestrutura mínima; 5,2% migram para acompanhar os pais ou parentes e o restante por outros motivos.

A própria ocupação da Amazônia aponta para essa noção de fluxos migratórios. Os trabalhadores do assentamento tem em sua trajetória uma diversidade em relação ao trabalho, que se torna temporário em muitas situações, em um incessante processo de desterritorialização.

A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios, “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho com a divisão social do trabalho(...) (GUATARRI e ROLNIK, 1986,323)

Fica claro na fala de alguns dos assentados as trajetórias vivenciadas por eles,

Meu pai é do Piauí, sou de lá, mas a represa tirou a terra do meu pai, fomos para o Maranhão, trabalhando na roça dos outros rendeiros, depois cansei e fui tentar a vida no garimpo. O garimpo é muito violento e um dia você tem dinheiro e no outro nada, então fiquei sabendo desse assentamento e vim pra cá, já faz cinco anos que tô aqui. A vida é difícil, mas sonho em ter a minha terra e plantar as coisas que me alimentam. (S.C. 50 anos, morador do assentamento Igarapé Grande)

Ou quando a moradora diz:

Trabalhei a vida toda na roça com os meus pais no Maranhão. A nossa vida lá era muito difícil, em 1983 fui para Macapá, trabalhei no garimpo e depois fui para um assentamento, mas tudo era longe, a vida era difícil também, agora fazem cinco meses que estou aqui. Sai para procurar melhores condições de vida. (M.A. 47 anos, moradora do Assentamento Igarapé Grande).

A dinâmica de desterritorializações existentes na trajetória dos assentados expressa a complexa territorialidade desses trabalhadores, que cruzam fronteiras no decorrer da vida. São desterritorializações em territórios de exclusão, do qual se abandonam os territórios e a reterritorialização é o movimento de construção do território, em movimento concomitante. Na compreensão do ser camponês nesse processo, percebemos que a vida no assentamento Igarapé Grande é um território de exclusão, sem infra- estrutura e participação dos órgãos federais e estaduais e ainda assim existe a opção daqueles que pretendem ficar e dos que estão no assentamento, analisamos assim o processo de reterritorialização juntamente com a memória desses trabalhadores, que carregam na sua trajetória a memória da vida camponesa. Para Deleuze e Guattari (1996):

Jamais nos desterritorializamos sozinhos, mas no mínimo com dois termos: mão-objeto de uso, boca-seio, rosto-paisagem. E cada um dos dois termos se reterritorializa sobre o outro. De forma que não se deve confundir a



reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga (...). (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p.41).

Ora se as territorialidades são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadores da territorialização no território, vemos que existem múltiplas territorialidades no assentamento, que se unem num processo coletivo relacionado com a (i) materialidade (Saquet, 2007), que inclui a memória<sup>29</sup>. Ser camponês passa pela questão do território material e imaterial, numa abordagem dialética, percebemos que muitas “coisas” se desenraizam, econômica, política e culturalmente, todavia a formação do campesinato tendo sido marcada pela mobilidade espacial, isto é, por um caráter migratório, faz com que exista reterritorializações e o assentamento se torna o território de encontro. Percebem-se iguais em suas diferenças, visto que sonham o mesmo sonho e partilham as mesmas esperanças da terra e ver a vida melhorar.

100% dos entrevistados afirmam ser de origem rural, ligados à agricultura, como mostra o gráfico abaixo:

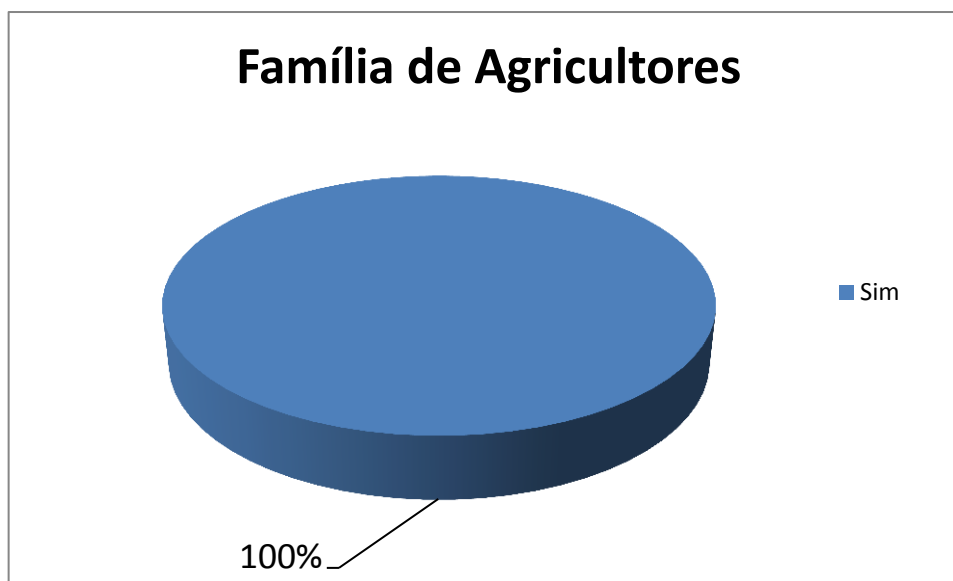


Gráfico 4- Família de Agricultores

Fonte: Renata Serradourada- pesquisa de campo 2013.

---

<sup>29</sup> Todo trabalho que se atenha à espacialidade humana necessita referir-se a memória. Pois toda ação cinge percepções e criações que nos remetem às realizações arraigadas nas tradições, em seus artefatos e culturas herdados do passado. (Carlos, 2013, p.97).

A maneira como se identificam como sendo agricultores, de origem camponesa, passa pela identificação com a terra, com o trabalho que é familiar. Oliveira (1980) mostrava a recriação camponesa no campo brasileiro, identificando tempo de produção e tempo de trabalho, entre outros seus efeitos diferenciados na indústria e na agricultura, permitiu entender o sentido da recriação das relações não capitalistas na agricultura, como, por exemplo, o trabalho familiar camponês<sup>30</sup>. Afirmar ser pessoa do campo carrega em si a memória territorial, de estilos de vida, mesmo em constante processo de desterritorialização, os trabalhadores carregam em si um passado que remete um estilo de vida.

A relação com a terra, o modo de vida, a relação com o trabalho, o plantio e comer o que se planta, foram alguns dos argumentos utilizados pelos entrevistados para se identificarem enquanto camponeses. São expressões que evidenciam as contradições do desenvolvimento capitalista na agricultura, em sua forma “moderna”. A territorialização dos trabalhadores no assentamento traz a resistência camponesa à expropriação, se mantendo como classe, todavia para que esse sentimento seja representado dentro de um coletivo,- pois classe camponesa, não é um fator isolado-, se reconhecer no assentamento seria o primeiro passo.

Eu nasci no Maranhão, trabalhava com minha família lá, mas lá era muito fraco, eu viva doente, então fui embora. Deixei meus pais e irmãos e vim buscar a sorte aqui, continuo trabalhando na roça, nessa terra que não tenho o título, mas que me pertence. A vida aqui é melhor, mas é difícil falta escola, transporte, falta muita coisa pra gente viver bem por aqui. Eu fico aqui, estou sempre indo na cidade fazer um bico ou outro, mas o que gosto mesmo é de plantar e do silêncio da floresta. (C. 63 anos, 2013).

Ou quando outro morador afirma:

Só de ter tudo fresco em casa, não precisar comprar as coisas. Você terá produção, ter a família ali, tudo no lote, já vale a pena morar aqui {...} (N.T.52, 2013).

Os relatos dos assentados, tanto dos que moram no assentamento, quanto os que ficam na cidade, mostra a relação íntima que existem entre eles e os recursos naturais, a vida na floresta e o plantar. Todavia, quando pensamos em assentamento, um território institucionalizado, deveria existir alguns recursos básicos para que seja considerado um

---

<sup>30</sup> Cabe lembrar que o processo de trabalho camponês é uma relação não capitalista porque nele não se realizam todas as condições essenciais da relação social de produção capitalista, dentre elas a terra, não se encontram dissociados da força de trabalho. (ALMEIDA,2007,p. 355).

assentamento, o que ali, não acontece. Energia, Saneamento, Comunicação, assistência técnica e outras demandas, não existem. Grande parte dos moradores recebeu um único benefício do INCRA, que foi o crédito para construção da casa e que muitos não usaram para os devidos fins e acabaram por utilizar o recurso na compra de sementes, enxadas e outras coisas que julgaram mais importantes.

As casas prometidas às famílias assentadas constituíram a primeira decepção, pois nenhuma delas foi concluída nas condições prometidas. As famílias tiveram de esperar dois anos, alguns mais anos e outros até hoje não receberam os recursos prometidos pelo governo federal para construir suas casas. Os fundos alocados para isso (os que chegaram), porém, foram insuficientes para construir casas conforme os padrões estabelecidos no acordo original. Todas as casas ficaram sem o acabamento final, sem piso de concreto e fossas sépticas.



Figura 11- Assentamento Igarapé – Grande

*Fonte: Renata Serradourada- 2013.*



Figura 12- Assentamento Igarapé Grande

*Fonte: Renata Serradourada – ano 2013.*

Além dessa frustração com as casas, os assentados tinham outras, a falta de água potável, pois nenhum poço foi construído, a falta de energia elétrica, mesmo estando a 15 km da cidade e a falta de uma escola, que já tinha sido promessa do INCRA em diversas visitas mas nunca foi concretizada, se quer começada.

Toda e qualquer proposta de assentamento rural, ou mesmo processos de regularização fundiária, envolvendo coletividades significativas, implica ações compartilhadas de um conjunto de instituições, todas estimuladas por esforços para se colocar em prática formas alternativas de desenvolvimento, o que implica considerar necessariamente, pelo menos, cinco de suas dimensões- a econômica, a social, a espacial, a ecológica e a cultural. (WITKOSKI; FRAXE; MIGUEZ, 2011, p. 135).

As condições precárias são a justificativas mais recorrentes para o abandono do assentamento e a busca por melhores condições na cidade. Os que moram na cidade mantem a terra no assentamento, mas a produção nos lotes é quase inexistente, porém existe o sonho da volta e de ficar na terra.

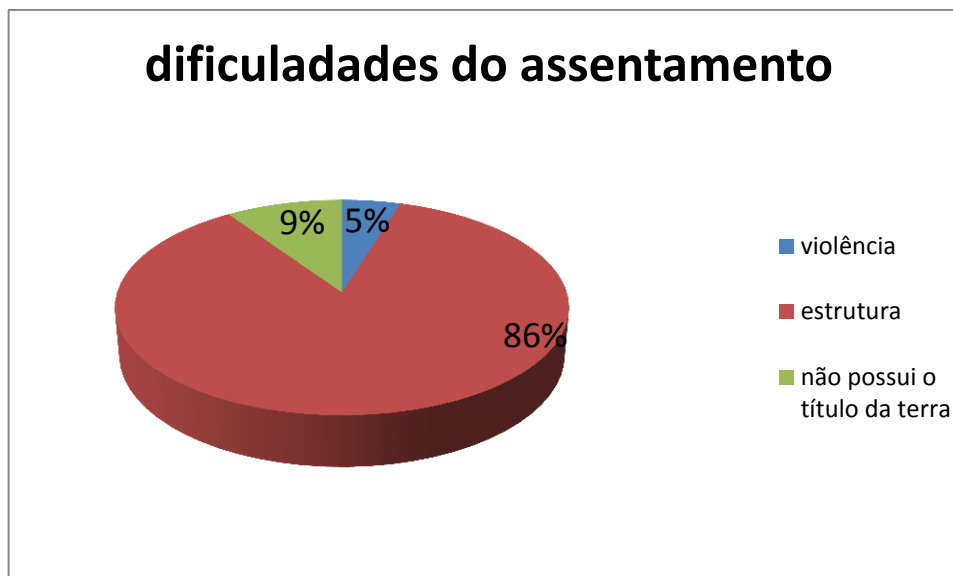


Gráfico 5- Dificuldades do assentamento

Fonte: Renata Serradourada 2013.

No plano de recuperação do assentamento, desenvolvido pelo INCRA, existe todas as propostas de encaminhamento para resolver os problemas do mesmo, contudo não chegou a ser efetivado. O que existe no assentamento são trabalhadores “autônomos”, que produzem dentro do permitido na legislação e pouca ajuda dentro dos lotes, são familiares e poucas vezes, vizinhos ajudam na roça. A distância entre um lote e outro, desarticula parte da organização do assentamento e o convívio entre os assentados, o que gera conflitos e desconfiança entre eles. As atividades coletivas são lembradas por muitos assentados como um estilo de vida, uma “reciprocidade” que está presente na identidade territorial camponesa, como afirma à moradora:

As pessoas aqui não animam muito de fazer as coisas, tem gente que é contra tudo e todos. De onde eu vim não era assim, a gente quando ia plantar sempre tinha um vizinho para ajudar, agora aqui não, a gente muitas vezes tem que pagar alguém. Imagina só ter que pagar, mal o meu dinheiro dá pra mim, quanto mais pagar alguém (risos). (M.R 58 anos, 2013).

Fortalecer o assentamento pode ser um indicio da permanência do trabalhador no campo, não no sentido de se tornarem agroindústrias, mas aqui entendemos que, as necessidades dos trabalhadores, não podem descaracterizar o que é entendido por camponês. O trabalho como forma de vida e manutenção dessa lógica, teria que passar pela ideologia de um camponês organizado, que entendesse que o desenvolvimento dentro do sistema

capitalista não favorece a todos. Existe a exclusão e exploração na sua base, para que tenha perpetuado o modelo. O que se criam nos assentamentos são resistências.

Eu não moro no assentamento porque não tem escola e nem como levar meus filhos até lá. Eu quero voltar para a terra, mas não posso deixar meus filhos sem estudar, então moro aqui na cidade mesmo e planto só o que for necessário na roça, não tenho muito tempo de ficar lá. (S. A.; 2013).

Um das formas de fortalecer os assentamentos seria atender as demandas dos assentados. A Escola do Campo e não a Escola no Campo (Simão 2014) é uma maneira de resistir no assentamento, criando escolas que dialoguem a realidade e necessidade de quem vive e trabalha no campo. Até mesmo para pensar no processo de desterritorialização da juventude rural, que cada vez mais deixa o campo e parte para a cidade.

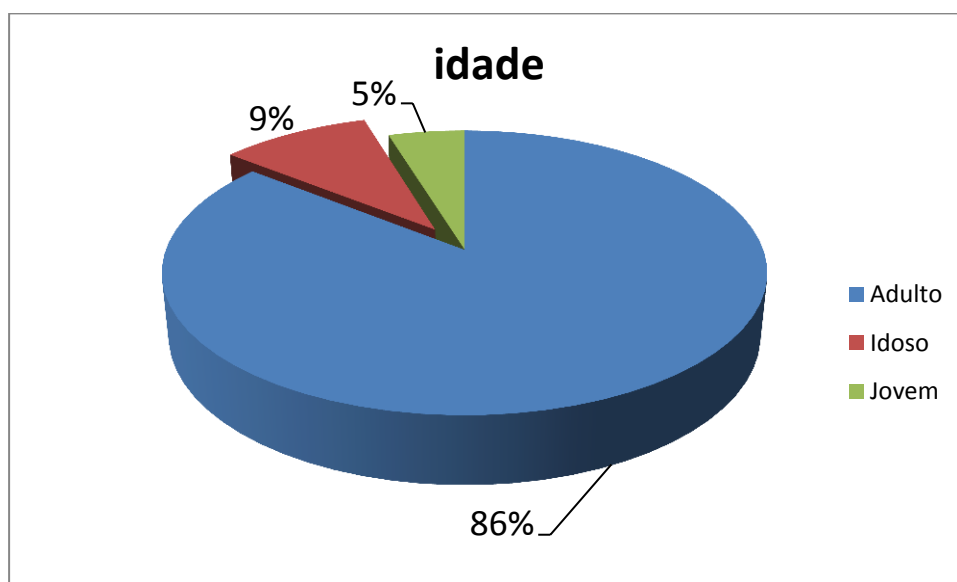


Gráfico 6 Idade

Fonte: Renata Serradourada, 2013.

O gráfico acima deixa claro que a predominância no assentamento são os adultos, existe uma parcela muito pequena de jovens na produção e que vivem no assentamento. A falta de escola pode ser um dos motivos, todavia existe uma ampla bibliografia a respeito do êxodo da juventude rural e ultrapassa o objetivo dessa pesquisa. Outro fator relacionado com a escolaridade, diz respeito ao nível escolar de cada assentado, seja ele na cidade ou no assentamento.

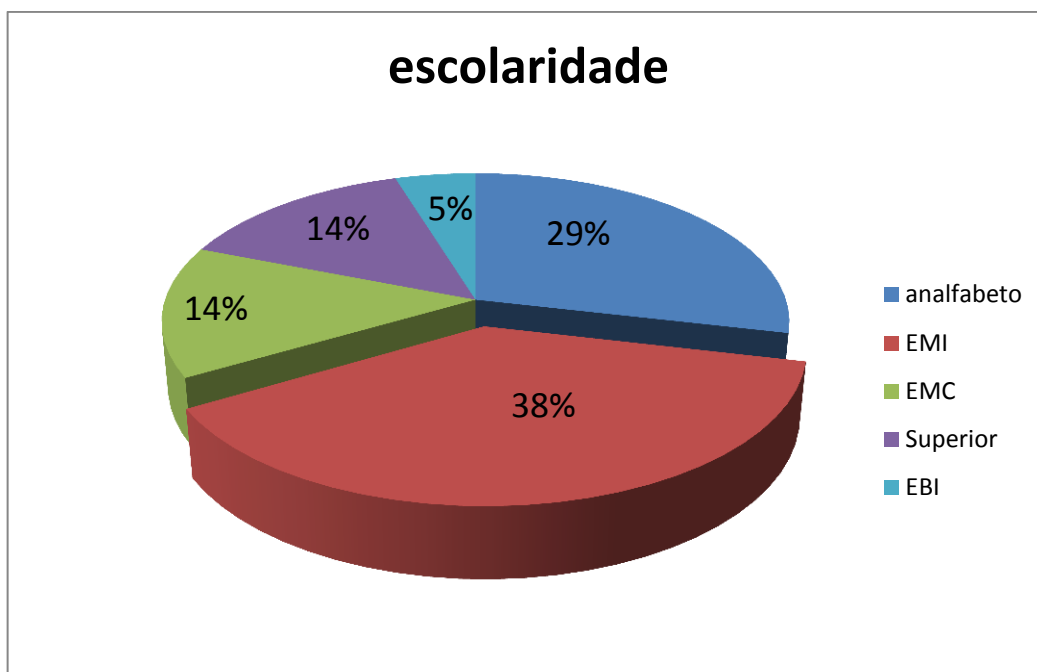


Gráfico 7- Escolaridade

Fonte: Renata Serradourada, 2013.

Existe um número significativo de analfabetos no assentamento, que se torna o reflexo de um campo desgastado, de trajetórias interrompidas e de escolas que não atendem a demanda do campo. Nesse sentido pensar em uma política de educação para o campo, demanda romper com algumas teorias que refletem nas políticas públicas um caráter meramente reformista<sup>31</sup>, significa encaixar um programa, no caso aqui de educação, do modelo vigente em outra realidade, tentando estabelecer relações mais simétricas entre agricultura camponesa familiar e agronegócio.

O projeto para escola no assentamento está referendado no Plano de Recuperação do mesmo, contudo a iniciativa tem sido tomada por parte dos assentados, que começaram a construir uma possível escola dentro do assentamento na esperança de posteriormente receber professores. Poucos compareceram para o mutirão da escola, pela divergências com o presidente da associação. Até o final dessa pesquisa a escola não estava pronta e o INCRA não tinha previsão de quando seria construída uma escola no local.

---

<sup>31</sup> A respeito dos paradigmas da educação no campo, ler a tese de doutorado apresentado ao programa de Pós-graduação em Geografia da FCT-UNESP, defendida em janeiro de 2014, por Rodrigo Simão.



Figura 13- Construção da escola

*Fonte: Renata Serradourada, 2013.*

A figura acima mostra uma reunião convocada pelo presidente da associação para iniciarem o projeto da escola. De acordo com a moradora.:

Estamos cansados de esperar, o jeito é começar a gente mesmo a fazer, quem sabe assim eles acreditam que queremos ficar na terra e começa a ajudar a gente. (J.A , 2013).

O quadro abaixo mostra as escolas do campo que existem no Brasil e a quantidade de escolas fechadas nos últimos 11 anos.



Tabela 2 Quantidade de Escolas no Campo fechadas no período de 2003 a 2012 por Unidade da Federação.

ESTADOS	TOTAL ESCOLAS DO CAMPO		QUANTIDADE DE ESCOLAS FECHADAS
	2003	2012	
Rondônia	1.780	630	1.150
Ceará	7.890	3.922	3.968
Goiás	1.146	600	546
Tocantins	1.340	707	633
Santa Catarina	2.569	1.464	1.105
Sul Rio Grande do	4.447	2.586	1.861
Espírito Santo	2.225	1.328	897
Paraná	2.313	1.554	759
São Paulo	2.167	1.458	709
Norte Rio Grande do	2.565	1.727	838
Piauí	5.793	3.924	1.869
Mato Grosso	1.326	900	426
Alagoas	2.504	1.709	795
Paraíba	4.410	3.055	1.355
Bahia	17.056	11.984	5.072
Minas Gerais	6.749	4.773	1.976
Sergipe	1.576	1.161	415
Rio de Janeiro	1.652	1.254	398
Pernambuco	6.447	4.895	1.552
Pará	10.353	8.329	2.024
Distrito Federal	93	78	15

Maranhão	10.578	9.550	1.028
Roraima	566	514	52
Acre	1.310	1.294	16
Amazonas	3.857	3.997	-140
<b>Amapá</b>	<b>456</b>	<b>481</b>	<b>-25</b>
Mato Grosso do Sul	160	238	-78
<b>TOTAL</b>	<b>103.328</b>	<b>74.112</b>	<b>29.459</b>

*Fonte: Censo Escolar, Ministério da Educação, 2013.*

A quantidade de escolas no Estado do Amapá, já é um nível inferior se comparado com outros Estados. São fronteiras do ensino e do conhecimento que surgem quando pensamos nas escolas do campo e a importância que isso tem tanto para discussão do êxodo rural, quanto na questão do desenvolvimento.

A educação, para Carter (2010) exerce um papel central na territorialização camponesa, principalmente a pedagogia da escola do campo, inspirada pela “pedagogia do oprimido” de Paulo Freire. Uma luta dos movimentos pela escola que não esteja pautada pelos valores da classe dominante.

A falta de estrutura faz com que 48% dos assentados vivam na cidade. Entre os que moram no assentamento, não são todos que vivem somente da agricultura, acabam fazendo outro trabalho para completar a renda.

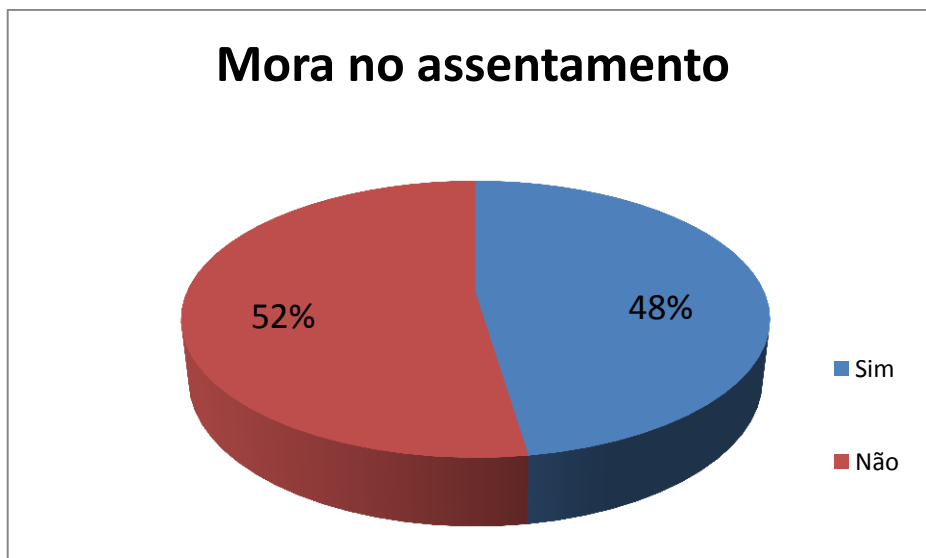


Gráfico 8- Reside no Assentamento

Fonte: Renata Serradourada, 2013.

Se for pelo trabalho que o camponês se classifica como classe e (re) afirmam sua identidade, vemos que os trabalhadores daquele assentamento se encontram num processo de identidades fragmentadas, são identidades cambiantes. Ora vistos como camponês pela organização espacial e pelo trabalho, ora são trabalhadores explorados na cidade. Nesse fragmentado contexto surgem e ressurgem o camponês, em uma constante (re) criação do campesinato (Almeida, 2006). As identidades sendo relacionais, pressupondo alteridade, o contato com o outro, a afirmação pela diferença e o encontro pelas semelhanças, os camponeses desterritorializados e migrantes sofrem dupla discriminação e dificuldade de inserirem. Assim sendo, a trajetória dos sujeitos sociais pesquisados foi problematizada com base nas interpretações e na análise das recriações identitárias.

Para Thomaz Jr. (2008), o universo do trabalho está cada vez mais fragmentado, heterogeneizado, precarizado e constantemente (des) realizado nas cidades e nos campos. O autor chama a atenção para o se camponês, se operário, “as mudanças concernentes ao universo simbólico e da subjetividade do trabalho” (THOMAZ Jr. 2008, p.275). A “plasticidade” do trabalho contemporâneo, expressão do metabolismo do capital, atinge também “o universo simbólico da vida dentro e fora do trabalho, ou as subjetividades expressas nas compreensões de mundo” (ibidem, 2008. P.277).

Repor esses caminhos (do trabalho) e preocupações em discussão é defender que são imprescindíveis para entendermos a dinâmica geográfica do trabalho, ou as contradições que refazem constantemente o processo T-D-R, do fenômeno do trabalho, ou mais propriamente, o conteúdo da luta de classe nos lugares. (THOMAZ Jr. 2008, p. 278)

Para o Thomaz Jr. (2010),

O movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do trabalho, sua dinâmica geográfica, é o que permite compreender a realidade das famílias trabalhadoras camponesas, dos inúmeros contingentes de trabalhadores e trabalhadoras egressos nos centros urbanos, e que carregam em seu interior formações e conteúdos socioculturais distintos, mas que fazem especializar o conflito de classe e criam/constroem por dentro do mesmo conflito os territórios de resistência. (2010, p. 279).

Corroboramos com o autor e evidenciamos isso no nosso trabalho de campo, mesmos imersos no trabalho precarizado, fragmentados pela situação, os assentados expressam o seu desejo em ficar na terra, respaldados pelo sentimento de pertencer e se reconhecer coletivamente. Todavia na plasticidade do trabalho, surgem novas identidades do trabalho estranhado<sup>32</sup>, fragmentando ainda mais a classe. Trabalhamos na perspectiva de uma identidade territorial, coletiva, na fragmentação do trabalho, em um incessante processo de desterritorialização e reterritorialização relativa, vemos uma identidade fragmentada, “se operário, se camponês”.

Ao analisarmos os trabalhadores que saem do assentamento e o trabalho que desenvolvem na cidade, permeiam uma vontade de retorno e uma lembrança que remete uma vida no campo almejada.

Eu trabalho na roça e aqui na cidade faço diárias às vezes. O que eu produzo dá para o pessoal lá de casa, mas não sustenta todo mundo. Eu quero um dia voltar para a floresta, gosto do sossego. Aqui passa muita gente, que vai para o lado de lá (*no caso a Guiana Francesa*). Passa muita gente e muita coisa e eu não gosto disso. (M.A. 53 anos, 2013).

Nesse ponto percebemos as fronteiras que existem entre o rural e o urbano, seja na relação com o trabalho ou nas relações interpessoais. Os assentados que vivem na cidade tem o seu trabalho reduzido trabalhos informais e moram nas áreas mais afastadas. A cidade,

---

<sup>32</sup> No âmbito da crítica marxiana à economia política, notamos que sob a vigência e mando do capital o trabalho estranhado é, por consequência, desefetivação, desidentidade e desrealização, especialmente nos últimos tempos com a crescente e intensa mobilidade de formas de expressão e da plasticidade do trabalho vivenciadas pelo trabalhador. (THOMAZ Jr, 2010, p.286).

nesse caso, uma cidade que faz fronteira com outro país, tem suas peculiaridades. É uma cidade em transição constante, inclusive pelo cambio de diferentes moedas, é uma cidade que tem seu olhar voltado para o outro lado. Existe um atraso, que não é somente um atraso econômico, que se resolva mediante providencias políticas econômicas, é um atraso social. As estruturas físicas da cidade do Oiapoque transparecem o descaso público que existe na região, as desigualdades transparecem na quantidade de Hilux<sup>33</sup> que existem na cidade.



Figura 14- Entorno da única praça da cidade de Oiapoque  
*Fonte: Renata Serradourada, 2013.*

---

<sup>33</sup> Hilux é uma caminhonete muito utilizada para o transporte entre o Oiapoque e Macapá. Além de passageiros, transportam alimentos e diesel, para a cidade que carece de energia elétrica. O transporte feito com as caminhonetes tem um valor acima daquele cobrado pela empresa de ônibus. Grande maioria das pessoas que utilizam esse tipo de transporte tem um poder aquisitivo maior e na maioria das vezes são utilizados por franceses.



Figura 15- Rua principal da cidade de Oiapoque  
*Fonte: Renata Serradourada, 2013.*

Permeada por conflitos, tráfico de drogas, prostituição, garimpos ilegais, fazem da cidade de Oiapoque um verdadeiro faroeste. 66% da população se encontram acima da linha da pobreza<sup>34</sup>, sendo que até 2010, 67,7% da população não frequentava escola (faixa etária de sete a 14 anos), somente 35% da população tem rede de esgoto adequado (rede geral ou fossa séptica) e 11,3% acesso a rede de água geral e outro evento curioso é o fato da cidade ser a mais policiada do Brasil, em diversidade de polícias.

Do campo a cidade e da cidade ao campo, existe o processo de desenraizamento (Martins 2003), que se abre para um trabalho temporário, fragmentando as identidades, o desenvolvimento territorial dos assentados seria um dos pressupostos para o desenvolvimento da cidade.

Em relação aos assentados, o gráfico abaixo mostra os outros trabalhos desenvolvidos pelos mesmos, na cidade.

---

<sup>34</sup> Informações trabalhadas com indicadores sociais e econômicos podem ser encontrados o Portal ODM (objetivos de desenvolvimento do milênio), <http://www.relatoriosdynamics.com.br/portaldm/perfil/BRA001016009/oiapoque---ap>, visitado em 05.04.2014.

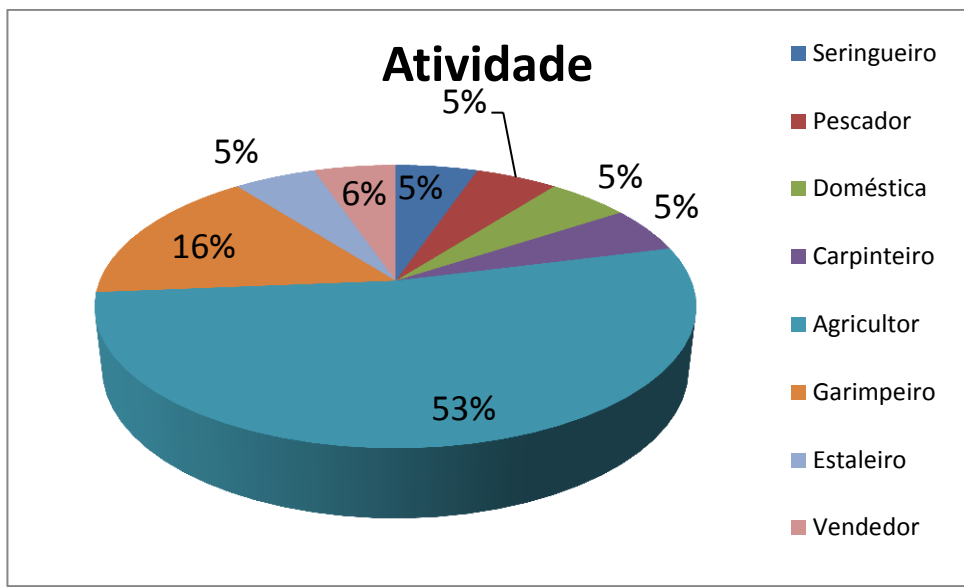


Gráfico 9- Atividade realizada pelos trabalhadores  
 Fonte: Renata Serradourada, 2013.

São trabalhos informais que somam ao trabalho de agricultor, existem aqueles que trabalham nos dois lugares, como também aqueles que trabalham somente na cidade, mas mantem o lote.

A relação cidade campo se faz presente não de forma dicotômica, mas de maneira dialética, partes dos problemas vivenciados hoje no Brasil na zonas urbanas são originados nos problemas de um campo mal resolvido.

Alguns podem pensar que a questão agrária está espacialmente e politicamente tá longe, no campo. Enganam-se. Na verdade temos aí o núcleo menos conhecido dos nossos dilemas históricos do presente. É em torno dele que nosso drama político se desenrola. Quando se fala nos problemas sociais urbanos, graves, da violência e da pobreza, nem todos levam em conta que as raízes econômicas e sociais desses problemas estão no campo e não nas pessoas que vêm do campo. Estão nas aberrações sociais que a expulsão e desenraizamento provocam em toda a parte. Mas não é unicamente no campo que se manifestam e ganham visibilidade. Estão nas opções que a sociedade brasileira fez ao longo de sua história, tendo no centro, a preservação de uma estrutura fundiária injusta...(MARTINS, 2003, p.18-19).

Se por um lado encontramos um assentamento precarizado, por outro encontramos também uma cidade extremamente carente. Não se trata aqui de tentar resolver todo o problema urbano no campo, mas de entender que parte dos problemas da cidade estão no campo. Os fluxos de movimentação mudam de direção, invertem os sentidos e nesse ir e vir criam e resignificam os espaços. Entram na cidade ou saem da cidade para entrar na terra. Os

assentados em questão vivem essa constância, ora estão na cidade, ora estão no assentamento. Se defendemos a territorialização, no sentido de pertencer ao território, de que se apropriar do território é uma maneira de desenvolver não somente economicamente, defendemos assim, a importância do assentamento como território não somente de resistência mas como possibilidade de diminuir o processo de desenraizamento assim como a degradação do trabalho.

Nesse contexto é possível afirmar que existem desterritorializações relativas e absolutas, que a vida é um estar em movimento. “A escala espacial e as temporalidades é que são distintas” (HAESBAERT). O trabalhador rural está em constante movimento, principalmente depois da década de 1970.

Este trabalhador está em constante processo de desterritorialização e reterritorialização. Enquanto a época na colheita não chega, ele habita a periferia urbana. (...) Enquanto morador urbano, ele possui uma determinada dinâmica em sua territorialidade. Existe o território do trabalho, que é muito mais difícil de delimitar que o do operário fabril. Em um dia ele é pedreiro, no outro porteiro, segurança, etc. Quando chega a época da colheita ele se desterritorializa, abre os agenciamentos e vai se reterritorializar no trabalho da lavoura. Quando ele termina, ele novamente vivencia os agenciamentos da vida urbana. (HAESBAERT).

Em territórios de exclusão, como o assentamento, percebemos que o que acontece são desterritorializações relativas.

A desterritorialização relativa é aquela que se opera no próprio socius, sendo negativa se compensada por uma operação de reterritorialização que aponta territórios por sobre os limites fechados da antiga desterritorialização, mantendo-se a linha de fuga também fechada. (NATÁLIO 2013; Lisboa: AIM. ISBN 978-989-98215-0-7).

Para a Geografia interessam dentro do processo de desterritorialização relativa, as limitações, os enraizamentos e as hierarquias dos territórios, para que possamos entender a dinâmica territorial está submetido os assentados e suas consequências (Haesbaert). Na relação campo e cidade, que se faz presente na vida dos trabalhadores, o conflito de identidades, os assentados ora são trabalhadores rurais e por vezes, no mesmo dia, são pedreiros.

A gente faz o que pode, trabalha aqui e acolá, tem que aumentar a renda. Eu vendo as coisas da minha roça aqui na cidade, muita gente já me conhece, mas também assento tijolo. (R. A. 2013)



A fronteira está inscrita no universo do possível das relações sociais, aqui a fronteira entre cidade e campo, nos mostra como uma possibilidade de fuga, em num processo de desterritorialização relativo. Se é na fronteira que se convivem semelhanças e diferenças, - numa relação paradoxal de distinção entre nós e outros-, as identidades culturais se reafirmam, mediante os vínculos de pertencimento e reconhecimento, criando um padrão que permite o grupo social se reconhecer-, vemos que o assentamento se esbarra nas fronteiras do Oiapoque, causando mais estranhamento do que reconhecimento. Fragmenta-se o que precisa ser unificado, percebemos que na sociedade contemporânea, os movimentos do campo, os trabalhadores rurais, com toda a sua diversidade, sofre diretamente uma precarização socioespacial, “promovido por um sistema econômico altamente concentrador, que é o principal responsável pela desterritorialização”. (HAESBAERT, 2006, p.67)

O trabalho de campo revelou-nos que as metamorfoses do universo agrário refletido nos trabalhadores rurais, que cada vez mais empenham nova função, criam-se múltiplas territorialidades, complexas. Todavia quando trabalhamos numa perspectiva de territórios restritos, que são frutos de uma globalização às avessas, pelas fronteiras que são criadas frente às desigualdades existentes, vemos que o universo do trabalhador rural é cada vez mais fragmentado, seja ele pelo trabalho ou pelas relações pessoais. O trabalho desenvolvido na cidade, por alguns assentados, não é um processo de territorialização, não na medida em que não promove uma transformação no espaço, por outro lado, a familiaridade com a terra transforma o assentamento em território de resistência, material e imaterial e um possível território de transformação.

O gráfico seguinte demonstra o desejo de boa parte dos assentados em continuarem nas terras do assentamento.

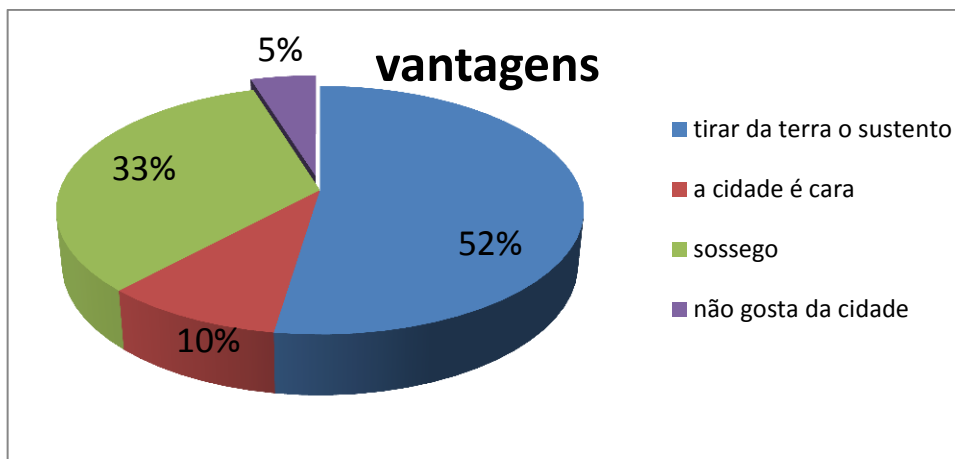


Gráfico 10- Vantagens me morar no assentamento  
 Fonte: Renata Serradourada, 2013

Existe um desejo de continuar por ser a melhor opção, mas existem aqueles também que afirmam não saber fazer outra coisa, ou que não estudaram por isso, vão continuar na terra. Como se fosse à última opção.

Eu sempre trabalhei na roça, eu não tive estudo. Na idade que estou não da pra eu fazer outra coisa. A cidade é cara, ao menos aqui eu consigo comer. (S.C. 50 anos, 2013).

As vantagens de estar no assentamento se misturam com a motivação de ser agricultor;

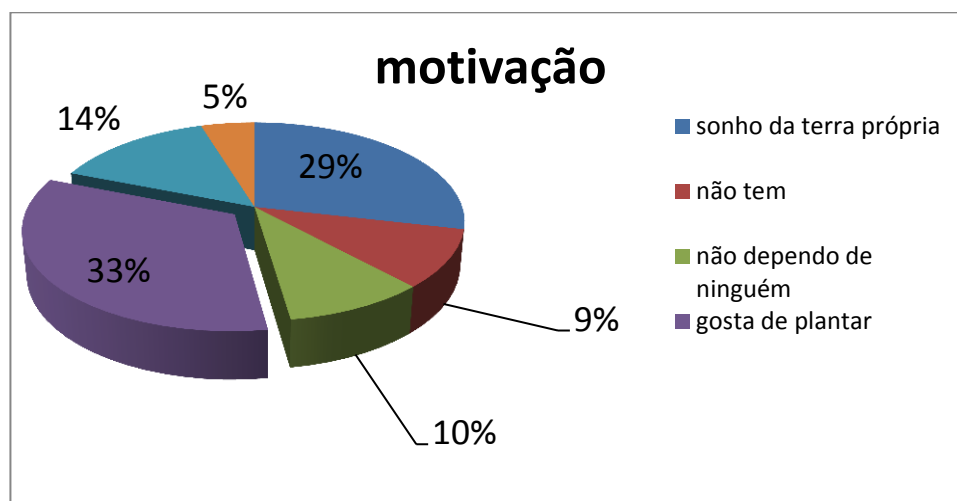


Gráfico 11- Motivação  
 Fonte: Renata Serradourada, 2013

O sonho da terra própria se mistura com tirar da terra o sustento, que se mistura com não dependo de ninguém e também com o gostar de plantar. São declarações que demonstram a afinidade e reconhecimento do território com um lugar de segurança, de reprodução de um

modo de vida, que aqui ousamos caracterizar como camponeses. Sujeitos que nascem na contradição do capitalismo e que (re) criam relações não capitalistas, cujas frações territorializadas por essas pessoas, são construídas por meio de elementos ou interesses em comum, como identidade.

Marx (s/d, pg.100) afirma que “os mesmos homens que estabelecem as relações sociais em conformidade com a sua produtividade material produzem também os princípios, as ideias, as categorias, em conformidade com as relações sociais” (MARX, p.100).

Desse modo, o assentamento se constitui também pelo elo com o passado, que remete a memória, se misturam com o modo de fazer, por um trabalho que não está separado da vida. Lembrando Raffestin, quando afirma que:

Na produção territorial sempre tem um ponto de partida que nunca é ileso das ações do passado. O processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território. (RAFFESTIN 2009, p. 31).

Sendo assim, percebemos que no cerne da questão desenvolvimento, está relacionada com uma relação integradora com o território.

Pensar o território nesta conjuntura deve-se considerar a conflitualidade existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam territórios. Esses compõem diferentes modelos de desenvolvimento, portanto formam territórios divergentes, com organizações espaciais diferentes, paisagens geográficas distintas. (FERNANDES, 2008, p. 296).

Na disputa pelo território, pautado por conflitos, temos as políticas públicas que evidenciam um desenvolvimento rural pautado na lógica de mercado, do qual o Estado desempenha a função de regulação (OLIVEIRA, 1999, p.63). O assentamento está no meio dessa contradição, se por um lado se torna território de resistência, por outro temos o Estado que regula o território por meio de políticas públicas que poucas vezes atendem a demanda da realidade camponesa. Vale acrescentar as considerações de Oliveira:

A rebeldia histórica do campesinato abriu possibilidade para que sua luta por uma fração do território capitalista (a luta pela terra) levasse-os a lutar por um outro território, diferente do capitalista. Neste processo de luta e de produção autônoma, o campesinato em diferentes partes do mundo, começa a construir um outro território, um outro mundo possível. (OLIVEIRA, 2009, p. 6).

Nesse contexto, percebemos no nosso trabalho de campo que o Estado se faz presente e ausente, as instituições federais e estaduais responsáveis pelo assentamento pouco ou nada contribuem no seu processo de formação. Todavia, o que percebemos é que a justificativa de boa parte dos assentados que deixaram o assentamento para viverem na cidade ou os motivos que fazem o assentamento não funcionar em partes, é culpa das instituições que gerenciam o mesmo.

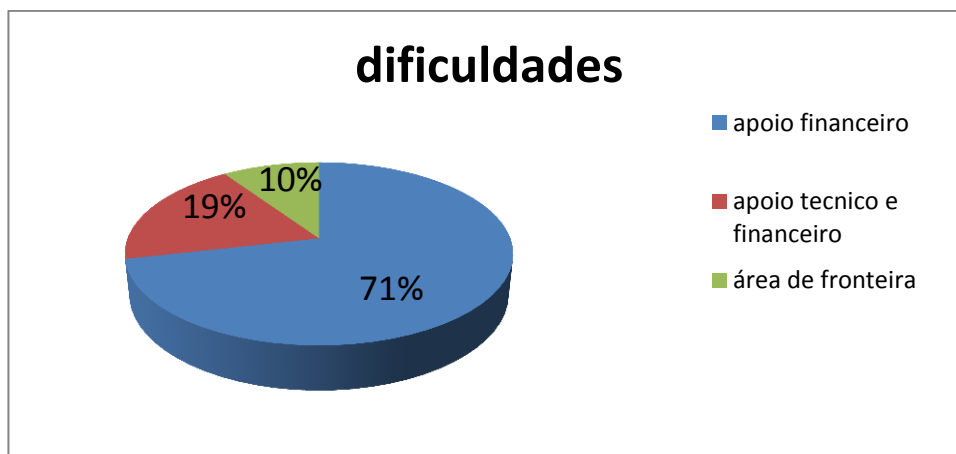


Gráfico 12- Dificuldades  
*Fonte: Renata Serradourada, 2013*

Um dos empasses da pesquisa foi discutir as políticas agrícolas e o papel das instituições na formação territorial do assentamento. Ao defendermos o desenvolvimento que abrange outras esferas da vida e não somente no aspecto econômico entendemos que, para os assentados as dificuldades do assentamento estão diretamente ligadas com o apoio técnico e financeiro, todavia não se pode desconstruir o que foi construído em muitos anos, como ,por exemplo, acreditar que o desenvolvimento financeiro, que nesse caso seria abjeto, solucionaria todos os problemas do assentamento e não mais os trabalhadores sofreriam um processo de desterritorialização.

O desenvolvimento, portanto, se constrói, se teoriza pela organização dos possíveis objetos que estavam sob o seu domínio, mas pela forma em que, graças a esse conjunto de relações, foi capaz de criar sistematicamente os objetos dos quais falava, agrupá-las e dispô-los de certas maneiras, conferindo-os unidade própria. (ESCOBAR, 1998.p. 87-88, apud MONTENEGRO, 2009, p. 43).

Para Montenegro (2009), o conjunto de relações entre esses elementos (econômicos, sociais, políticos, culturais e institucionais etc.), permite ao discurso do desenvolvimento, estabelecer-se como discurso da verdade e solucionador de problemas. A participação das

instituições nesse discurso é latente, as políticas agrícolas tem o intuito de inserirem os agricultores no mercado e vemos que para muitos o retorno é de dívidas, pelo não cumprimento do esperado. Todavia, a situação é muito delicada, como diz a Chico Science : “com a barriga cheia comecei a pensar, que eu me organizando posso desorganizar” (Chico Science e Nação Zumbi, música : Da lama ao Caos, 1994). Não podemos negar assim, que um dos motivos de desterritorialização da vida no campo seja causada pela ausência das instituições, mas também não podemos dizer que sem elas ficaria melhor, sem considerar as condições necessárias para um coletivo politicamente ativo e consciente.

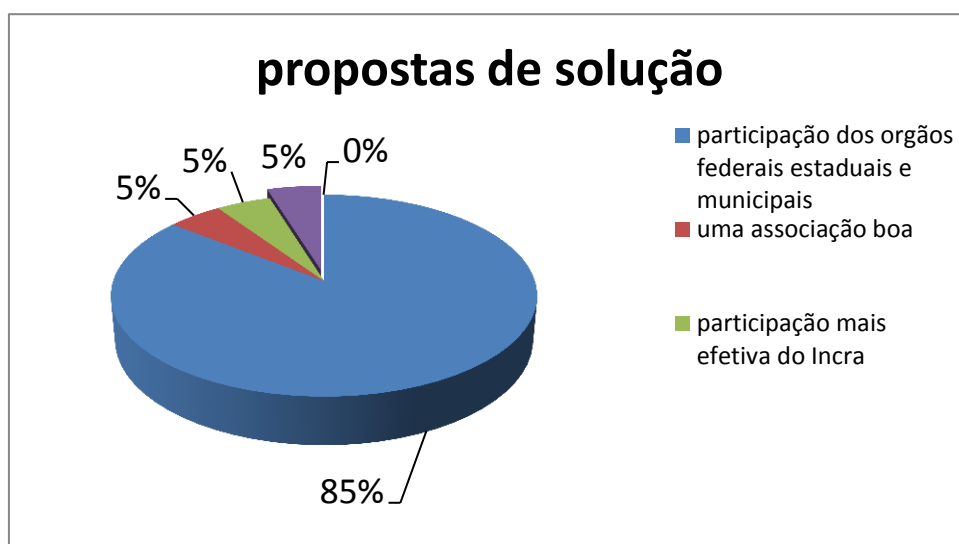


Gráfico 13-Propostas de Solução  
 Fonte: Renata Serradourada, 2013

Quando analisamos as políticas públicas para o campo nos últimos anos, notamos que existe a intenção de substituir, sem resolver a questão agrária, inclusive à criação dos assentamentos fazem parte dessa lógica. Por mais que seja um ganho, na luta pela terra, nossos estudos apontam para a configuração do território, no caso o assentamento, como sendo um território que ameniza, mas não modifica a estrutura.

Com esses princípios, a política de desenvolvimento rural, hoje denominada de desenvolvimento territorial rural, invade o campo em prol de gerir a pobreza e expandir a integração dos pequenos agricultores à lógica heterônoma do mercado. A translação do debate desde a questão agrária ao desenvolvimento rural como lógica de política pública significa deixar de debater as questões estruturais do sistema capitalista (formas de distribuição da renda e riqueza, papel político dos sujeitos na construção da sociedade, limites da propriedade privada, etc.) substituindo-as por estratégias de

gerenciamento “das coisas como são”: investimento, tecnologia, maior produção, maior lucro, expansão, concorrência etc. (MONTENEGRO, 2010, p.28).

As políticas públicas nesse caso estão cristalizadas em um paradigma de desenvolvimento reducionista, um desenvolvimento ligado ao que se entende por moderno. Existe ainda, uma falta de interação entre os órgãos, como IBAMA, ICMBIO, INCRA, RURAP, como mostra um morador em uma de suas falas:

Nenhuma delas (as instituições) tem um papel para melhorar, no meu entendimento, criam dificuldade para tudo, um joga para o outro e todas só aparecem para multar. (R.59 anos, 2013).

Não conseguimos fazer empréstimo financeiro por que não temos o título da terra, isso aqui é zona de fronteira, é o que uns alegam. O INCRA não colabora, parece que nosso assentamento foi esquecido. (C.M. 2013).

Em outra fala também mostra o descontentamento com as instituições:

Falta apoio do INCRA aqui, só vem correndo e exigir coisa da gente, mas não faz a parte deles . Outro dia o IBAMA veio me multar, tinha tanto zero no papel que nem sei quanto que aquilo dava. Falaram que eu desmatei mais do que o permitido. Olha aqui pra você ver o tamanho da minha roça, eu vivo disso e faço isso tudo sozinho, não tenho ajuda deles, eu mesmo queimo eu mesmo corto. Tem um monte de gente aqui no assentamento que tira madeira, por que precisam sobreviver. O tamanho do lote que pode ser desmatado é muito pequeno, tinha que ser um pouco maior. (J.R. 61 anos, 2013).

São situações que nos mostram que nem mesmo uma política de desenvolvimento econômico existe no assentamento, a vontade de ficar na terra está pautada em outras questões. O gerenciamento do Estado está estabelecido numa lógica de “vigiar e punir”. Quando assim procuramos os responsáveis para conversar a respeito do assentamento, não fomos atendidas pela responsável do IBAMA. No ICMBIO, os responsáveis não se sentiram no direito de opinar, pois o assentamento é federal. Na RURAP, existe o acompanhamento e o incentivo a produção, organizando cursos técnicos de produção e conseguiram contemplar um trabalhador do assentamento no programa PNAE (programa nacional de alimentação escolar). E por último, fomos até a sede do INCRA, em Macapá e o responsável pelo assentamento, reconhece a dificuldade da participação do órgão no mesmo e as poucas visitas que são feitas para acompanhar o assentamento.

A falta de assistência é um problema nos assentamentos do Estado do Amapá em geral, colocamos essa situação no capítulo referente aos assentamentos do Estado. Todavia,

percebemos no decorrer do nosso trabalho de campo, as nuances existentes em ser camponês, as políticas públicas e o Estado. Ao mesmo tempo em que não defendemos o desenvolvimento numa perspectiva somente econômica, quando buscamos as interferências das políticas públicas para o campo, a perspectiva econômica é que se faz presente. Para parte dos assentados, o assentamento não funciona como deveria porque falta interesse dos órgãos em desenvolver.

A realidade experimentada e vivenciada pelos camponeses no assentamento faz parte da contradição e da combinação do sistema. Como lembra Marquez (2000):

O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro ele não organiza.

O campesinato possui uma organização da produção baseado no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinato”, ora à sua reprodução enquanto camponês. (MARQUEZ, 2000, p. 59).

As políticas agrícolas por um lado tem o seu valor e por outro representam apenas apoio a produção, sendo assim, desenvolvem a parte econômica do assentamento (o que de fato não acontece). Todos que foram contemplados com algum tipo de fomento, não estão em melhores condições financeiras do que outros que não receberam. Se tratarmos o Estado como instituição de fomento ao desenvolvimento veremos que:

Somente o reformista inocente e o conservador obtuso é que imaginam ser o Estado um instrumento de mudança, separado dos interesses e aspirações daqueles que o formam. Os interesses ou as necessidades do sistema de planejamento são promovidos com sutileza e poder. Como são feitos para parecer coordenados com os propósitos da sociedade, a ação governamental que serve às necessidades do sistema de planejamento possui um forte aspecto de objetivo social (GALBRAITH, 1982,p. 275, apud FREITAS, 2010, p. 184).

O Estado, com agente de poder, empreende medidas de desenvolvimento econômico cujos efeitos negligenciam as territorialidades específicas e se torna um dos grandes culpados do processo de desterritorialização do camponês, do indígena, dos seringueiros, quilombolas etc. Pois:

O aparecimento do Estado é responsável pelo primeiro grande movimento de desterritorialização, na medida em que a divisão da terra pela organização

administrativa, fundiária e residencial. O Estado fixa o homem a terra, mas o faz de maneira despótica, organiza os corpos de enunciados de outras formas. (HAESBAERT, s/d, p.10).

As políticas públicas, sendo de responsabilidade do Estado, desarticulam os agenciamentos coletivos, segmenta o trabalho e coloca o camponês como reprodutor do mercado, criando uma falsa ideia de desenvolvimento. Daí a dificuldade em defender o assentamento como território de resistência, teríamos de analisar assentamentos de outros Estados para ter ideia de como são organizados para além das políticas públicas, fazendo destas um salto para outro tipo de relação com a terra, fortalecendo o que vem sendo enfraquecido ao longo dos anos. Uma das alternativas que vem sendo encontrada pelos trabalhadores rurais é o fortalecimento da agroecologia. A soberania alimentar, alimentação orgânica e também a preocupação com o meio natural, tem sido uma das táticas dos movimentos para enfrentar o agronegócio. Lançado pelo governo Dilma (2014), o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário<sup>35</sup> (PNDRSS), lançou o plano SAFRA 2014/2015, com investimentos de 24,1 bilhão para agricultura familiar. O agronegócio irá receber desse mesmo Plano (SAFRA), mais de 156 bilhões para a próxima safra, um valor bem maior do que o destinado para a cultura camponesa. Todavia, não podemos deixar de considerar a importância desse avanço para o campesinato, lembrando a importância que tem um assentamento para a produção de alimentos saudáveis, que não possuem agrotóxicos e não comprometem o solo.

No capítulo referente ao Estado do Amapá e também da cidade de Oiapoque, detectamos a falta de terras cultiváveis, dentro de um discurso de preservação e sustentabilidade e que com isso muitos dos alimentos encontrados procedem de outros lugares.

Na feira da cidade de Oiapoque, existe uma diversidade de alimentos, mas quando entrevistamos os vendedores de cada barracão presente na feira, descobrimos que somente a farinha e o açaí eram da região, os outros produtos vinham de outros estados. Como aponta Drummond e Pereira (2007), curiosamente o Estado do Amapá tem mais terras não cultiváveis do que cultiváveis, para os autores é um dado interessante de investigação.

---

<sup>35</sup> PNDRSS- É a grande demanda pela ampliação dos investimentos em infraestrutura socioprodutiva e me serviços públicos nas comunidades rurais, de modo a promover a melhoria das condições de vida e reduzir as desigualdades em relação aos espaços urbanos.



Não foi encontrado bibliografia suficiente para mostrar os motivos que fazem do Estado o mais “preservado” do país.



Figura 16- Feira da cidade de Oiapoque  
Fonte: Renata Serradourada, 2013.

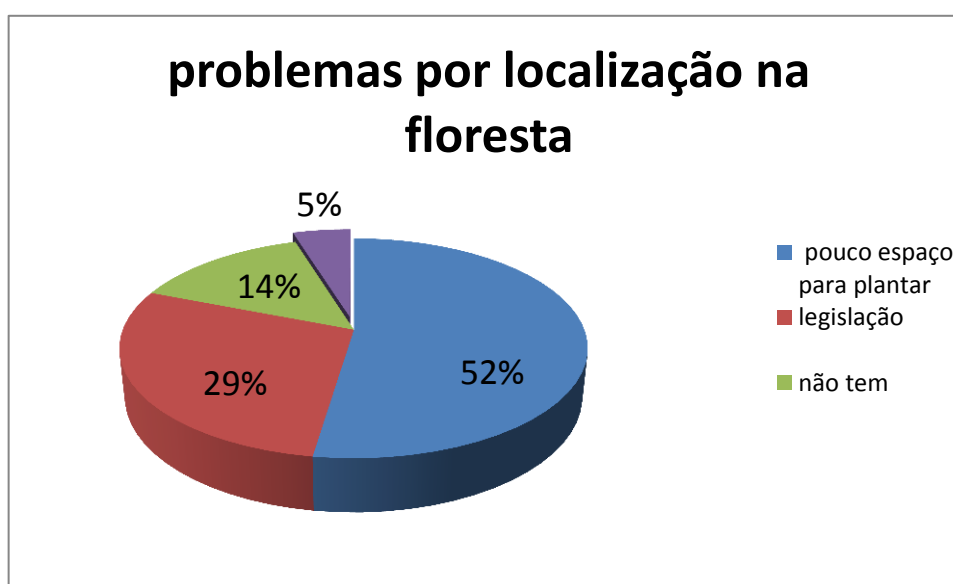


Gráfico 14- Localização  
Fonte: Renata Serradourada

Quando indagados a respeito dos problemas enfrentados no assentamento em relação pela sua localização na floresta, 52% afirmam que existe o problema. O pouco espaço identificado por eles está relacionado com a legislação, o espaço permitido dentro do lote para plantio não é suficiente para existir uma renda capaz de suprir as necessidades.

A gente fica engessado aqui, na cidade não é bom. Tem que ver um jeito pra gente fazer roça, produzir, a gente só tem 20% da área e nem isso eles querem deixar. (J.R. 61 anos, 2013).

Ou quando a outra moradora afirma

Os lotes são grandes, mas a área para plantar é pequena, o assentamento tinha que ser de outro jeito. Acho que não pode plantar por causa da França, eles não tem mais floresta e nós aqui ficamos preservando pra eles, (M.J. 45 anos, 2013).

A instabilidade da vida dos assentados faz com que exista muita desconfiança em relação aos outros. Seja com o presidente da associação, seja pelos franceses ou os funcionários dos órgãos institucionais, existindo uma desconfiança no assentamento sem chegar à questão do problema. González (2010), explica que os assentamentos frequentemente são atormentados por sentimentos de desencanto. “A falta de infraestrutura adequada no assentamento, o sonho da terra que se frustra, revelam uma falta de entendimento comum do que significa viver em uma comunidade” (GONZALEZ, 2010, p. 354).

Existem hoje em regiões da Floresta outros tipos de assentamento, o extrativismo, que inicia no Acre, pela luta e resistência dos seringueiros, os assentamentos agro florestas, são outro tipo que contemplam melhor a realidade de quem vive e a dinâmica da floresta, que é rica em frutas e uma biodiversidade grandiosa. São assentamentos que presam por um trabalho coletivo, tornando a área de cultivo comum a todos, todavia com renda de cada um. Valorizando melhor o espaço de cultivo e por outro lado, promovendo o encontro constante dos moradores.

Ao analisarmos o processo de territorialização-deterritorialização - reterritorialização, em uma abordagem territorial (Saquet 2003), centrada na relação espaço-tempo, levamos em consideração as dimensões sociais, como política, cultura e economia, nos deparando com territorialidades e temporalidades distintas que se esbarram nas fronteiras existentes dentro e fora do assentamento. Há sinais claros de que a territorialização vê-se, cada vez mais, conjugada, simultaneamente, à desterritorialização: uma está na outra, como afirmamos em Saquet (2003) e Haesbaert (2005), ou conjugam-se cada vez mais, concomitantemente, materialidade e imaterialidade de relações sociais, o enraizamento com a fluidez, identidade e movimento e nesse caso dos trabalhadores do assentamento Igarapé-Grande, no urbano e no rural.



Figura 17- Ponte que liga a cidade de Oiapoque a Guiana Francesa.  
Fonte: Renata Serradourada, 2013.

Deparamo-nos com tempos históricos e coexistentes, articulados. Analisar a realidade por meio dos processos de T-D-R, nos permitiu compreender a miríade de processos, rearranjos, a heterogeneidade, contradições, os tempos e territórios dos trabalhadores que vivem numa zona de fronteira em um assentamento que é difícil de entender, apreender e explicar. A vida em uma zona de fronteira mostra os contrastes com mais evidência, são mundos que se encontram e se estranham. Revelar a vida para além da fronteira político administrativa foi necessário para mostrar que ali existem vidas que não necessariamente tem a ver com a fronteira, mas que são esquecidas, já que o olhar está atento ao lado de lá. As fronteiras do assentamento Igarapé Grande são inúmeras, em constante processo de desterritorialização, os assentados são marcados por um sentimento de desconfiança, carecem de elementos distintivos, organização comunitária e desenvolvimento institucional. Existe

uma identidade territorial fragilizada e fragmentada, consequência da várias migrações, da vida em transição que em cada lugar de depara com um novo, em um constante processo de adaptação. Sendo o encontro da fronteira um encontro e desencontro de temporalidades e territorialidades, permeiam os conflitos, que existem pelas diferenças concepções de vida e portanto de desenvolvimento. Nas palavras de Martins

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica do nós. Quando a história passa a ser a nossa história, a história da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmo porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou. (MARTINS, 2009, p.134).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio primeiro dessa pesquisa foi fazer um trabalho em área de fronteira que priorizasse outras questões para além da fronteira político administrativa, destacando aquilo que não tem visibilidade, em uma área na qual sua formação é rodeada de conflitos e disputas.

Optamos por trabalhar um assentamento que além de estar em uma zona de fronteira, faz parte da fronteira agrícola, um símbolo criado para Amazônia a partir da década de 70, que gerou uma expansão aos moldes do capitalismo, modificando profundamente as relações de trabalho, tantos do que estavam quanto para os que foram. As expropriações sofridas por camponeses não os transformaram em proletários, mas em população sobrando, desempregados, migrantes temporários, trabalhadores que mesmo na cidade continuavam mantendo a relação com o campo.

Vimos que no Estado do Amapá, diferente de outros Estados localizados na Amazônia, a ocupação do território pelo agronegócio não foi o fator primordial dos conflitos por terra, mas sim a regulamentação fundiária e as áreas poucos cultiváveis do Estado. Como foi dito, somente 85% do território é agro cultivável, o restante é dividido em parques e reservas.

Para analisar a complexidade da realidade materializada na região, trabalhamos por um ano tanto na cidade quanto no assentamento, percebendo as vozes que muitas vezes estão infinitamente distantes e anônimas. O discurso de cada assentado entrevistado foi associado à identidade territorial, nas relações de poder que extrapolam a ideia de uma força emanada de um centro. A partir de uma abordagem geográfica, discutimos as fronteiras existentes nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização materializados em um assentamento, que expressam por meio dos assentados as relações de poder existentes, numa teia onde as questões territoriais se intersectam, entrelaçam e se conflitam instituições, indivíduos e coletivos, que envolvem poderes políticos e sociais.

Levantamos como hipótese o assentamento como sendo território de resistência, do qual o uso da terra se torna uma forma básica com a qual homens e mulheres se territorializam, todavia o que observamos que o que acontece no assentamento é um constante processo de desterritorializações e reterritorializações, reflexos de uma vida de trajetórias e de expropriações. Se por um lado o assentamento é um território de encontro e por isso expressa à identidade territorial daquele trabalhador e trabalhadora, por outro se percebe que ele se transforma em um depósito de pessoas, que não conseguem uma mudança significativa a partir daquele lugar. Se por um lado existe a vontade de ficar, de construir, do reconhecimento como camponês, estabelecido pela trajetória de vida e pelo trabalho, o assentamento também reflete as poucas condições com as quais aquelas pessoas vivem. Tendo sido o assentamento forjado institucionalmente, nos deparamos com o “lumpensinato”, que de maneira contraditória faz com que seja engessado pelo Estado, mas é o mesmo, por meio das políticas públicas - que nas palavras dos assentados-, melhoraria as condições do assentamento. Consideramos a identidade territorial e o desenvolvimento territorial fatores importantes para o que significaria territorializar, seria mais do que estar em um local, mas participar efetivamente e se reconhecer no mesmo.

O ponto de partida, para analisar o processo de T-D-R, foi às trajetórias dos assentados até chegarem ao assentamento, como foi que souberam do assentamento, as dificuldades encontradas, os trabalhos realizados dentro e fora do assentamento e as propostas de solução do mesmo. Desse modo, quando analisei o discurso por meio das entrevistas, foi percebida a fragilidade nas quais aquelas pessoas se encontraram. As consequências deste processo T-D-R, para quem vive em territórios de exclusão reflete no dia a dia dos assentados, em constante busca por sobrevivência. As territorialidades expressam a complexidade de uma vida em transição, entre o que é considerado atrasado e moderno, formando um par dialético.

Ao analisar o processo de T-D-R, a partir do território, percebe-se que ainda hoje na região amazônica o discurso do desenvolvimento e do moderno é um dos fatores que desapropriam os trabalhadores rurais. São discursos que alimentam a ideia de um progresso porém, nem todos cabem nessa ideia. Estando a definição de camponês relacionado com a relação de trabalho e modo de vida, os assentamentos acabam por reproduzir uma política que pouco encaixa na realidade daqueles que o ocupam. É um discurso que confunde e ilude. Se na fala dos assentados eles se reconhecem na floresta, no contato com recursos naturais, a

maneira como cultivam, o tempo que difere da cidade, as relações de ajuda e outras coisas, as políticas que envolvem o assentamento pouco contribuem. O estranhamento é inerente às situações, os moradores do assentamento se mostram em processo de querer se territorializar, o que de fato não acontece no assentamento, ou podemos dizer que acontece de forma precária. Neste processo destacamos o papel do Estado em atribuir o desenvolvimento territorial por meio de políticas agrícolas desenvolvimentistas. O conceito de desenvolvimento está presente tanto nas desterritorializações dos camponeses, quanto na territorialização. A fragilidade desse discurso se revela, nas contradições e no apontamento de “soluções” para o assentamento.

A falta de alimentos na região, de produção própria, mostra a importância de um assentamento para a produção local, todavia, encontramos um assentamento com pouca produção e quase nenhum incentivo para tal. O Estado nesse caso se faz presente na hora de punir (alegando que a área desmatada é maior do que o permitido por lei, por exemplo) e ausente para outras atribuições, causando um atraso imensurável na vida dos assentados. O atraso aqui entendido, não é um contraponto ao que é entendido por moderno, mas um instrumento de poder, que se confirma na força estrutural e política. São pessoas abandonadas no percurso histórico, que guardam na memória, em uma identidade territorial, nas relações espaciais nuances que caracterizam um camponês, sofrendo um atraso social, que não deixa de ser consequência de um desenvolvimento econômico que se faz pela exclusão dessa classe.

As causas do processo de T-D-R, estão relacionados com um Brasil agrário dominado pelas elites agrárias, por um discurso desenvolvimentista, impondo fronteiras que ora empurram os camponeses para fora da fronteira econômica, ora pra dentro, como assalariados em trabalhos informais e temporários. O assentamento seria de fato um território de resistência e de territorialização camponesa se passasse por um processo político/ideológico capaz de organizar as pessoas que ocupam os mesmos, num postura clara do que se tem e quais as transformações necessárias, não basta ser classe sem si e não se reconhecer como tal.

Na mobilidade vivida pelos trabalhadores rurais, com sucessivas desterritorializações e territorializações precárias, existe uma relação direta com as desigualdades que prevalece na sociedade brasileira. Essa situação de instabilidade, constante movimento e condições de sobrevivência extremamente precárias revelam se não um “aglomerado de exclusão”, ou seja, os assentamentos. Não uma exclusão total, mas uma exclusão que permite serem incluídos de

forma precária no sistema. O assentamento Igarapé Grande, reflete uma política de reforma agrária frágil, é um reflexo também, de um modelo de desenvolvimento excludente e desigual, transformando trabalhadores e trabalhadoras “em uma massa indefinida e desintegrada”, como diz Marx, sem uma clara função social.

Definir espacialmente os assentamentos, não é uma tarefa fácil, possuem uma condição complexa e dinâmica, podendo se tornar um simulacro, onde muitos estão de forma engessada, tentando se territorializar e conseguindo muitas vezes de forma precária. Dessa forma, os assentamentos são vistos como um campo de lutas de diversos atores que constituem o espaço agrário, onde expressam seus anseios e desejos por vida digna, criando estratégias que o próprio capitalismo lhe impôs. Nesse contexto, é interessante pensar que são territórios de resistência e sobrevivência e que ao analisar os processos de territorialização-desterritorialização e reterritorializações, suas causas e consequências, percebe-se que a territorialização no campo se faz urgente e necessária.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.A., (RE) criação do campesinato, identidade e distinção. A luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_, O conceito de classe camponesa em questão. Revista Terra Livre, São Paulo: AGB, ano 19, v.2, n. 21, p. 73-88, jul./dez. 2003.

\_\_\_\_\_; PAULINO, E.T. Terra e território: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: UNESP, 2006<sup>a</sup>.

ANDRADE, M.C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder Nacional e o poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A. e SILVEIRA, M.L.

BEM, A. O lugar dos camponeses nas diferentes correntes teóricas que interpretam o campo. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária: Territorialidades, Temporalidades e Desenvolvimento no Espaço Agrário Brasileiro, 20. 2011, Francisco Beltrão. Anais Unioeste/Getter, 2011. P.5.237-5.253.

BERMAN. M. Tudo que é Sólido Desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia da Letras, 1988.

CARVALHO, H.M.. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. 2013, p.35. In : Reforma Agrária- Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária-ABRA (ORG), Ed. Especial, Julho de 2013. ISSN 0102-1184.

CHAUÍ, M. Ideologia e Crítica. In: \_\_\_\_\_. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007. P.26- 49.

COSTA, B.P.; SOUZA, E.C. (Org.) Teoria e práticas territoriais: análises espaço-temporais. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CUNHA, P.R.. O Campesinato, a Teoria da Organização e a Questão Agrária: apontamentos para uma reflexão. São Paulo. Marília- Expressão Popular. Oficina Universitária, 2012.

DELGADO, G.C. Economia do Agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. 2013, p.61. IN: Reforma Agrária- Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária-ABRA (ORG), Ed. Especial, Julho de 2013. ISSN 0102-1184.

DAMIANI, I. D. Geografia Política e Novas Territorialidades, In: Oliveira, A.U; NÍDIA, N.P (Org.) Geografia em Perspectiva. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997. 5 v.

DRUMMOND, J.A.; PEREIRA, M.A.P., O Amapá nos tempos do Manganês. Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico, 1943-2000. Rio de Janeiro: Grammond, 2007.

FERNANDES, B.M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera- Ano 8, N. 6-- Janeiro/Junho de 2005—ISSN 1806-6755.

FERNANDES, B.M.; MARQUES, M.I.M.; SUZUKI, J.C.; Geografia Agrária: teoria e poder. Editora: Expressão Popular. São Paulo, 2007.

GERMANI, G I- Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. Geo Textos, vol2, n. 2, 2006.

GIMÉNEZ, G. Território, cultura e identidades. La región sociocultural. In: BARBERO, J.M.; ROCHE, FL.; ROBLEDO, A.(eds) Cultura y Región – Bogotá: Ces/ Universidad Nacional/ Ministério de Cultura, 2000. P.87-132.

GOLDFARB, Y., A luta pela terra entre o campo e a cidade. Reforma agrária, movimentos sociais e novas formas de assentamentos. São Paulo: Annablume, 2011.

GONÇALVES, C P. Os (des) caminhos do meio ambiente. 14º ed. São Paulo: Contexto, 2006.

- GOMES, P C da C. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HAESBAERT, R.; Moreira, R.(Org.) Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 3. Ed.
- \_\_\_\_\_. Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.
- \_\_\_\_\_. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: Lopes, L. e Bastos, L. (org.) Identidades: recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado de Letras. 2002b.
- \_\_\_\_\_ Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In CASTRO, I.E. da; COSTA, P. C. da; CORRÊA, R.L.(org.) Geografia: conceitos e temas. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. P.165-205.
- \_\_\_\_\_ *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Fronteira, 2004.
- \_\_\_\_\_ Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. (org.) Manifestações da Cultura no espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. P.169-190.
- \_\_\_\_\_. Concepções de território para entender a desterritorialização, In: Oliveira, M. P.; \_\_\_\_\_. Descaminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E.S.; SAQUET, M. A. (Org.) Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. 2º Ed. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.
- HALL, S. Da Diáspora. Identidade e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG: BRASÍLIA: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HARVEY, D. Espaços de Esperança. Edições Loyola- São Paulo, 5º edição: abril 2012.
- HARVEY, D., O Enigma do Capital e as crises do capitalismo. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- HEIDRICH, A.L., Espaço e Multiterritorialidade entre territórios: Reflexões sobre a abordagem territorial. 2010, p.29. In: Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais

PEREIRA, S.R.; COSTA, B. P., SOUZA, E.B.C., (ORG). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

HEIDRICH, A. L., Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A.R.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M.A. (Org.) Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

ISTVÁN, M., O Poder da Ideologia ; tradução Paulo Cezar Castanheira- São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

KAUTSKY, K. A questão agrária. Tradução de C. Iperoig. 3 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. (Proposta Universitária).

LEFEBVRE, H. Lógica Concreta (Dialética): a superação. In: Lógica forma/ Lógica Dialética. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991. P.228-233.

LEITE, S.P.; ÁVILA, R.V., El Sentido de la Reforma Agrária em los procesos de Desarrollo: por um crítica a los limites de la vision económico-reduccionista y al modelo de modernización agrícola. IN: Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. FERNANDES, B.M. (ORG) São Paulo: Expressão Popular, 2008.

JUNIOR, A. T.. Povoando o Território Da Luta Pela Terra e Pela Reforma Agrária. Revista Pegada-vol. 2 – 2011.

LENIN, Vladimir Ilich. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Trad. José Paulo Neto. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINS – J. S. FRONTEIRA – A DEGRADAÇÃO DO OUTRO nos Confins do Humano. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_ ; A Política do Brasil : lúmpen e Místico. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_ ; Os Camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_ : O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARQUES, M I M.- Entre o Campo e a Cidade: Formação e Reprodução Social da Classe Trabalhadora Brasileira. Agrária, São Paulo, n.5, 2006.

\_\_\_\_\_,M.I.M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVERIA, A.U.de; MARQUES, M.I.M. (ORG.) O Campo Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004, p.145-164.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Vol. 1.

MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. (ORG.) A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2009.

MEZÁROS, I. O poder da ideologia. Tradução: Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretária da Agricultura Familiar. Programas. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programa/pronaf>.

MONTENEGRO, J., Conflitos pela terra e pelo território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. P.13. In: Geografia Agrária, território e desenvolvimento. SAQUET, M.A.; SANTOS, R.A. (ORG.). Ed: Expressão Popular. São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, A. U. - Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007.

\_\_\_\_\_, A. U. de. Apresentação ou de “na prática a teoria é outra” para a teoria na prática não pode e não deve ser outra. Seleção de Textos, 11. São Paulo: AGB-SP, p. I-V.

\_\_\_\_\_, A.U. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In.: OLIVEIRA, A.U. de; MARQUES, M.I.M. (Org.) O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. P. 27-64.

\_\_\_\_\_, A.U. Geografia das lutas no campo. 8ed. São Paulo: Contexto,2001.

\_\_\_\_\_,A.U. O Campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J.P. (Org). A questão agrária hoje. 2ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

PADRO JUNIOR, C. A Questão Agrária. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PERICO, R. E. Identidade e território no Brasil. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

ROMANELLI, G. A entrevista antropológica: troca e alteridade. Revista do Programa de Pós-Graduação em Psicologia de Filosofia. Ciências e letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, p.119-133,1998.

SABOURIN, E., Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336p.: il (Terra Mater).

SANTOS, M; DE SOUZA, M. A; SILVEIRA, M. L (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_

SAQUET, M.A. Abordagens e concepções de território. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_, M.A. Por um Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

\_\_\_\_\_; SANTOS, R.A. (ORG.); Geografia Agrária: território e desenvolvimento. Editora: Expressão Popular. São Paulo, 2010.

SCHWEICKARDT, K. Reforma Agrária e política ambiental na Amazônia- encontros e desencontros. In:VALLE, R.S.; ESTERCI, N (Orgs.) Reforma Agrária e Meio Ambiente. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

SIMÃO, R. Paradigmas em disputa na Educação do Campo. Tese defendida na Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, 2014.

SPOSITO, M.E.B.; WHITACKER, A. M. Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural. Ed. Expressão Popular. São Paulo 2010.

SOJA, E. W. The political Organization of Space. Washington, D.C: AAG Commission on College Geography. 1971.

SUZUKI, J. C. Geografia agrária: gênese e diversidade. Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária. ORG: Gláucio Jose Marafon, João Rua e Miguel Ângelo Ribeiro. Ed. UERJ, 2007.

STELIDE, J.P. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Atual, 1998.

\_\_\_\_\_, J.P; A Questão Agrária e o Socialismo. In: \_\_\_\_\_. (Org.) A Questão Agrária Hoje. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 307-322.

THOMAZ Jr, A. Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). Tese (Livre Docência). Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2009. 997 p.

SOARES, T., História da Formação das Fronteiras do Brasil. Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro, 1972.

SILVA, G. V., Desenvolvimento econômico em cidades da fronteira amazônica: ações, escalas e recursos para Oiapoque- AP. Confins- Revista Franco-Brasileira de Geografia 17/2013, numero 17.

Violeta Refkalefsky Loureiro; Jax Nildo Aragão Pinto, 2005. A questão fundiária na Amazônia. Estudo Avançados 81-88.

Soares, T. História da Formação das Fronteiras do Brasil. Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro 1972.

Souza, M. C. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Editora Vozes Petrópolis, RJ. 2010.

WOORTMANN, E.F. O saber tradicional do português e inovações. In: OLIVERIA, A.U. de; MARQUES, M.I.M.(org.) O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004, P.133-144.

